

UNE:
samba, suor
e pouca política

VITOR

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 117 • 23 de outubro a 5 de novembro de 1980 • Cr\$ 30,00

MÁFIA SINDICAL DESCE O MALHO EM OPERÁRIOS

Será o CCC? Não.
Será a Falange Pátria Nova? Não.
Será o Doi-Codi? Não.

É a Brigada Décio Malho, a milícia paramilitar organizada pelo velho pelego Joaquim para espancar e intimidar os trabalhadores que lhe fazem oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Mais velozes que um tufão, mais ágeis que uma lebre, mais truculentos que o Hulk, os Décio Malho acabam de trazer para o Brasil os métodos violentos do mafioso sindicalismo norte-americano. Tudo sobre a pancadaria da campanha salarial metalúrgica, nas págs. 7 e 8.

É racha no PC do B

(Págs. 10 e 11)

**Esse negro
(socialista
e operário)
quer
derrotar
Carter e
Reagan
nos EUA**



(Pág. 18)

**O PT acaba
de pedir
o registro
no Tribunal
Eleitoral.
Lula faz
um balancê
do partido.**

(pag. 3)

**Lidia,
uma mulher
na disputa
pela
cabeça
da União
Nacional dos
Estudantes**

(Pág. 13)

Gol de placa no Tribunal

Com toda a sua documentação pronta o PT deu entrada esta semana no seu pedido de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral em Brasília.

Finalmente o PT emplacou no Tribunal Eleitoral. Com atraso de alguns dias em relação à previsão anterior, na última segunda-feira o partido fazia publicar seus documentos no Diário Oficial, como manda a lei, para no dia seguinte dar entrada no TSE com toda a papelada relativa à fundação e constituição das comissões provisórias nacional, estaduais e municipais. Em 14 estados o PT conseguiu, neste período, formalizar comissões municipais provisórias em pelo menos um quinto de seus municípios, e apresentá-los agora ao Tribunal; cindo portanto a mais dos nove estados minimamente requeridos pela lei como condição necessária para o pedido de registro provisório.

Em vários outros estados o PT existe de fato; mas o processo de transformar esta situação de fato nos termos formais que a lei exige leva tempo e trabalho e por isso os demais estados ficarão para uma segunda rodada. A Secretaria Geral do PT informa que Paraíba e Paraná estarão incluídos entre os formalizados até o final do ano; já os restantes ficarão para o início do ano que vem.

Mas o sentido de vitória do que já se conseguiu é patente. Há um ano atrás muitos eram os que não acreditavam que o

PT se viabilizaria. Hoje ele está aí, e o que é fundamental: realizou todo o seu processo de constituição por fora do cupulismo da lei, fazendo encontros municipais, regionais e nacional de baixo para cima e, a partir daí, retirando, num processo de livre escolha de seus militantes, todas as comissões necessárias e aprovando democraticamente seus documentos básicos. E mais, para isso o partido nem de longe dispôs da máquina financeira e parlamentar que os demais partidos ostentam em diversa medida. E a prova mais do que contundente da força social que está na base da proposta do PT.

Agora, abre-se uma nova fase para o partido que é a de transformar o registro provisório, que deve ser concedido pelo TSE nos próximos dias, em registro definitivo. Para tanto o PT disporá, segundo a lei, de um prazo máximo de um ano a partir da concessão do registro provisório, para realizar formalmente as filiações necessárias e proceder às convenções — desde as municipais até a nacional — transformando assim as comissões provisórias atuais em diretórios definitivos. Esta, a tarefa central do partido no próximo período, como aponta Lula na entrevista ao lado, mas que, esclarece ainda o presidente do PT, terá que ser levada a

cabo simultaneamente com uma maior politização da vida interna do partido e uma maior inserção e atuação nos vários movimentos sociais.

A expectativa geral dentro do PT, nos dias que correm, quanto a uma impugnação do registro provisório do partido pelo TSE, é quase nula. O nível de representatividade conquistado pelo partido na sociedade por um lado, e as informações vasadas desde dentro do TSE por outro, dão a entender que, apesar das várias ameaças explícitas ou latentes contra o partido e suas lideranças, o governo não poderá e nem quer tentar breçar o PT agora, e por estas vias. O desgaste seria enorme. O governo aposta ainda, ao que tudo indica, no fracasso do partido no cumprimento da segunda fase da legalização, ou então do seu amordaçamento pelos expedientes "legais" de que dispõe, tipo Lei de Segurança Nacional ou então pelos casuísmos eleitorais que estão sendo agora insistentemente anunciados para breve.

Conquistado assim a nível do Tribunal, o registro provisório do PT não deverá portanto arriar as baterias para festejar a vitória. E a melhor prova disso é o ato público que se realizará

neste fim de semana em protesto contra o enquadramento das lideranças sindicais do ABC na Lei de Segurança Nacional. É pois, no Estádio da Vila Euclides, neste domingo, que o PT festejará sua vitória recém conquistada.

Os 14 Estados prontos

A relação dos 14 estados onde o PT já se formalizou e que entraram agora no TSE

- Acre
- Amazonas
- Ceará
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Santa Catarina
- São Paulo

Minas

Como eleger mais comissões do que as nomeadas pelo PDS

Em Minas Gerais o PT apresentou agora mais comissões municipais provisórias do que até mesmo o PDS e o PMDB. No estado de maior número de municípios do país — cerca de 750 — e portanto, onde de acordo com a exigência de um quinto da lei partidária, deve-se apresentar o maior número de comissões municipais provisórias, o PT conseguiu 199 comissões contra 162 do PDS e 150 do PMDB. E cumpre lembrar que o partido não nomeou suas comissões como os demais partidos mas sim as eleger de baixo para cima democraticamente. O que vêm demonstrar não somente a

justeza da democracia mas também sua eficácia, contrariamente à crença comum sobre a eficiência do autoritarismo e cupulismo.

O segredo da vitória? As lideranças estaduais não enxergam outra explicação para o feito senão a profunda agitação que fizeram em torno da proposta mesma do Partido dos Trabalhadores e a compreensão igualmente profunda da importância da tarefa da legalização.

Segundo explicam, a idéia do PT como um partido diferente, sem politicagem e composto e dirigido por trabalhadores, pega igual praga. Tudo se resume portanto a agitar a fundo e

sem vacilação esta idéia, nestes termos, e ao mesmo tempo, organizar os esforços para ir atrás deste deslançamento da proposta capitalizando organizativamente seu impacto político.

É verdade que o PT estadual sempre destacou-se pelo tipo organizativo; tanto assim que no Encontro nacional do partido trouxe a proposta de Estatuto a mais acabada, e sempre respondeu com agilidade aos problemas legais e organizativos com sugestões práticas. Neste mesmo compasso, desde a primeira hora, logo em seguida ao Encontro Nacional, começou a organizar os mutirões e caravanas pelo interior

para detonar as eleições das comissões necessárias.

Assim, concluem as lideranças regionais, relativamente ao que sabemos ter se passado em outros estados, o trabalho foi razoavelmente fácil e natural dentro da dinâmica regional do PT.

Agora, o PT estadual está preparando uma cartilha sobre os procedimentos e cuidados a se ter na próxima etapa de filiação e formação dos diretórios, como sugestão para a direção nacional do partido, a fim de que se minimize as falhas e atrasos como as que se deram em parte nesta primeira etapa da legalização.

Sul

Encontro estadual reúne professores petistas

Por iniciativa do núcleo de professores do PT de Porto Alegre, reuniu-se na capital gaúcha, durante os dias 11 e 12 de outubro, o 1º Encontro Regional de Professores do PT. O objetivo do Encontro era iniciar o processo de homogeneização política dos militantes que trabalham no magistério público e privado.

Na primeira parte dos trabalhos foi feito um painel sobre a organização nacional dos professores. Debateram as professoras Tereza Noronha, assessora da diretoria da CPB e Lucy Ayala, da Comissão Nacional pró-criação da Entidade Nacional dos Trabalhadores da Educação.

Questionada por um professor sobre a Assembléia de Delegados da CPB, realizada em setembro com poderes deliberativos e as promitidas alterações estatutárias que apontariam para uma abertura da CPB, a profa. Tereza Noronha respondeu que, nesse aspecto, a deliberação foi de "sugerir às entidades filiadas (federadas) que abrissem um processo de discussão sobre o Estatuto...". Portanto, muito longe das promessas do prof. Hermes Zanetti, seu presidente, que apontava essa democratização da CPB como o grande trunfo para atrair o movimento dos professores que encaminha a formação de uma nova entidade.

Luci Ayala apontou, principalmente, os limites burocráticos e estatutários que impedem a CPB de responder às necessidades da categoria. Mostrou o caráter anti-democrático da entidade, lembrando, inclusive, que o próximo congresso da CPB, tão alardeado atualmente, não terá caráter deliberativo, portanto, será inócuo.

Em um ponto, as painelistas concordavam: os professores devem fazer tudo para que se caminhe para um processo unitário que culmine com o fortalecimento e a existência de uma única entidade nacional, democrática e representativa. Representando a Coordenação Nacional das Associações de Docentes, o prof. Jorge Lorenzetti, da UFSC, relatou a situação do 3º grau e a preparação do Encontro Nacional de fevereiro '81 em Campinas.

Outro ponto do temário foi sobre a atuação sindical dos professores do PT.

Após várias horas de debates, em torno de textos previamente preparados, foram aprovadas conclusões em plenário. Eis algumas das mais importantes: "O PT, através de seus militantes, deve intervir na luta sindical no interior da estrutura sindical vigente, combatendo-a, demonstrando seu atrelamento ao Estado e a necessidade da independência classista do movimento e de suas entidades."

"O PT deve formar uma corrente para a intervenção sindical, não intervindo diretamente em nome do PT no interior da atividade sindical das várias categorias".

"A intervenção sindical do PT deve ser unitária, isto é, os militantes do PT subordinam-se as deliberações já existentes do Partido e as deliberações internas dos núcleos do PT para o desenvolvimento de seu trabalho nas frentes de massa."

"O PT deve realizar um Encontro Nacional específico para definir, nacionalmente, uma linha sindical. Para tanto devemos encaminhar essa proposta à Comissão Nacional Provisória."

Além de outras definições mais específicas, o Encontro dos professores gaúchos também deliberou sobre o ENTOES. Os professores entendem que o PT no Sul deve dar todo o apoio à articulação regional do EN IOES que já tem seu Encontro marcado para o dia 9 de novembro, e estão convocando toda a categoria, do magistério público e privado, para realizarem um Encontro prévio de professores para a escolha de delegados e aprovação de propostas de trabalho para o ENTOES gaúcho, dia 8 de novembro, em Porto Alegre.

O segundo dia do encontro serviu para que os professores presentes definissem propostas de trabalho que os militantes e simpatizantes do PT vão levar no trabalho em suas entidades.

Além de divulgar os resultados do Encontro e de organizar núcleos da categoria nos municípios do interior que o PT já está implantado e onde o número de professores que aderem ao PT é muito grande, foi aprovado que a tarefa prioritária dos professores do PT no sul é o fortalecimento do trabalho de base nas duas grandes entidades. Fortalecer e participar dos núcleos regionais do CPERS que agrupam às vezes vários municípios e milhares de associados; ampliar a sindicalização na área privada e fortalecer a organização e criação de comissões representativas por escolas, formas orgânicas já existentes e reconhecidas nessas entidades.

Eleita executiva

No dia 7 de outubro, em reunião extraordinária da comissão Diretiva Regional Provisória do PT/RS, foi eleita a Comissão Executiva do PT no Sul. A Comissão que funcionou durante todo o período anterior de forma colegiada, precisava agora não só cumprir a formalidade legal para o devido encaminhamento do registro provisório, como também necessitava de uma maior agilidade nas repostas políticas e nas tarefas administrativas que o PT está exigindo crescentemente.

Após um período de debates, onde foram apresentadas várias sugestões de nomes para comporem a Executiva, foi aprovada, praticamente por consenso, a seguinte composição:

Presidência: Olívio Dutra, bancário ex-presidente do Sindicato de Porto Alegre, cassado recentemente.

Vice-Presidente: Raul Anglada Pont, professor universitário, membro da chapa de oposição ao Sinpro/RS

Secretário Geral: Clóvis Oliveira, professor secundarista, participante no CPERS/RS

1º Secretário: Paulo de Tarso Carneiro, bancário, participante do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre

Tesoureiro: Clóvis Ingenfritz da Silva, presidente do Sindicato dos Arquitetos do RS

DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assinie

Companheiro
Convergência Socialista
Coojornal
Correio Sindical
Em Tempo
Hora do Povo

Movimento
O Trabalho
Pasquim
Repórter
Tribuna da Luta Operária
Voz da Unidade

Compre nas bancas. Ajude a vender. Estimule os jornaleiros a resistir aos terroristas. Faça a sua assinatura.

Todos ao ato público em defesa dos líderes do PT, processados pela Lei de Segurança Nacional

Dia 26/10, às 10h, no Estádio Vila Euclides, em São Bernardo

Entrevista

Lula: o balancê do PT

No momento em que o Partido dos Trabalhadores entra com seu pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral, o seu presidente Luiz Inácio da Silva, o Lula, dá uma geral no caminho percorrido até agora.

Por Flávio Andrade



- Qual é o quadro geral do partido hoje, depois da entrada do pedido de registro provisório junto ao TSE?

- Acabamos de dar entrada no pedido, apresentando o partido já formado, segundo as exigências da lei, em quinze estados; nestes estados também já superamos o número mínimo das comissões municipais necessárias. Esta é a situação hoje. Agora, o mais importante vem depois: se era difícil esta etapa que vencemos, depois da concessão do registro provisório vem uma tarefa muito maior e superior do que a criação das comissões; filiar militantes ao partido, precisar a ação dos núcleos, estruturá-los melhor, implantar o partido nos trabalhos de bairro, e patrocinar debates internos sobre as várias questões políticas com as quais o partido tem a ver etc.

As coisas são determinadas por lei para nós, e neste sentido a tarefa central agora é a criação dos diretórios e a filiação ao partido. Nós temos que preencher inclusive o número mínimo de filiados em cada cidade, ao mesmo tempo em que precisamos aumentar também o número de comissões tanto nos estados que agora dão entrada como nos outros.

Quanto ao quadro geral do partido hoje, poderia se dizer, ele é de um super-crescimento e participação. Desde, por exemplo, a época do Encontro Nacional, cresceu muito a representatividade do PT. Lideranças inúmeras de trabalhadores rurais, estudantes, etc, aderiram ao partido. Ele se diversificou bastante e cresceu muito. Também a nível interno, a participação aumentou significativamente: vários debates e cursos foram realizados; outros estão programadas tanto por assuntos como por categoria.

A tarefa agora é a filiação e criação dos diretórios em cima da discussão da linha política”.

Entim, o quadro do PT é bem promissor diante das novas tarefas que teremos que enfrentar no próximo período.

- E o governo, vai tentar brear o registro do PT? Qual sua expectativa?

- Embora o governo tente insinuar que o partido é um partido de classe e esteja processando algumas lideranças do PT por incitamento à luta de classes, no entanto ele terá que dar muitas explicações aqui e no exterior se julgar o partido não pelo seu Manifesto, Programa e Estatuto, mas por pessoas, pela ação individual de alguns de seus militantes. Eu estou tranquilo na certeza e na esperança de que não haverá nenhum problema. Poi nem o Programa nem o Estatuto dizem que determinadas pessoas foram ao Acre ou fizeram greve no ABC.

- Você falava de aumento na participação interna no partido. No entanto uma queixa geral hoje do PT é que ele está meio paralisado em relação à intervenção externa, principalmente nos movimentos sociais. Não tem uma linha sindical, uma linha estudantil, não organiza a intervenção de seus militantes nestas atividades, etc. O que você acha disso?

- Eu acho que as pessoas que criticam deveriam em primeiro lugar se perguntar pelo que elas fizeram nestes projetos. É muito cômodo ficar esperando que as outras pessoas façam as coisas. Veja: nós temos esta preocupação e não é de hoje. Temos inclusive encomendado alguns estudos, porque um partido com um ano e meio não poderia — e se tivesse seria mentira — já ter um plano de ação prático para o movimento estudantil, para a questão da terra, movimento sindical, questão da saúde, etc.

“Não pretendemos fazer como outros partidos, filiando como se fossem time de futebol”.

Mas estes planos de ação virão mesmo é com a prática do partido, mesmo assim já encomendamos alguns estudos no sentido de apresentar esboços para a discussão nos núcleos sobre os mais variados assuntos que mencionei anteriormente.

Nós, até agora, não tivemos ainda fôlego e tempo para criar nem o Regimento Interno do partido. Terminando agora esta fase de registro vamos pegar no Regimento Interno e nos projetos específicos de que falávamos. É em cima

disso que construiremos o partido, formaremos os militantes, faremos as filiações, etc.

Esta queixa portanto da situação interna do partido tem que ser vista dentro do fato de que cada coisa tem o seu momento, cada etapa tem que ser vencida a seu tempo. É justo criticar, mas as pessoas devem não ficar só nisso e sim darem também sua contribuição para a solução do problema.

- Muita gente hoje, dentro dos outros partidos de oposição, principalmente do PDT, aposta que o PT custou a conseguir as comissões necessárias, mas não conseguirá realizar as filiações requeridas e as convenções para a formação dos diretórios. A partir daí acreditam que o PT, mais cedo ou mais tarde, acabará pedindo arrego numa fusão, no caso, provavelmente com o PDT. O que você acha deste raciocínio em particular, e da evolução recente da tese das fusões em geral?

“Preferimos 100 militantes a 1.000 filiados”.

- Em primeiro lugar é falsa a idéia de que só com muito custo é que o PT conseguiu criar as comissões que agora apresenta ao TSE. Veja bem: no Acre, criamos comissões em todos os municípios e em Minas estamos apresentando mais comissões do que o PDS ou o PMDB. É como as pessoas que no começo riam diante da idéia de que iríamos criar um partido e hoje ele está aí. Pois preparem-se agora que nós vamos

“Temos que dar ao PT a dimensão histórica que ele merece; diante disso, as fusões são uma coisa mesquinha”.

dar outra resposta a eles. A dificuldade de trazer trabalhadores para votar não é a nossa mas sim de quem está distante da classe. Então eu estou tranquilo em relação a isso; o que nós não queremos é fazer como muitos partidos fazem, filiando como se fosse um time de futebol; nós queremos é conscientizar, nós queremos é politizar. E isto eu tenho dito e assumido a responsabilidade por todos os cantos onde tenho ido: nós do PT preferimos 100 militantes a 1.000 meros filiados porque nós achamos que os militantes é que farão o trabalho de filiação e de conscientização.

- Mas e da proposta de fusão em si, independente deste cálculo acima dos brizolistas quanto ao fracasso do PT. O que você acha da evolução recente da proposta e em particular da proposta lançada pelo Aírton Soares de uma federação das oposições em caso do governo vir com o voto distrital?

- Acho inviável tanto a fusão como a federação. Cada partido tem que se manter com sua

identidade tentando arregimentar o povo e se tornar o partido a que se propôs. O que podemos ter é frente de partidos a nível do Congresso Nacional ou de movimentos populares. Mas isto é outra coisa.

Por outro lado, é inteiramente inoportuna esta discussão, seja de fusões seja de federação. Inclusive eu acho que quando as pessoas se lançam a esta discussão estão é encontrando dificuldade em criar os partidos a que se propuseram. Não é este o problema do PT; o que estamos preocupados é em dar ao partido a dimensão histórica que ele merece diante da qual esta questão das fusões é simplesmente mesquinha.

“Federação de oposições é uma hipótese; e discutindo sobre hipóteses a gente termina facilitando ao governo criar estas hipóteses em cima da gente”.

Quanto às propostas do Aírton, em primeiro lugar eu prefiro não discutir sob a hipótese da vinda do voto distrital. Em segundo lugar o líder do PT na Câmara tem o direito de falar sobre o que ele bem entenda. Se existe uma coisa que o PT tem de sobra é a democracia interna. Eu acredito, ademais, que se a gente ficar discutindo sob hipóteses a gente facilita ao próprio governo a criar estas hipóteses para a gente.

- Um tema que começa a pintar e que tem a ver com as fusões em alguma medida, é a questão das coligações para o lançamento de candidatos ao executivo em 1982. Principalmente no caso dos governadores, se for eleição direta, em alguns estados a coisa já é discutida acaloradamente, alguns defendendo por exemplo que, em termos de realismo político, o PT não lance candidatos e apoie os candidatos fortes do PMDB. Em São Paulo, por exemplo, Montoro; no Rio, Saturnino, etc. E isto em troca de alguns cargos nos governos. O que você acha disso?

- Eu acho que existe a possibilidade de fazermos coligações. Seria até criancice política da minha parte não admitir que no jogo político às vezes você é obrigado a fazer composições com outros partidos que se digam de oposição e que ajam de fato como oposição. Se quando chegar o momento oportuno os partidos entenderem que é conveniente lançar um nome comum, um nome que represente o consenso das bases dos partidos, então eu acho que é possível a gente conversar sobre isso.

- Mas insistindo: os trabalhadores deveriam vir a apoiar algum governo de estado do PMDB ou do PP? Você acredita, em tese, que eles podem se sentir — e de fato serem — representados por um governo deste tipo nestas circunstâncias?

“As coligações são possíveis em 1982; mas em tese o PT deve lançar candidatos próprios em todos os cantos do país”.

- Eu não sei... é difícil dizer sobre isso. Porque nós, se em algum momento tivermos que fazer coligações para algum cargo, a decisão será necessariamente aquela que o partido definir. E se a decisão for do partido eu acredito que, os trabalhadores do partido, representando os demais da classe, acertarão naquela medida que melhor convier aos interesses dos trabalhadores. Daí porque a minha tranquilidade de discutir isso no momento adequado.

Mas em tese eu acho que o PT deve lançar candidatos próprios a todos os cargos. E em todos os estados, cidades, etc. Mesmo que não tenha chances de vitória, em tese acho que o correto é lançar os candidatos próprios e fazer política em cima disso para crescer o partido junto às massas trabalhadoras.

Festa popular do PT

Dias 8 e 9 de novembro, das 9,00 às 24,00hs., nos antigos estúdios da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo.

Objetivo: finanças para o PT/São Paulo

O sonho? Ora, o sonho acabou...

A classe média tornou-se a vítima número 2 da crise econômica, apertada pelo desemprego e pela redução de seus salários profissionais. A recente mudança na lei salarial, que estabeleceu novas normas para aplicação do INPC, apenas aperfeiçoou os mecanismos de arrocho sem alterar-lhe o conteúdo.

Por Carlindo Rodrigues e Maurício Borges

Depois de muito bate-boca, muita controvérsia e muita ironia, a dupla Delfim Macedo revelou aos trabalhadores o novo "pacote salarial". Enviada ao Congresso no dia 14 de outubro, a reforma na política salarial deverá ser aprovada antes do recesso parlamentar, para entrar em vigor ainda este ano. A principal novidade, desta vez, é a ofensiva sobre os salários dos trabalhadores qualificados. E foi o limite a partir do qual não haverá mais reajuste semestral automático com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE) o que dividiu os ministros do Planejamento e do Trabalho.

De um lado, Delfim queria que o limite fosse de 15 salários mínimos, para "abocanhar" o máximo possível dos salários dos trabalhadores qualificados. De outro, Murilo Macedo, preocupado em retirar da mudança as categorias mais mobilizadas e combativas e evitar nova onda de greves, propunha um limite de 20 salários. Por fim, chegaram a um acordo, ficando estabelecido o limite de 20 salários, porém com novo escalonamento dos 15 salários mínimos (Cr\$ 62.244,00 atuais). Isto significa que até 15 salários mínimos não haverá qualquer alteração (nem para melhor nem para pior). De 15 a 20 será criada uma nova faixa que receberá apenas 50% do INPC. E a partir de 20 salários mínimos (Cr\$ 82.992,00) não haverá mais reajustes automáticos, ficando esta faixa entregue às negociações entre empregados e patrões.

A cascata de Simonsen

Do lado dos trabalhadores, a mudança na lei salarial não traz, absolutamente, nenhuma vantagem. Isto porque não haverá nenhuma melhoria da situação de quem ganha até 15 salários mínimos (atualmente Cr\$ 62.244,00), se compararmos a nova Lei com a que está em vigor desde novembro do ano passado. E para quem ganha acima de 15 salários mínimos, a mudança vai significar uma piora com relação à atual legislação. A atual lei estabelece os seguintes níveis para os quais é feito o reajuste automático com base no INPC:

- até 3 SM - 110% do INPC
- de 3 a 10 SM - 100% do INPC
- Acima de 10 SM - 80% do INPC

Este cálculo é feito pelo método da "cascata", assim definido por Simonsen (não vale fazer trocadilho), que significa que se uma pessoa recebe, por exemplo, 20 salários mínimos, o cálculo de seu reajuste automático é feito da seguinte maneira: será aplicado um reajuste correspondente a 110% do INPC sobre os três primeiros salários mínimos, 100% do INPC sobre os sete salários mínimos seguintes e 80% sobre os dez salários mínimos restantes.

Assim, a mudança, além de não alterar em nada a situação de quem ganha até 15 SM, prejudica quem ganha de 15 a 20 SM, ao reduzir o reajuste relativo aos cinco salários superiores de 80% para 50% e quem ganha mais de 20 SM, ao eliminar o reajuste automático acima desta faixa. Qualquer reajuste a partir daí dependerá de negociação individual, ou seja, ficará entregue às leis do mercado e será discutido individualmente entre empregado e empregador", segundo afirmou Murilo Macedo.

A faixa dos trabalhadores em empresas privadas atingida pela reforma na lei salarial não é expressiva em termos numéricos. Na realidade, somente 2,3% do pessoal ocupado no setor privado urbano recebem mais de 15 salários mínimos. Entretanto, se olharmos o significado da mudança em termos da massa salarial correspondente a estes 2,3% de empregados, obteremos a expressiva porcentagem de 22,2% (ver tabela). No entanto, é o setor público que emprega o maior número de trabalhadores qualificados, através das empresas estatais e de economia mista (Petrobrás, Siderbrás, Cia. Vale do Rio Doce, Usiminas, Empresas de Serviços Telefônicos, Saneamento, Eletricidade, etc.). Com isso, o raio de ação da reforma se amplia bastante. É o próprio Cláudio Bardella, vice-presidente da FIESP, quem afirma que as



Um aperto no colarinho branco

modificações "foram feitas para atender às necessidades de controle de salários das empresas estatais". E estes empregados qualificados são os que têm acesso mais dificultado à negociação individual com os patrões, uma vez que seu patrão é o Governo.

Esta massa de salários que será retirada dos trabalhadores qualificados, entretanto, não será injetada na base da pirâmide salarial. Não beneficiará, portanto, a nenhum trabalhador. Os únicos beneficiados nessa história toda serão, como sempre, os patrões (empresários e Estado).

Outro aspecto a ser observado é que se o governo está propondo que acima de 20 SM

qualquer reajuste terá de ser negociado com os patrões é porque ele está seguro de que esta negociação não implicará em aumento salarial, mas inevitavelmente em prejuízo para os empregados. E o caso de se perguntar: por que o governo não estende a negociação direta com os patrões para o conjunto dos trabalhadores?

A própria Assessoria Econômica do Ministério do Trabalho calculou, a título de exemplo, qual seria o reajuste de novembro das várias faixas salariais, caso o INPC fosse de 40%, bem como a perda semestral e anual do valor nominal do salário dos empregados atingidos pela modifi-

REAJUSTE DE NOVEMBRO PRÓXIMO (Supondo-se INPC=40%)

Faixa salarial	Reajuste a ser somado no salário atual
Até 3 S.M.	44% do salário atual
De 3 a 10 S.M.	40% do salário atual + Cr\$ 497,95
De 10 a 15 S.M.	32% do salário atual + Cr\$ 3.817,63
De 15 a 20 S.M.	20% do salário atual + Cr\$ 11.286,91
Mais de 20 S.M.	0% do salário atual + Cr\$ 27.885,31

PERDA SEMESTRAL E ANUAL DOS SALÁRIOS ATINGIDOS (INPC=40%)

Faixa salarial	Perda no semestre	Perda anual
Até 20 S.M.	4,6%	9,4%
De 20 a 25 S.M.	9,4%	19,7%
De 25 a 30 S.M.	12,6%	26,8%
De 30 a 35 S.M.	14,9%	32,0%
De 35 a 40 S.M.	16,6%	34,0%
De 40 a 45 S.M.	19,0%	41,6%

FONTE: "Diário do Comércio" - Belo Horizonte - 14/10/80.

Folha de Pagamentos (do pessoal do setor privado, urbano)		
Intervalo Salarial (SM)	% de pessoal na faixa	% da massa salarial na faixa
Até 03	92,4	57,6
Até 10	95,6	67,5
Até 15	97,7	77,8
Até 20	98,7	98,0

FONTE: "Folha de São Paulo" - 09/10/80

ção (supondo-se também que o INPC fosse de 40%).

A classe média na pior

É bastante conhecido o fato de que a classe operária brasileira arcou com os custos do combate à inflação no pós-1964. Mais especificamente, foi no período de crise econômica de 1964 a 1967 que a política de arrocho salarial garantiu as pré-condições para a fase expansiva que se seguiu a partir de 1968.

Dentro do contexto de crise econômica, a classe média foi apenas marginalmente atingida e, posteriormente, já no ciclo expansivo pós-1968, enormemente beneficiada. Salários elevados e em ascensão, oferta de empregos em crescimento, fácil acesso ao crédito e aos novos e sofisticados bens de consumo, todos esses fatores bem indicavam um apogeu da classe média que parecia ter alcançado, afinal, o reino dos céus.

Quando em países capitalistas como o Brasil, a economia entra em crise — que se manifesta especialmente pelo crescimento da taxa de inflação — passa a ser uma exigência técnica para o grupo dominante que controla o aparelho do Estado responder à seguinte pergunta: quem paga a crise? Ou em outras palavras, quem vai arcar com o ônus da política de combate à inflação?

Na recente, atribulada e ainda curta história do capitalismo brasileiro, a primeira e principal vítima destas políticas tem sido a classe operária. Isto é um fato e continua a sê-lo nos dias de hoje.

Mas, há de se reconhecer que apenas a sua cabeça é insuficiente para a voracidade da inflação. Afinal de contas, os operários representam um peso gradativamente menor nos custos e na folha salarial das empresas o que indica a necessidade de novas cabeças a serem oferecidas na política de contenção da inflação.

Neste contexto, a classe média tornou-se a vítima número dois da crise, previda pelo desemprego e pela redução de seus salários profissionais. Liquidado desde há algum tempo o seu poder de barganha no mercado de trabalho o que, por si só já é um forte indicador da queda da renda real do conjunto — os setores médios têm sido vítimas, agora, de uma política deliberada do arrocho salarial que se manifestou pela primeira vez na nova política salarial introduzida em outubro do ano passado, cujo significado real era o de institucionalizar os aumentos para o estrato superior a dez salários mínimos em índices inferiores aos da inflação. Nesse sentido, a recente mudança na lei apenas aperfeiçoou os mecanismos de arrocho sem alterar-lhes o conteúdo.

Reflexos em 82

Na realidade, estas mudanças recentes na lei salarial vem complementar um conjunto de medidas cuja característica central é a penalização da classe média seja através dos aumentos sistemáticos e extravagantes dos preços dos bens que compõem seu consumo quase que exclusivo como a gasolina (no fundo, mais um imposto cobrado à classe média), seja através do aumento do imposto de renda retido na fonte (adotado em 1979) ou, finalmente, através da política salarial pela institucionalização das reduções do salário real.

De um certo modo, este fenômeno obedece a uma tendência secular presente na maioria das economias capitalistas, e que caminha em direção a uma crescente proletarização da classe média. A grande diferença no caso brasileiro — e que certamente agrava mais o problema — é que os salários de base da economia são muito baixos e tendem a permanecer assim, o que indica que a proletarização caminha no sentido de uma homogeneização por baixo, isto é, não significa um avanço real dos salários de base mas, apenas, uma redução dos salários altos e médios em benefício dos lucros.

Para a classe média, o sonho acabou assim como seu idílio amoroso com o regime, o que deverá trazer inevitáveis consequências políticas, especialmente para os planos eleitorais do Governo em 1982.

Eis Aurélio Peres, um operário da fábrica Caloi e hoje deputado federal do PMDB. Ele denuncia para os metalúrgicos que compareceram à assembleia no cine Roxy, dia 17, o espancamento que acabara de sofrer. E mostra os ferimentos na testa. Os responsáveis pela agressão: os Décio Malho, nome da brigada formada pelo velho pelego Joaquinção para combater seus opositores.



Diversos trabalhadores, de muitos anos de militância na entidade e reconhecida dedicação à categoria, apanharam feito cachorro sem dono, fato que inaugurou uma nova e triste fase no sindicalismo brasileiro. É a importação dos violentos métodos das máfias do sindicato norte-americano, cujo efeito é um só: facilitar a negociação para os patrões da FIESP, atitude travestida da mais nobre defesa de uma pretensa unidade sindical.

Baixaria

A FALANGE DÉCIO MALHO

Por Régis Morais

Sexta-feira, 17 de outubro, 19 horas. Os metalúrgicos de São Paulo estão chegando ao cine Roxy para a segunda assembleia da campanha salarial. A entrada "classifica" os operários: associados, não-associados e **Décio Malho**, a torcida uniformizada da diretoria sindical. A divisão, aparentemente sem implicações, revela de cara seu objetivo: a porta dos **Décio Malho** é de fácil acesso e rápida entrada. Nas outras duas, o controle é rigoroso ao extremo. Nelas, um corredor de funcionários e seguidores do semanário *Hora do Povo* se revezam na identificação de dissidentes, nas provocações e no curioso trabalho de arrancar das mãos dos operários os boletins que a oposição distribui na porta do cinema.

Tudo parecia repetir a assembleia anterior. Lá dentro, o 1.º secretário do sindicato, Orlando Malvezzi, interventor em 1964, apresenta a contra-proposta patronal (**Ver o box**): "nada ou quase nada", comenta um **Décio Malho**. O presidente do sindicato, Joaquim Andrade também interventor (em Guarulhos) após o golpe militar, recomenda a não-aceitação da contra-proposta e fixa o dia 27 de outubro como prazo para negociações, "a partir do qual se pensará em um acordo ou noutro destino". A próxima assembleia é marcada para o dia 24, sexta, precedida por dois dias de "reuniões por fábrica", isto é, reuniões de **Décio Malho**. Uma carta do sindicato denunciando a intransigência patronal é lida pela mesa. Até este momento, nenhuma novidade, tudo parece repetir a última assembleia. Mas a coisa começa a mudar quando se anuncia a escolha de oradores. Como antes, três oradores são designados pelas "comissões de fábrica", isto é, pelas reuniões fechadas dos **Décio Malho**. Os outros três deverão ser votados pelo plenário, entre 16 nomes que se inscreveram. Aí começa o tumulto. Diante da perspectiva de se repetir a manobra da assembleia anterior, que permitiu a diretoria praticamente nomear oradores, opositoristas, na pessoa de Antonio Flores e Aurélio Peres, metalúrgico e deputado, levantam uma questão de ordem para, em nome da verdadeira unidade, proporem a palavra da oposição. E, neste momento que os brigadistas do *Hora do Povo* engolem o super-amendoim e entram em ação. O primeiro atingido é Aurélio Peres, nocauteado por um situacionista exaltado que lhe abre o supercílio. A pancadaria é geral. Militantes mais ativos do **Décio Malho** (isto é, o pessoal do *Hora do Povo*) se deslocam de seus postos de controle no meio do plenário para a frente do palco. O que lhes desgarnece a retaguarda. As oposições erguem algumas faixas, alusivas a Santo Dias, operário morto pela polícia no ano passado, e símbolo da greve. Os brigadistas, além de tentarem rasgar as faixas, gritavam alucinados, como o **Décio Malho**, que se identificou como operário da Macife (e que foi orador na primeira assembleia), que berrava: "Santo Dias está presente é no cemitério". A confusão era tamanha que alguns elementos da assessoria do Joaquim, seguravam desesperados alguns brigadistas exaltados, que chegaram a se armar de tábuas para atingir os opositoristas. Acidentalmente ou não, nesse momento as luzes diminuíram de intensidade, o que gerou sérias preocupações, não só no momento mas também em relação às próximas assembleias. Com a sua linha de frente ocupada na defesa do palco, Joaquim

perdeu o controle da massa do plenário, inclusive de muitos **Décio Malho**, que passaram a gritar slogans das oposições, como "abaixo a repressão, sindicato é do peão". Não restava aos pelegos outra alternativa: encerrar a assembleia. Mesmo assim, o plenário não se moveu, como se esperasse, agora sim, uma assembleia de verdade.

Contudo, a mesa não via condições de continuar sem perder o controle. E as oposições não tinham como impor a continuidade com democratização da palavra. Durante cerca de 15 minutos, o impasse continuou. Até que, novamente, a presidência anunciou o fim da assembleia, botou no ar, a todo volume, o Hino dos metalúrgicos, e a massa começou a sair, inflamada e gritando contra o pelego. Joaquinção tinha perdido o segundo round, como comentavam alguns operários do plenário. Porém, mais do que isso, a própria categoria dos metalúrgicos perdeu com esse resultado. Uma campanha salarial sem direção confiável não vai à frente. E depois duma assembleia como essa, muita gente duvidará da seriedade da direção.

Campanha salarial ou eleitoral?

Mais do que uma campanha salarial, esta mobilização parecia uma batalha da diretoria sindical no sentido de preparar seu campo para as eleições de 1981.

Nesse sentido, o slogan principal da campanha não era dirigido contra os patrões, mas contra os "divisionistas", isto é, contra as oposições: "Unir sempre, dividir

jamaiz". Com isso, a diretoria e seus aliados se organizaram já como tendência dentro do sindicato. Campanha eleitoral? Mais do que isso, no contexto atual do sindicalismo brasileiro, o rejuvenescimento de Joaquinção parece um ensaio geral, visando impor, contra um sindicalismo classista e agressivo, "político", como o de São Bernardo, um sindicalismo "responsável, maduro". É assim que o telejornal malufista da TV Record comparou os dois. É essa também a declaração do irmão-inimigo de Maluf, Murilo Macedo, depois do significativo almoço reservado com o Joaquinção, na mesma sexta-feira, horas antes da assembleia no cine Roxy.

Joaquinção - aberto para reforma

Quem aposta no pelego? Pelo menos três forças, por motivos diferentes, mas com atitudes basicamente unificadas. Em primeiro lugar, a corrente eurocomunista do PCB, que já declarou pelo seu órgão, o *Voz da Unidade*, ser esse o caminho para reconstruir a confiança da massa, após as últimas derrotas. Como eles acreditam que a direção sindical é referência e autoridade sobre a massa, sua proposta é levar, junto com os pelegos (ou sindicalistas conservadores, como eles dizem), uma "pauta viável de ser conquistada", porque uma vitória, ainda que pequena, abriria caminho para lutas futuras. Essa "necessidade do momento", segundo sua opinião, obriga a uma

"renúncia" dos grupos e correntes ideológicas, em nome de um objetivo maior, o "interesse dos trabalhadores". A segunda força da aliança, a moçada do HP, valendo-se dos mesmos argumentos — principalmente o da unidade em torno da direção sindical — entende que essa renúncia, se não for por "compreensão", vai na base do tapa. Tomam como ponto de partida o mesmo argumento de autoridade — o interesse geral dos trabalhadores e aquele definido pela direção e seus assessores —. Diferente dos seguidores da "Voz da Unidade". Aham contudo que uma boa dose de agressividade é necessária. Batem nos opositoristas, por um lado, e chupam limão para fazer cara feia diante dos patrões, na mesa de negociações. São também os que mais se inclinam por uma paralização. Quanto a seus objetivos mais a médio prazo, procuram nitidamente tomar vantagem na manipulação dos **Décio Malho**, visando ocupar espaço no aparelho sindical e barganhar posições nas próximas eleições. Este último fato, aliás, juntamente com os "excessos" da tropa de choque têm queimado o *Hora do Povo* diante das correntes moderadas da aliança.

A terceira força interessada na recuperação do Joaquim é, evidentemente, o governo e a FIESP. A curto prazo, porque isso significa sua reeleição, em 1981, para dirigir o maior sindicato da América Latina. A médio prazo, porque isso significa o reforço ao sindicalismo "de direita" diante do sindicalismo classista personificado pelos "autênticos". Assim, se repetiria a manobra de 1964. Por um lado, cassação das direções eleitas e combativas (Lula e seus companheiros hoje, Afonso Delelis em 1964), perseguições de militantes (Lei de Segurança Nacional para os ativistas do ABC, hoje, dispensa e prisão pra centenas de delegados sindicais em 1964). Por outro lado, Joaquim, almoço com o Ministro, reservadamente (como em 1964), mostra-lhe as vantagens de ceder algumas miseráveis concessões, em troca duma estabilidade futura.

O fato que muito se comentou porém é que, a tal mobilização mostruosa que a diretoria estaria fazendo não rendeu seus frutos. Afinal, uma assembleia numerosa e aguerrida é um bom argumento contra os patrões. Ou, como pergunta Delelis, o presidente cassado dos metalúrgicos, (Ver entrevista) a manipulação e a falsa mobilização seriam uma forma de preparar a massa para aceitar o "bom acordo" dos pelegos? De qualquer modo, na saída, vários operários comentavam que, desse modo, a campanha não ia bem. Sem uma democratização do sindicato e sem uma verdadeira mobilização, a intransigência dos patrões não cederá. Mas, agora, a dez dias do prazo, e com a confiança abalada por essa campanha mal conduzida, o que resta? Os metalúrgicos têm que correr contra o tempo e recompor as forças. Ou vai dar no acordo que os patrões querem? Se assim for, Joaquim acabou ganhando uma batalha. Mas pode perder a guerra.

Quem são eles?

Décio Malho, o bonequinho do jornal "O Metalúrgico", órgão oficial do Sindicato de São Paulo, foi o personagem-símbolo criado pela habilidosa assessoria sindical do Joaquinção. Tentando repetir a experiência de **João Ferrador** de São Bernardo, são apresentados como delegados de fábricas, eleitos.

No entanto, são recrutados a dedo: através de cartinhas do Sindicato, pessoais diretamente para a casa do trabalhador; entre aqueles que frequentaram os cursos intensivos de formação sindical; nas reuniões de fábrica, convocadas pelo Sindicato, muitas vezes sem que a maioria dos trabalhadores sequer saibam. Hoje totalizariam duas mil pessoas.

Como se não bastasse todo esse critério de seleção, a máfia do Joaquinção ainda destila sobre os **Décio Malho**, entre discussões sobre elenco de reivindicações, importância do Sindicato, etc., todo o seu veneno contra os "divisionistas", tratados, sem cerimônia, como "ladrões aliados dos patrões, entre outros objetivos. A esse respeito, é bem ilustrativo o que disse um **Décio Malho**, operário da indústria AIBA, ao deputado Aurélio Peres: "Vocês querem dividir para encher o bolso. Nós estamos reprimindo a anarquia de vocês, que querem encher o bolso e ir para a Itália. Vocês são todos comunistas". Qualquer semelhança com os panfletos anônimos — que a diretoria atribuiu à polícia — denunciando alguns operários de Oposição Sindical de ladrões e aproveitadores do dinheiro

arrecaçado nos fundos de greve, não é mera coincidência.

A força estranha

"Tudo bem, estamos aí dando uma força" é a resposta comum entre eles sobre o andamento da campanha salarial e sua participação nela. Nos momentos de tumulto, ignoram quem é quem, manifestando-se apenas contra uns abstratos "divisionistas". Se é verdade que há muitos trabalhadores inexperientes e desavisados entre eles, um observador mais cuidadoso verá que nas assembleias do sindicato, há sempre um "orientador" para cada grupo de **Décio Malho**, encarregado de instruí-los a cada momento sobre quem aplaudir, a quem vaiar e como se viu na sexta-feira, sobre quem baixar o porrete. Aliás, de acordo com denúncia de operários de oposição, existiria um núcleo — mais restrito, de total confiança da coalizão pelegos — *Hora do Povo*, formado por cerca de 30 pessoas — cuja existência é ignorada pela maioria dos **Décio Malho**. Esse grupo, de acordo com as mesmas denúncias é quem decidiu, a tática de agressões à oposição na assembleia de sexta, 17; dois de seus elementos, inclusive, ficaram encarregados de apagar as luzes, o que não acabou acontecendo, já que os indicados vacilaram diante das consequências imprevisíveis que poderia resultar.

Na página seguinte depoimentos sobre a agressão

Lula: "garanto que na próxima assembléia estaremos presentes" (de uma conversa com o repórter do EM TEMPO)

"Temos que apurar quem são os responsáveis"

(Aurélio Peres, o deputado que teve o supercílio aberto por um soco)

"É preciso democratizar o sindicato. No parlamento, que é muito mais reacionário, a palavra da oposição é garantida. Aqui não. Isso não é unidade. É monopolização do sindicato a interesses de grupos que querem se utilizar do sindicato para se promover. Não sei como vai terminar, mas vou denunciar isso no parlamento. Temos que apurar quem são os responsáveis".

"Jornalista do Hora do Povo agrediu o deputado"

(Fernando Ó, sindicalista e agredido)

"Não cheguei a ver quem me agrediu. Só sei que foi um moreninho, da turma dos Décio Malho. Estava perto do Aurélio Peres, quando ele foi pedir a questão de ordem, e fui agredido duas vezes. Na segunda, com soco inglês ou um objeto contundente que não sei dizer qual. Quanto ao Aurélio, só sei dizer que ele foi agredido por um jornalista do Hora do Povo, que não sei o nome."

"Fazemos você virar Fernandinho ao invés de Fernandão"

(Palavras ouvidas pelo sindicalista Fernando)

"Sempre separam brigas no Sindicato. Todos estão de prova. Mas, essa vez foi demais. Fui separar uma briga junto à faixa que dizia "Queremos vinte por cento", e fui agredido por trás, o que é uma prática comum dos pelegos. Ai, perdi a paciência e revidei agressão. Logo, juntaram mais de 20 pessoas em cima de mim. Fui derrubado, e não me lembro direito o que aconteceu em seguida. Acho que tem uma máfia no Sindicato especializada em agressões e provocações. Pois só isso explica o aparecimento repentino de mais de 20 pessoas para me agredir. E mais: depois da assembléia, na segunda-feira, retornei ao Sindicato, pois entendo que lá é o lugar do trabalhador. Fui provocado pelos Décio Malho, que disseram coisas assim: "Apanhou tanto na Assembléia e ainda tem coragem de voltar aqui?" "Nós vamos fazer você virar Fernandinho, ao invés de Fernandão".

"Pior que a ditadura: uma força militar de trabalhadores"

(Djalma de Souza Bom, da diretoria cassada de São Bernardo)

"Em São Paulo está se criando algo talvez pior que os próprios métodos da ditadura. Estão criando uma força paramilitar particular, formada entre os próprios trabalhadores. Isso é um absurdo e se precisa tomar providências. Eu confiro que na próxima assembléia, nós iremos lá."

"Eles inventaram algo mais facista que a CLT"

(Gilson Menezes, da diretoria cassada do Sindicato de São Bernardo)

"Já na entrada havia grande dificuldade para os trabalhadores entrarem na Assembléia. Havia companheiros com carteira profissional e que não conseguiram entrar. Eu mesmo fui com mais dois companheiros de São Bernardo e na portaria um diretor do Sindicato falou que era a última vez que deixava eles entrarem. Na próxima entraria só eu que era da diretoria cassada. Em São Paulo, eles inventaram algo mais facista que a própria legislação trabalhista, que é o regimento interno da Assembléia. Isso não existe. O regimento interno dá o direito às comissões de fábrica elegerem três oradores e na sexta-feira, além desses três, o Joaquim disse que três desses se inscreveram, mais três tinham sido escolhidos. Mas escolhidos por quem? Quem começou a pancadaria foi o pessoal do Décio Malho. Fiquei sabendo depois que o deputado Aurélio Perez queria negociar com a mesa a continuação da Assembléia, mas não conseguiu, só levou pancada. E no final, na hora que surgiu a faixa: "Companheiro Santo, você está presente", o Joaquim pensando que estava longe do microfone gritava: "rasga, rasga a faixa". Daí ninguém segurou mais."

A Campanha já tem uma linha pré-determinada e irreversível. Eu vi vários trabalhadores com carteira profissional, simples trabalhadores, sendo impedidos de entrar no seu sindicato. Lamento uma categoria e um sindicato ser representado por uma direção dessas. O Sindicato de SP continua sob intervenção desde 64. Tem gente que não quer arriscar o aparelho sindical, porque para muitos isso é cabide de emprego. Enquanto isso, a categoria é jogada no buraco."



Fala um valoroso Décio Malho

Carlos Alberto Pereira, do jornal Hora do Povo, foi apontado durante a assembléia como o iniciador de toda agressão, pelo sindicalista Antonio Flores. Em Tempo procurou-o para ouvi-lo sobre o assunto. Ele negou categoricamente e acrescentou:

— Na verdade, eu fui agredido na Assembléia pelo Fernandão e por mais cinco elementos que não sei o

nome. Mas me defendi valorosamente. Conversei com o próprio Aurélio Peres e ele negou ter dito que eu o agredí.

Em Tempo conversou também com Aurélio Peres, após esta entrevista. O deputado estava em Brasília, falou por telefone e confirmou que esteve com Pereira, na presença do engenheiro Ricardo Zaratini. Só que, disse Aurélio, não tocaram no assunto...

"Isso lembra o pior sindicalismo mafioso"

(Lalson Campos, da diretoria do Sindicato dos Bancários)

"Não há dúvida que os bancários repudiam a utilização desse tipo de método. Alias, os métodos desse pessoal do Hora do Povo são fartamente conhecidos, não é a primeira vez que batem na oposição. Agora, com o aparato do Sindicato dos Metalúrgicos à sua disposição, só podem aumentar sua truculência. A meu ver, esses métodos facistas expressam o desespero de pessoal, que opta em sair na porrada ao invés de discutir politicamente, diante da massa."

Já durante a greve do ABC, quando se formou o Comitê de Solidariedade pudemos ter uma experiência com essa gente: em meios às reuniões, eles se exibiam intimidadamente, com correntes e cabos de aço, caminhando de um lado para o outro, lembrando policiais do DOPS que costumam exibir seus

revólveres, para impor respeito. E na primeira assembléia dos metalúrgicos eu mesmo recebi alguns empurrões na entrada de vendedores do Hora do Povo que não gostam da diretoria dos bancários e de nossa atuação no movimento sindical. Lá dentro, havia muitos deles, não se sabe com que propósito: vendendo jornais e fazendo a cobertura da assembléia é que não era. Para mim, o problema não se resume apenas nas agressões à oposição. Trata-se de agressão à própria categoria, que é a maior prejudicada. Se as assembléias já estão pequenas, certamente esvaziarão ainda mais, porque nenhum trabalhador está disposto a apanhar desses pequeno-burgueses desesperados". Finalmente, creio que o conjunto do movimento sindical deve não apenas repudiar como se posicionando contra a introdução desses métodos no sindicalismo brasileiro, que lembram o que tem de pior no sindicalismo mafioso nos Estados Unidos. Porque, se hoje eles estão nos metalúrgicos, amanhã virão para os bancários, jornalistas e outras categorias profissionais."

Negociação

Uma forma sorridente de dizer não

Distantes das tumultuadas e agitadas assembléias, representantes dos três sindicatos metalúrgicos - São Paulo, Osasco e Guarulhos - já gastaram perto de 40 horas em negociações com os representantes patronais, o famoso Grupo 14 da FIESP, formado pelos sindicatos das empresas do setor metalúrgico, eletromecânico e eletrônico. Foi escolhido, desta vez, um local "neutro" (sic), o Conjunto Educacional do Sesi, na Vila Leopoldina, na zona Oeste da capital. À mesa das negociações, somente dois diretores de cada sindicato de trabalhadores (Joaquim e Malvezzi por São Paulo, Henos Amorina e Toschi, por Osasco e Edmilson e Paixão, por Guarulhos) têm o direito de sentar-se, frente à frente com uma equipe onde pontificam os empresários Paulo Francini, Valter Sacca e Nildo Mazzini, assessorados por competentes profissionais de Recursos Industriais e advogados (do lado dos trabalhadores, há a colaboração do advogado Almir Pazzianoto e de Walter Barelli, diretor do Dieese). Na platéia, ficam os representantes das comissões de salários - escolhidos a dedo, como é o caso de São Paulo e Guarulhos, ou em assembléias, como ocorreu em Osasco.

Até agora, tudo correu na maior cordialidade. Como disse um operário, os patrões mostram-se amáveis, vêm cumprimentar-nos, tomam café/inho conosco, têm sempre um sorriso nos lábios". Embora seja inegável a melhora do clima - influência dos novos ares que sopram na FIESP, não é menos verdade que o que mudou foi apenas a forma de dizer-se não, mais mansa e menos contundente. De resto, a safadeza continua, como é o primeiro a reconhecer o insuspeito Joaquim Andrade. Basta um exemplo: os trabalhadores pediam 20 por cento além do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os patrões, mediante maneios, tomando como referência os salários vigentes em novembro do ano passado e não os de maio deste ano, data do reajuste semestral, tentaram mostrar que concederiam mais do que o reivindicado, isto é, 22 por cento acima do INPC. Barelli e Pazzianoto, então denunciaram a hábil manipulação e a verdade ficou restabelecida: na realidade, os patrões concederiam um aumento médio de apenas 4,7 por cento (6,2 por cento para quem ganha até três salários mínimos, 5,1 por cento para os situados entre três e 10 S.M. e 2,5 por cento para os demais).

Também, no que se refere ao piso salarial há uma distância entre o pedido e o que o grupo 14 ofereceu até agora: enquanto os metalúrgicos querem um piso de Cr\$ 13.950,00 (ou Cr\$ 58,00 por hora), os patrões propuseram Cr\$ 7.200,00 nas empresas com até 50 operários e Cr\$ 7.500,00 nas demais. Outro ponto polêmico tem sido o relativo ao estabelecimento de critério para dispensas: segundo os empresários, seria fixado um máximo de 5 por cento em 30 dias nas empresas com até 50 operários, quatro por cento nas com até 200 e três por cento nas com mais de 1.000 empregados. Esses percentuais foram considerados altos pelas comissões dos trabalhadores.

Uma contraproposta patronal deverá surgir na quinta-feira, 23, durante reunião dos sindicatos pertencentes ao grupo 14, e apresentada na reunião de sexta-feira, 24, aos negociadores dos sindicatos de empregados. É possível que ocorra algumas melhoras nos índices econômicos do pacote de negociações (por exemplo, algo em torno de 7 e 7,5 por cento sobre o INPC para a primeira faixa) que será submetido às assembléias dos trabalhadores na noite daquele mesmo dia.

Lições de democracia. Em Osasco.

Este ano, a campanha dos metalúrgicos de Osasco serve de exemplo para as demais categorias.

Quando os 500 trabalhadores presentes na assembléia de sexta-feira 17, no Sindicato dos metalúrgicos de Osasco ficaram sabendo que os patrões só dariam aviso prévio de 90 dias para quem tivesse mais de cinco anos de casa e mais de cinquenta anos de idade, caíram na risada. Parecia mesmo brincadeira dos patrões oferecerem respostas ridículas ao elenco de reivindicações apresentado por Osasco, as mesmas que São Paulo e Guarulhos. "A mudança na FIESP, com a entrada do Vidigal, que durante os prenúncios da abertura vinha se mostrando democrático, não quis dizer nada. Na hora de meter a mão no bolso, são todos iguais", disse Henos Amorina, o presidente do Sindicato.

A assembléia foi bastante animada, demonstrando que nem a greve fracassada do ano passado, nem a postura desmobilizadora da maioria da diretoria do Sindicato abateram o ânimo dos trabalhadores. Mesmo contando com uma boa presença, ela foi muito prejudicada pelo burocratismo dos encaminhamentos. Para começar, todos os presentes tive-

ram de se submeter a uma longa leitura da ata da assembléia passada (20 minutos), seguida de uma também longa e monótona leitura do elenco de reivindicações apresentado aos patrões, comparado ao que os patrões ofereceram. De importante, no entanto, muito pouco (vide box com o elenco). Quando todos pensavam que a assembléia ia, enfim, deslanchar, surge uma proposta de que se escolhessem oradores por município, contraposta ao franqueamento da palavra com determinação de tempo. Vencida a primeira, passou-se a uma confusa escolha dos oradores. Como não tinham havido antes reuniões preparatórias nas regiões, a escolha se deu na hora, e no grito. Ao todo, o Sindicato de Osasco abarca dez municípios (Osasco, Embú, Itapecceria da Serra, Itapeví, Taboão, Carapicuíba, Barueri, Cotia, Jandira, Santana do Parnaíba), o que dá uma ideia da confusão criada nos momentos de escolha dos oradores. A essa altura, os operários que trabalham à noite (turno das 10), já se retiravam do recinto. Quando, afinal, a palavra foi aberta, uma nova decepção: pou-

cas propostas surgiram, e muitos metalúrgicos que tinham o que dizer, não puderam se manifestar.

Campanha Democrática

De relevante, apareceram as seguintes propostas: realização de assembléia na porta das fábricas, desligamento da produção de 5 metalúrgicos para se dedicarem ao trabalho de mobilização da diretoria. Foi neste ponto que surgiu a única polêmica da assembléia: a proposta inicial, feita pela oposição, recomendava que os cinco fossem membros da comissão de mobilização (onde as oposições sindicais possuem maioria); a isso, vários diretores do sindicato através de um cupincha, amigo dos companheiros da Tribuna da Luta Operária, propuseram que os cinco a serem desligados fossem membros suplentes da diretoria.

Posto em votação, venceu a primeira proposta. Na realidade, a votação era falsa. Os membros da diretoria podem ser desligados a qualquer momento,

sempre que o sindicato assim o desejar, sem precisar de decisão da assembléia. O único sentido da proposta dos diretores, era evitar que a Oposição tivesse um campo maior de atuação política.

Como saldo, fica a constatação de que, até agora, o Sindicato vem encaminhando a campanha de uma forma bastante democrática. Existe, dentro do Sindicato um comitê de apoio aos metalúrgicos que ajuda a mobilização da categoria; a comissão de negociação foi eleita em assembléia; a comissão de mobilização é aberta a qualquer metalúrgico. Comparado a outros sindicatos, a situação é invejável. Isto, sem dúvida, é o resultado de um antigo trabalho realizado na região pelos militantes de oposição sindical, combinado ao "racha" da diretoria, que aglutina na sua parte majoritária setores verbalmente comprometidos com a classe operária, mas de fato desmobilizadores da luta operária.

A campanha, até agora, ainda está esquentando. A ideia da greve foi levantada por quase todos os oradores. A próxima assembléia será decisiva.

Metalúrgicos Cariocas

Jogo duro: quatro chapas na briga pelo sindicato

Uma disputa prà valer marcará as eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, no próximo dia 17

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio está com eleições marcadas para o dia 17 de novembro. A entidade representa 250 mil trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico, espalhados por uma imensa base territorial que abrange os municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Caxias, Itaguaí (onde fica a Companhia Siderúrgica da Guanabara) e recentemente Magé. A concentração operária por fábrica é pequena. A maior delas em número de empregados é a **Iskawashima** (estaleiro) com cinco mil. Outras consideradas grandes são a **Fiat** em Caxias, com três mil e a **Cosigua** com quatro mil, por exemplo.

Depois do final da última intervenção, 1973, esta será a primeira eleição da categoria tendo presente na memória uma jornada de lutas: a greve de seis dias realizada em 1979, quando da realização da campanha salarial. Esta greve possibilitou a organização da categoria em treze áreas — foram os representantes delas que estavam à frente da greve mobilizando, discutindo nas portas de fábrica e organizando o movimento nas assembleias do sindicato (com cerca de 15 mil participantes). Isto tudo **apesar** da atual diretoria, que ano passado queria impossibili-

tar a categoria de experimentar formas mais avançadas de luta, colocando-se contra a greve.

Na história recente deste sindicato estão as razões para só existirem cerca de 30 mil sindicalizados e o colégio eleitoral deste ano não ultrapassar os 15 mil votantes. Os golpes e intervenções da ditadura militar soma-se aos burocratas sindicais, que se apoderam das diretorias sempre mais preocupados em acordos com os patrões e na defesa de seus privilégios do que na criação de um sindicato combativo e atuante.

As chapas concorrentes

Apresenta-se encabeçando a **Chapa 4**, o atual presidente Pimentel, portanto candidato à reeleição. Junto com ele o mesmo "grupo de amigos" que o apoiou durante seu último mandato. pessoas estas sempre mais fáceis de se encontrar nas salas da diretoria do sindicato do que nas portas das fábricas à frente das campanhas da categoria. A **Chapa 4** enquanto continuidade tem duas alterações. A primeira: o atual diretor de recreação e cultura do sindicato, José Severino de Paulo rompeu com a atual diretoria e está na **Chapa 2**. A segunda: um grupo que participara do processo

de formação da chapa do Pimentel, rompeu e formou a **Chapa 3**, que até agora não apresentou nenhum programa.

A **Chapa 4** apresenta um programa influenciado pela própria radicalização da categoria, mas seus métodos de dirigir o sindicato já são conhecidos e o que a categoria quer agora é uma diretoria que esteja à frente das lutas e não "por cima".

A **Chapa 2, Oposição e Renovação**, é fruto do MUM (Movimento União dos Metalúrgicos) que, no 1º de Maio deste ano, lançou seu manifesto, conclamou a categoria a participar da campanha salarial e apresentou um projeto de programa para ser discutido. O MUM reunia o conjunto mais expressivo dos representantes de áreas do ano passado e um grande número dos sindicalistas mais combativos e reconhecidos pela categoria. No processo de formação da chapa aconteceu uma lamentável divisão, surgindo a **Chapa 1, Oposição Operária**. A **Chapa 1** ainda não apresentou programa.

Permanecem na **Chapa 2** a grande maioria dos representantes de área da greve de 79 (80%) e inúmeros ativistas sindicais.



A chapa vencedora

Dançou mais um pelego: Novo Hamburgo

A oposição sindical dos metalúrgicos em Novo Hamburgo faturou o segundo escrutínio das eleições, com uma diferença de 32 votos.

De sua oposição na cabeça, para as eleições do Sindicato Metalúrgico de Novo Hamburgo, RS, na segunda rodada eleitoral, no último dia 10. No primeiro escrutínio, a oposição ganhou com uma margem de 81 votos (de 666 a 634). Agora, votaram 1317 metalúrgicos e a diferença foi de 32 votos. Havia 1526 trabalhadores em condições de comparecer às urnas.

João Machado Mendes, agora presidente do sindicato, confessa que não foi fácil chegar à vitória e derrubar o pelego Sebastião Ody, que há 23 anos ocupa o cargo de presidente. "Na empresa Açoes Plangg — conta João —, os patrões, junto com os técnicos, ameaçavam os operários abertamente. No dia das eleições, os votantes, antes de irem à mesa eleitoral, eram obrigados a passar por uma saleta para ouvir a preleção dos patrões contra a oposição sindical".

Com uma base relativamente pequena, cerca de 5 mil operários, o sindicato ocupa agora uma posição estratégica, já que é o único dentre os metalúrgicos com posições avançadas na Grande Porto Alegre. É, de certa forma, um paradoxo, pois o número total de operários é pequeno, além do que as fábricas do seu parque industrial são em sua maioria pequenas. Quatro ou cinco com, no máximo, 500 operários cada uma, secundadas por uma infinidade de fabriquetas que ocupam em média 30 operários. Sob a ótica numérica, este sindicato é obviamente inferior ao de Porto

Alegre (com 30 mil) ou de São Leopoldo (com quase 20 mil operários). Outro fato objetivo que contribui para torná-lo "secundário" é a pouca especialização dos seus metalúrgicos, que em sua grande parte há pouco saíram de atividades essencialmente agrícolas. Mas o programa, a articulação que a oposição sindical promoveu, serve de contraponto a essas debilidades.

Em primeiro lugar, o programa que resultou vitorioso deixa bem claro seu alinhamento com posições avançadas: "um sindicato voltado para os interesses da categoria, em que se destaca o incentivo à organização dos trabalhadores dentro do seu local de trabalho, criação de cursos profissionalizantes, campanha de conscientização e sindicalização, direito de greve, reajustes trimestrais e formação da CUT independente do estado", são os seus pontos mais importantes.

No sentido de contrarrestar a debilidade da formação dos operários, a diretoria definiu um plano de trabalho mínimo em torno das necessidades mais imediatas. Estudar a situação do sindicato — desde a situação financeira até o levantamento de dados mais concretos sobre a situação sócio-econômica dos trabalhadores —, uma campanha de sindicalização imediata e um jornal mensal que, além de informações gerais sobre o movimento operário, pautar-se-á por artigos e matérias sobre a legislação trabalhista, acordos que não são cumpridos pelas fábricas, etc.

Outro ponto considerado fun-

damental pela chapa e o apoio e incentivo às outras oposições sindicais. fruto da sua própria experiência: a oposição de Novo Hamburgo nasceu da reunião de trabalhadores de vários ramos (metalúrgicos, calçadistas, do vestuário, etc., além de moradores de vilas, que deram um apoio efetivo durante a campanha, desde a sustentação financeira até o próprio planejamento das atividades no período eleitoral).

Como eles mesmo afirmam, "hoje não deve morrer a oposição sindical. Se dissermos que abandonaremos a oposição sindical estaremos indo contra o nosso próprio programa. Hoje, a oposição deve trabalhar junto com a chapa, e fazer com que cada metalúrgico seja parte integrante de uma oposição à estrutura sindical".

Durante a campanha surgiram denúncias por parte do pelego de que a chapa estava sendo articulada pelo PT, o que comprometeria a gestão no caso da oposição ganhar. Citando o fato de que o presidente, João Machado, é membro da comissão municipal do PT da cidade. É significativa a resposta que os metalúrgicos deram a essas acusações: "Sabemos que a ideologia burguesa diz que o trabalhador não deve participar de atividades partidárias, a não ser votar. Mas sabemos, por outro lado, que os patrões estão metidos até a cabeça com os partidos e a politicagem (que eles tão bem sabem fazer) e não devemos esquecer que são os mesmos que tentam nos proibir de sermos militantes partidários".

Entrevista: oposição e renovação, propõe a chapa 2

Qual a importância das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio para o movimento operário-sindical brasileiro?

Joaquim Arnaldo (candidato a presidente pela **Chapa 2**): Dentro deste sindicato que é o segundo do Brasil, a importância de se colocar uma direção que realmente corresponda aos interesses da categoria, às necessidades dos metalúrgicos e que saiba realmente estar ombro a ombro com estes companheiros, vai beneficiar não aos metalúrgicos mas a toda a classe operária brasileira, porque o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio sempre foi um sindicato de vanguarda nas lutas da classe operária. As suas últimas direções foram omissas frente aos problemas dos metalúrgicos e o sindicato passou a ser um sindicato de segunda categoria. Hoje o clima é outro e a categoria merece uma diretoria a altura para corresponder às suas necessidades.

Quais as principais propostas contidas no programa da **Chapa 2** que a distingue das demais chapas, principalmente com relação à **Chapa 1**?

Washington (candidato a diretor do sindicato): O que distingue bem a nossa posição das outras chapas não é só a questão de um sindicalismo combativo e atuante. Nós defendemos a participação efetiva no conselho da Unidade Sindical. Nós achamos que se houver nele um pólo de sindicalistas combativos

CHAPA 2
Peão dá o grito:
O Sindicato vai ser nosso
Companheiros! De uns anos para cá os metalúrgicos do Rio esqueceram novamente, como uma força diante dos patrões, mostrando que são capazes de conquistar seus direitos no diálogo ou na luta. A greve do ano passado, apesar de não conseguir tudo que queríamos, deu uma pequena demonstração do que somos capazes. Este movimento foi possível graças a uma força nova, viva, ligada estritamente a todos os companheiros metalúrgicos. É a CHAPA 2, que em novembro estará concorrendo às eleições para o Sindicato. É na CHAPA 2 que estão os companheiros mais atuantes e combativos nas fábricas, na luta constante pelo Sindicato em nossas milésimas feições. Vamos eleger a CHAPA 2 em novembro.

No jornal da chapa 2, Lula diz que esta com ela e não abre: "conheço os companheiros que integram a chapa 2 pela sua atuação firme e decidida no movimento sindical do Rio de Janeiro e sei que são eles os que estão mais próximos do tipo de sindicalismo que queremos construir no Brasil".

"Estou com a CHAPA 2 e não abro" (Lula)

haverá condições de arrastar o resto para posições combativas. Defendemos a criação de um fundo de greve permanente. Defendemos que os companheiros da diretoria dediquem tempo integral ao trabalho junto às fábricas, pois ele é fundamental para mobilização e conscientização dos trabalhadores. Propomos também a construção a partir das bases de uma CUT, através de eleições diretas e de um processo o mais democrático possível. Na questão política defendemos a liberdade de organização, manifestação e expressão política dos trabalhadores. Para a gestão do sindicato defendemos a eleição direta para os representantes de área em que se divide o setor metalúrgico no Rio e a formação de um Conselho de Representantes de Área para se reunir junto com a

Diretoria e avaliar os problemas de cada área. Defendemos o controle das eleições das CIPAS pelo sindicato. Estas são as propostas que nos diferenciam das outras chapas. Principalmente da **Chapa 4**, no que diz respeito à democratização do sindicato, e a acabar com o sindicato atrelado ao governo, onde eles não se posicionam. Democratização do sindicato e ampliação e fortalecimento do trabalho por fábrica, questionamento da estrutura sindical é o que nos diferencia da **Chapa 4**. A **Chapa 1** ainda não lançou programa oficialmente e por isso não dá para discutir.

A maioria dos participantes das chapas 1 e 2 participam do PT no Rio. Em função disso perguntamos — o PT está apoiando alguma chapa que concorre às eleições ou o PT ainda não tem uma política

sindical clara para o movimento operário do Rio?

Gilson (candidato a diretor do sindicato): O PT não está apoiando nenhuma das duas chapas. Este não apoio é por um erro político do PT. Um erro de avaliação, na medida em que acha que um partido político dos trabalhadores e a política sindical dos trabalhadores são diferentes, quando na verdade é uma realidade só. Mas o apoio ou não apoio não é só pelo que eu chamo de partir de uma premissa errada. O que impede o PT de apoiar uma ou outra chapa é a ausência de uma política sindical. A ausência desta política sindical que se reflete na atualidade do PT, um PT paralizado, não dando respostas para as lutas. O PT pelo fato de não ter uma política sindical, o que significa não

ter uma perspectiva de luta para fora, para o conjunto dos trabalhadores, neste momento — digo isso em relação à executiva do Rio — não está apoiando nenhuma das duas chapas. Isto não quer dizer que algumas pessoas não estejam dando apoio à **Chapa 2**, mas isto de forma desorganizada. É importante destacar que esta relação Partido dos Trabalhadores e luta dos trabalhadores a nível do sindicato é uma relação que não pode ser divorciada. Isto partindo mesmo das origens do PT. O PT nasceu das lutas sindicais e para sobreviver ele terá que colar na luta sindical, aquela que representa a luta de todos os trabalhadores.

(Por Bampi, Lavinia, Claudio e Joaquim, da sucursal carioca)

NAS BANCASI
Frente OPERARIA
AS RAZÕES DO GOLPE NA BOLÍVIA
Frente OPERARIA
A unidade entre a Ciência, a Cultura e a Política



PREVI



piquetão

Engenheiros/BH

Ri melhor, quem ri...

Mesmo tendo vencido, pela escassa margem de 15 votos as eleições sindicais realizadas no dia 14 de maio passado, a chapa **Atuação**, que reuniu a oposição à diretoria pelega do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais, não levou: numa manobra "sui generis", a situação abriu um processo de fraude contra si mesma utilizando-se do concurso de alguns elementos simpatizantes. Agindo de acordo com os pelegos, ligados ao professor Maurício Campos, o delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, aceitou a denúncia: segundo ele, os pelegos que fraudaram votos por correspondência, "contaminaram todo o processo".

Na realidade, o que se objetivava era ganhar tempo e com isso reunir forças para derrotar a oposição. Mas o tiro saiu pela culatra, como se poder ver: elementos da própria chapa se rebelaram contra a manobra da impugnação, abandonando-a. Com isso, a chapa situacionista rachou, ficando sem condições de disputar as eleições com a oposição, que agora concorrerá sozinha nas eleições de três de novembro. Tendo como principais reivindicações a luta contra o desemprego, o subemprego e o achatamento salarial, a chapa **Atuação**, liderada pelo engenheiro Luis Vasconcelos, tem uma única ameaça: a falta de quorum no dia da votação, que deverá ser evitada mediante um intenso trabalho de mobilização dos 1.848 associados do Sindicato.

Fazenda Anoni/RS

Desapropriação contestada

Em março de 1972, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriou a fazenda ANONI, com uma área de 9.200 hectares, no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul. O objetivo era assentar 200 famílias de agricultores, obrigadas a abandonar suas terras para a construção da Barragem de Passo Real. Dois anos depois, no entanto, período em que apenas 53 famílias haviam sido transferidas, o antigo proprietário da Fazenda, Ernesto Anoni, entrou com dois processos na Justiça: o primeiro deles reclama do preço pago pelo INCRA, que seria inferior àquele pretendido por ele, muito embora a desapropriação tivesse sido feita com base no valor venal de terras e benfeitorias e não no valor declarado por Anoni para o pagamento do Imposto Rural, conforme manda o Estatuto da Terra.

No segundo, Anoni tentou anular o processo de desapropriação, argumentando que o INCRA havia errado ao classificar suas terras como latifúndio mal explorado (ao seu ver, tratava-se de uma empresa rural - portanto não sujeita a desapropriação, ainda de acordo com o Estatuto da Terra). O ex-proprietário teve ganho de causa em primeira instância, com o Juiz limitando a área de cultivo para cada família em apenas meio hectare, apenas com vistas à sua subsistência. Além disso, Anoni contratou um grupo de jagunços, dirigidos por um capitão, instalando também 10 soldados da Brigada Militar, pagos pelo próprio fazendeiro, para "proteger" suas terras. Igualmente, Anoni, que também vem recebendo a prestimosa colaboração da Polícia Federal, conta com aliados muitos importantes, como o ex-ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima (dirigente do Partido Popular gaúcho) e do ministro Golbery do Couto e Silva. Certamente, essa "máfia" toda contribuirá decisivamente para seu objetivo principal: obter uma indenização de três bilhões de cruzeiros (ou seja, quatro vezes o orçamento da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul), já reclamada por seu advogado, o presidente da OAB RS, Justino de Vasconcelos. O que no mínimo é um despropósito, quando se sabe que um hectare de terra, na região, vale

em torno de 50 mil cruzeiros, ou seja, seis vezes menos do que pretende Anoni, que avaliou suas terras em 300 mil cruzeiros por hectares (exceto para pagar impostos, é claro).

Abatedouro/MG

Mulheres em greve

São 60 trabalhadores, 42 deles mulheres, quase todas menores, submetidas a uma jornada diária de 16 horas de trabalho, sem receber hora extra, sem relógio de ponto, sem qualquer equipamento de segurança. O salário é miserável: 2,5 mil cruzeiros para os menores, 3,2 mil cruzeiros para as mulheres maiores e 3,6 mil cruzeiros para os homens, contratados há mais tempo, muito poucos com carteira assinada (de 44 presentes a uma reunião apenas seis eram registradas pela empresa). Para as mulheres, outra humilhação além das miseráveis condições de trabalho: são obrigadas a ouvir as cantadas do encarregado. Parece incrível, mas é o que acontece no Abatedouro Frangominas, um dos maiores de Belo Horizonte. E tudo isso somente ficou conhecido porque, no dia seis de outubro, dando um basta à situação, os 60 trabalhadores entraram em greve.

Formaram uma comissão de negociação, composta por cinco mulheres encarregada de levar as reivindicações aos patrões: salário mínimo para todos, carteira do trabalho, relógio de ponto, equipamentos de segurança, pagamento de horas extra, mudança do encarregado e estabilidade para a Comissão. Começaram o movimento praticamente isolados, sofrendo o bloqueio da imprensa e o descaso do sindicato (quanto mais divulgação essa greve tiver, pior para vocês; "Vocês deviam ter vindo conversar conosco antes, negociar com os patrões, afirmam os diretores, pretendendo desmobilizar o movimento). Por isso, foi fundamental o apoio recebido do Comitê de Solidariedade, associações de bairros, Movimento Contra a Carestia e PT, que ajudaram a divulgar o movimento, além de prestar-lhe assessoria jurídica. Oito dias depois a greve terminou vitoriosa: o encarregado machão foi substituído, conquistaram três meses de estabilidade para a comissão e o total cumprimento da lei (salários, jornada de trabalho, equipamento, etc).

Constantina/RS

Oposição rural vence

É hora de oposição também no campo. Isso pode ficar comprovado com a vitória da chapa dois, encabeçada por Helmuth Werkhausen, que recebeu 879 votos dos 1.729 sindicalizados pertencentes ao sindicato dos trabalhadores rurais de Constantina, na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. Os pontos principais do programa da chapa vencedora são: mais verbas e melhor assistência do FUNRURAL, preço mínimo para a carne suína e controle de preços dos insumos. E para alcançar tais objetivos, eles propõem que os colonos se organizem pela base (linhas, distritos e capelas), criem comissões para tratar dos problemas específicos, bem como desempenhar uma campanha de sindicalização.

Construção civil/RS

Peões formam comissão

Cerca de 1.300 trabalhadores das obras de construção do núcleo habitacional Jardim Santa Rita, localizado no quilômetro 20 da BR-116, a 30 minutos de Porto Alegre paralizaram totalmente suas atividades na segunda-feira, 13 de outubro. Eles protestavam contra a demissão de 100 companheiros, péssimas condições de saúde, alimentação e constantes arbitrariedades dos 30 elementos do serviço de segurança mantido pela H.D. Construtora de Obras S.A., uma firma paranaense encarregada da obra. Aliás, os desmandos da segurança são incontáveis, segundo os peões, que mostra-

vam ao repórter do PIQUETÃO as marcas dos tiros deixados por um dos guardas, que agrediu trabalhadores em pleno refeitório. "Aquele furo na parede quase atingiu um companheiro. Mas o jagunço não se conteve, acertando um balaço no pé de um outro" mostrou ele.

Contando com a solidariedade da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (seu presidente, inclusive, esteve no canteiro) os peões decidiram formar uma comissão de 15 operários, encarregada de fiscalizar todas as irregularidades ocorridas e o cumprimento, pela empresa, das melhores promettidas.



Contagem: Fim melancólico

Não vingou a expectativa de que a campanha salarial dos metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte pudesse se prolongar mais e enfrentar a intransigência patronal. A completa falta de organização na base da categoria impediu a continuação do movimento. E uma melancólica assembléia no último dia 13 decidiu aceitar os índices salariais julgados pelo TRT de Minas.

A nona assembléia da campanha se iniciou com a presença de 2.500 operários, um número já menor que o das duas assembléias anteriores que contaram entre 3 e 3.500 metalúrgicos atestando que o esforço de mobilização junto à categoria de 65 mil operários não surtira efeito. As duas maiores fábricas da região - a Mannesmann, com 10 mil operários e a Belgo-Mineira, com 3 mil - não conseguiram ser atraídas de maneira significativa. A presença maior na assembléia era de operários das pequenas fábricas.

João Silveira, o presidente do sindicato, abriu a assembléia lendo a proposta do TRT de um piso de

7.200 cruzeiros e aumentos de produtividade, a ser acrescido ao INPC de 7%, 5% e 2%, para as faixas salariais até 3 salários mínimos, de 3 a 10 e acima de 10, respectivamente. Em seguida, deu sua opinião favorável à proposta, que se situava bem aquém da reivindicação dos metalúrgicos de 15% além do índice e 10 mil cruzeiros de piso.

Vaias e aplausos acompanharam as palavras de Silveira. Envolvendo a maioria da assembléia, um silêncio de apreensão: o dirigente sindical, que naquele momento era a principal referência para a massa, propunha a suspensão da campanha sem nenhuma alternativa de luta.

Tarefa das mais difíceis se colocava para os membros da comissão de salários que falaria em seguida: como conter o sentimento de irritação e frustração que ameaçava explodir numa massa que esperava por várias semanas por uma vitória que aliviasse suas insuportáveis condições de salário e de trabalho? Neste momento, as lideranças sindicais de Contagem puderam sentir o

gosto amargo de um movimento mal preparado. Não houve palavra ou caminho que satisfizesse a massa ou que lhe influísse no ânimo. Todos os membros coincidiam que a greve era impossível embora variassem as propostas de continuidade do movimento: um propôs que se voltasse a uma nova rodada de negociação com os patrões no Tribunal, outro que se escolhesse ali uma comissão que garantisse a continuidade da luta após o Acordo, outro ainda, criticando a inatividade da diretoria, que se preparasse desde já a greve do ano que vem. Mas a massa já nem ouvia direito e vaiava implacavelmente cada intervenção. Enquanto isso a assembléia ia se esvaziando.

Com o auditório com menos da metade dos presentes, João Silveira pôs sua proposta rapidamente em votação. Sua claque ruidosa e obedientemente levantou os braços. O resto da assembléia, desinteressada, nem se manifestou. O Acordo estava aprovado. Um clima de perplexidade e frustração acompanhava a saída dos operários.

Em Betim, nada melhor

O primeiro aniversário da morte de Guido Leão dos Santos, metalúrgicos de Betim, atropelado por um ônibus quando procurava escapar da violência policial em frente a Fiat na greve de 1979, passou em brancas nuvens. Apesar de intensamente divulgada nas fábricas através de seu boletim, a missa promovida pela Pastoral

Operária de Betim não atraiu mais que alguns pouquíssimos operários. Este fato foi uma das maiores evidências da completa desmobilização da categoria que, em circunstâncias normais, estaria em plena campanha salarial. Mas desde abril deste ano o sindicato encontra-se sob intervenção. E os 16 mil metalúrgicos da cidade tiveram de se

contentar com o mesmo acordo aprovado para Contagem.

O delegado do Trabalho, Onésimo Viana, tem declarado aos jornais que a intervenção será suspensa entre novembro e dezembro próximos e que novas eleições serão marcadas em seguida. Os metalúrgicos de Betim esperam que agora o sindicato seja de fato seu.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.



Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:

Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

Leia e assinie cadernos do CEAS

Escreva para Rua Aristides Noris, 101 (Federação) 40000 - Salvador - Bahia

Bancários na mira da intervenção

O último papo furado do ministro Murilo Macedo: o Sindicato dos Bancários de São Paulo está muito vinculado ao PT e é preciso uma auditoria para apurar o envolvimento, o que poderia levar ao afastamento de alguns membros da Diretoria. Isso depois que ele tentou, em vão, ressuscitar uma velha auditoria sobre supostas irregularidades administrativas na entidade. As pressões do governo, segundo três diretores do sindicato - Luiz, Edson e Rui - nesta entrevista a EM TEMPO.

Eles analisam ainda as razões da baixa mobilização da categoria na última campanha salarial, bem como apontam as perspectivas do movimento.

Por Robinson Ayres

- Os bancários, este ano, foram obrigados a aceitar um acordo que todo mundo afirma ter sido uma derrota, resultado de uma fraca campanha e de uma baixa mobilização da categoria. A que vocês atribuem tudo isto?

Luizinho - Uma avaliação da campanha salarial deve abordar dois aspectos. O primeiro é o movimento sindical em geral e o segundo são as particularidades que o movimento assume na categoria bancária. Do ponto de vista geral, o regime capitalista passa por uma crise bastante profunda, que tem provocado o desemprego e o medo constante dos trabalhadores de perder o emprego tem gerado uma situação de refluxo no movimento sindical, não das mobilizações em geral, mas do movimento sindical enquanto sindicato mesmo. O que tem acontecido também em função do fato de que as diversas campanhas que foram realizadas nos últimos tempos não conseguiram grandes conquistas econômicas e isto evidentemente, exerce influência no ânimo da categoria bancária. Agora, do ponto de vista particular, nós temos uma história da categoria bancária que é muito importante ressaltar.

Evidentemente que em dois anos, 1978/1979, duas greves derrotadas exerceram uma influência muito grande para a desmobilização que a campanha apresentou este ano. Contudo, a campanha de 1980 foi muito bem organizada e conseguiu, de uma certa forma, resolver um problema que a categoria tinha que era o da dispersão dos grupos de banco, sem entretanto conseguir um grau de mobilização suficiente para a relação de forças com os patrões obter um acordo, uma convenção coletiva mais favorável do que a que nós tivemos. Cometemos, também alguns erros durante a campanha e entre eles está o fato de não termos conseguido reforçar a organização de grupos de bancos.

Edson - A situação geral que o movimento dos trabalhadores está enfrentando é a principal razão da não mobilização das categorias. Quando a greve do ABC, após 42 dias, não conseguiu nenhuma vitória material significativa, isto de certa forma influencia as outras categorias principalmente na medida em que não vêm nenhuma perspectiva de unificação do movimento, que crie condições para que haja uma campanha geral de todos os trabalhadores. Enquanto os trabalhadores percebem que seria muito mais fácil alcançar vitórias se a classe trabalhadora saísse para campanhas unificadas, o movimento sindical não dá uma resposta concreta a esta questão.

O grande saldo da nossa campanha, é o saldo organizativo. Estamos conseguindo articular as Regionais e fazer com que elas trabalhem e conseguimos aumentar o número de atividades sindicais. A nossa campanha não foi um movimento de grandes mobilizações principalmente devido aos problemas gerais que os trabalhadores estão enfrentando, a crise e o desemprego, por exemplo. Os bancários foram uma categoria que teve onze mil demissões antes da campanha salarial e entrou em campanha ainda sob este clima de terror.

Sindicato não é aparelho de partido

- Muito da desmobilização dos bancários é, em todas as avaliações, atribuído à situação geral que o movimento dos trabalhadores está enfrentando. Refluxo, crise econômica, dispersão, etc. Afinal, qual é a saída?

Rui - O refluxo do movimento dos trabalhadores é setorial. Se houve refluxos em determinadas categorias, houve, também, avanço em outras. A greve do ABC, portuários aqui no sul do país, Canaveiros, agora em Recife. Uma greve que teve uma amplitude de organização que ninguém esperava. Depois da greve do ABC houve um avanço claro do governo sobre o movimento sindical que, eles pretendem controlar de qualquer jeito e, ao mesmo tempo que acontece isto, a gente nota o acirramento da competição entre as

tendências que a classe operária comporta.

Há violência disputa entre elas pelo "mercado operário" e o fato de as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro ter tido quatro chapas, todas elas se reivindicando representantes de correntes de pensamento operário, demonstra isto.

Nós estamos vivendo um momento de refluxo em alguns lugares, de avanço do governo, de divisão no movimento operário que é nítida inclusive na cúpula do movimento que tenta se organizar através da Unidade Sindical, do ENTOES e do Encontro de São Bernardo e assim prá frente.

Luizinho - O movimento da classe trabalhadora brasileira tem tido uma característica muito importante, pois tem sido profundamente anti-patronal e anti-governamental. Estas duas características tem se apresentado em todas as mobilizações que ocorreram e mesmo com as derrotas e com as desilusões com algumas direções, as condições para o movimento existir permanecem. Entretanto, para mim, o que tem criado muitos obstáculos para o avanço da classe trabalhadora é o fato de que até agora as suas mobilizações têm tido um caráter sobretudo corporativo, um movimento que é greve dos metalúrgicos aqui e de outra categoria lá. E isto é ocasionado, evidentemente, pelo próprio espírito corporativista do Sindicato e pelo espírito corporativista das direções dadas durante os movimentos, pelas divisões como as diferentes datas-base. Não se conseguiu em nenhuma categoria avançar no sentido de colocar uma proposta que fizesse com que a classe trabalhadora aparecesse enquanto classe e não dividida em diferentes categorias. De fato o que se conseguiu

até agora foi simplesmente constatar a necessidade mas as iniciativas foram muito fracas. A não existência de uma proposta sindical que consiga unificar as diversas tendências que existem no movimento tem se tornado um impedimento para que o movimento operário avance. O movimento sindical tem que resolver o problema das divergências políticas terem um espaço democrático para serem debatidas, mas levando em conta que, hoje, ao nível sindical, nós temos que procurar unificar aquelas forças mais combativas. Temos que criar um pólo que dê um impulso, não que ele vá construir, mas que dê um impulso na construção de uma Central Única dos Trabalhadores. Esta é a saída.

Edson - O fato é que hoje, no movimento sindical, não existe nenhuma força hegemônica e nenhuma corrente consegue dar uma perspectiva de unificação do movimento. Então a gente percebe as discussões mais escabrosas. Por exemplo, a Unidade Sindical, após a greve do ABC não fez nenhuma avaliação daquela greve e ficou praticamente limitada a discutir o seu regimento interno.

Por sua vez o ENTOES também não conseguiu discutir como levar à frente as lutas e organizar os trabalhadores. Na medida em que não se discute a situação real que a massa enfrenta, ela não participa e, no momento em que estamos vivendo, sem querer levantar a bandeira de uma unidade sem princípios, é o regime com a sua proposta de abertura.

- Depois de um profundo silêncio o Ministério do Trabalho volta a falar em intervir no Sindicato dos Bancários, alegando irregularidades administrativas e possíveis vínculos da Diretoria do Sindicato com o PT. Como vocês avaliam a

situação e quais são as perspectivas do movimento sindical bancário na hipótese de a intervenção de fato ocorrer?

Rui - Com a ameaça de intervenção, o governo tem um duplo objetivo que é atingir o Sindicato dos Bancários e o Partido dos Trabalhadores. Eu tenho a impressão de que o Ministério do Trabalho recuou pois o que estava sendo planejado inicialmente era o afastamento da Diretoria para que fosse realizada uma auditoria na Entidade e agora o Murilo Macedo pretende fazer somente uma auditoria. E o ministro Murilo Macedo deixou claro que a Auditoria vai ser feita principalmente em cima da questão do PT, para apurar se nós estamos pagando passagens para dirigentes do Partido e se estamos cedendo sedes para reuniões do PT, e daí prá frente.

Na parte contábil nós não temos nenhum problema sequer. O Sindicato está numa situação financeira excelente.

Continuaremos de qualquer maneira

O Murilo não disse de forma clara qual foi o resultado da primeira auditoria que eles fizeram, disse simplesmente que constataram algumas pequenas coisas que eles não tinham gostado. Resumo da ópera: não existia nada que nos pudesse incriminar e servir de pretexto para uma intervenção no sindicato. O governo pretende nos manter no cabresto pois nós temos uma atuação sindical que é um fator que preocupa ao governo. Oposições sindicais do país inteiro tomaram o Sindicato dos Bancários de São Paulo como uma referência. Orientações sobre como trabalhar, até nisto a gente tem sido solicitado. Contudo, temos que deixar claro que não temos usado recursos do sindicato para prestar nenhuma colaboração, porque nós achamos que as Oposições Sindicais tem que se virar para ser autossuficientes, pois não tem sentido a gente financiar o seu trabalho com dinheiro da categoria. Como o governo pretende nos manter no cabresto, agora, tem o problema do PT, que é grande. O Murilo Macedo disse claramente que existe o problema de nós termos pago passagem para o Olívio Dutra. Nós, de fato, pagamos esta passagem para o Olívio vir a uma Assembléia da Campanha Salarial. Acontece que o Olívio é um líder sindical bancário, conhecido nacionalmente e não é por estar cassado que vamos deixar de convidá-lo a comparecer em nossas assembleias. E quando nós convidamos o Olívio isto irrita o Ministério do Trabalho duplamente. Primeiro porque ele é um cara cassado que eles gostariam de fazer desaparecer da vida sindical. E segundo porque ele é também um líder do PT, que foi o partido que fugiu do esquema da abertura e eles estão tentando impedir a sua organização de qualquer maneira. Eu acho que o partido deveria se posicionar quanto a isto. Nós, do Sindicato dos bancários, temos claro que o sindicato é da categoria e não é aparelho de nenhum partido, por melhor que ele seja, por mais membros que ele tenha dentro da diretoria. Estas questões têm que ser colocadas para os bancários e esta auditoria tem, na medida do possível, que se tornar pública. Todas as questões que forem colocadas para a diretoria têm que se tornar pública, como a melhor maneira de defendermos o sindicato e ir aprendendo como o Ministério do Trabalho e nós nos comportamos. Agora, na hipótese extrema de uma intervenção, eu creio que eles vão ter uma dificuldade tremenda para fazer esta intervenção e breçar o movimento. Para isto eles vão ter que possuir um número razoável de militantes nos bancos, pois nós possuímos pelo menos uma estrutura mínima para continuar funcionando fora do sindicato. Nós continuaremos nossa atividade sindical de qualquer maneira e mais cedo ou mais tarde eles terão que convocar eleições e temos certeza de que uma chapa, com condições de dirigir o sindicato, sairá deste núcleo de militantes que se reúne em torno da atual diretoria.

Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.



Faça assinaturas do EM TEMPO, para você e seus amigos.

À Editora Aparte S.A.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque: por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 600,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

PC do B: na hora do racha

Um dos mais antigos partidos clandestinos brasileiros atravessa hoje a mais profunda crise de sua história. É o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, fundado em 1962 — embora disputando com o PCB as origens de 1922 —, outrora representante do maoísmo no país, agora alinhado com as diretrizes do albanês Haver Hodja. Nascido de uma dissidência do PCB soviético, responsável pela célebre Guerrilha dos Araguaia, alvo de truculenta repressão policial e definitivamente incorporado à história da esquerda brasileira, o PC do B está na porta do racha.

Duas correntes disputam renhidamente as bases partidárias, jogando as cartas finais. "A luta interna do PC do B acaba de tomar rumos inesperados. Contraopondo-se a uma série de medidas punitivas, baixadas pela maioria do Comitê Central, cinco comitês de âmbito regionais e a maior parte de antigos dirigentes partidários destituídos, decidiram convocar um congresso do partido", revelou a EM TEMPO, um dos principais articuladores da dissidência e fonte bastante credenciada para falar em nome dela.

Por seu lado, a última edição do jornal A Classe Operária, órgão central do Partido Comunista do Brasil e porta-voz da maioria do Comitê Central, trás uma série de docu-

mentos sobre a disputa interna. Entre eles, há resoluções do órgão dirigente destituindo quatro membros por "atividades anti-partido", "fracionismo", "liquidacionismo", não cumprimento das diretrizes fixadas pela organização, boicote ao centralismo democrático, etc. (ver abaixo o quadro 2). Além disso, a maioria do Comitê Central destituiu também as direções regionais em três Estados, alinhadas com a política dos quatro.

A ala divergente elaborou um longo documento para convocar um congresso do partido, (ver quadro 1). Um de seus integrantes prestou as seguintes declarações a EM TEMPO, a respeito da origem da crise:

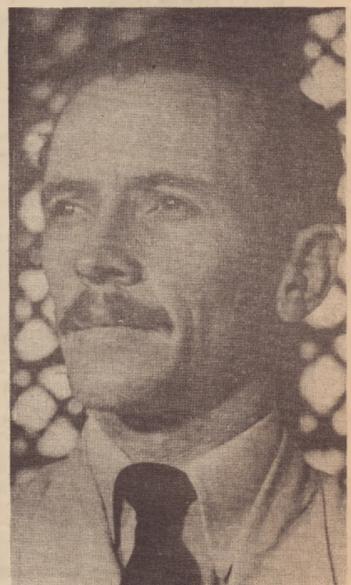
Fala um dissidente

- 1) "Sabe-se que a maioria que se formou no CC depois da queda da Lapa, desde a chamada VII Conferência Nacional do Partido, adotou uma série de medidas capazes de garantir seu predomínio sobre o conjunto partidário".
- 2) "A VII Conferência aprovou a convocação do congresso, mas esta convocação foi posteriormente negada pela nova maioria que havia se criado no CC".
- 3) "Todas essas medidas administrativas e

punitivas de agora, segundo os militantes que tomaram a iniciativa de convocar o congresso, tiraram do CC, ou dos que atualmente se intitulam como tal, qualquer autoridade. Para eles é ao congresso que caberá resolver as questões pendentes, inclusive as medidas



Mao: "revisonista"



Pomar: o precursor



Hodja: guia genial



Amazonas: o secretário

A conduta da maioria artificial do CC, rejeitando imediatamente as propostas de congresso dos CRs, adquiriu um significado prático de bloqueio à polêmica aberta e viva e de sua substituição por uma espécie de plebiscito em favor do "Informe do CC de março/80". Mas esse "plebiscito", no qual os acusados pelo documento estavam impedidos de expor suas razões perante todo o partido, é um triste sucedâneo para o congresso. Cabe perguntar: se a maioria artificial do CC se considera apoiada pelo partido, por que não permitir então que esse apoio seja comprovado num verdadeiro congresso de todos os organismos e militantes, com amplo debate prévio e sem exclusões? Por que é necessário, antes de mais nada, decretar a dissolução dos CRs, que pedem congresso e afastar os militantes que criticam as concepções dominantes no atual CC?

"Balanço geral: punições, dissolução de três comitês regionais, já foram excluídos mais da metade dos membros do antigo comitê central remanescente da chacina da Lapa".

Antes disso, aquela maioria artificial já cometera graves irregularidades. É fato notório que os delegados à VII Conferência Nacional não foram eleitos pelos CRs, como dispõe o art. 11º dos nossos Estatutos, mas escolhidos por alguns membros remanescentes do antigo CC, não se sabe a partir de quais critérios, e sem que outros dirigentes nacionais ao menos subseqüente aquela Conferência estava sendo preparada. E, como resultado de tal Conferência, vários dos que antes integravam o CC foram destituídos sem que pudessem exercer o direito de defesa previsto na letra e do artigo 4º dos Estatutos. Mais recentemente, um outro quadro dirigente, após manifestar-se a favor do congresso, foi também afastado da direção central, sob a surpreendente alegação de que o seu nome não constaria da lista de cooptados para o CC em 1975. No entanto, esse mesmo militante já havia participado de várias reuniões como membro do CC, inclusive durante e após a VII Conferência. Ora, foi precisa-

mente a exclusão deste quadro que permitiu à maioria artificial do CC alcançar os 2/3 exigidos pelos Estatutos para a destituição de outros membros do organismo, o que ocorreu no último mês de agosto, com o afastamento de mais quatro dirigentes nacionais.

Assim, no balanço geral desde a VII Conferência, além de terem sido decretadas a dissolução de três Comitês Regionais e outras punições, já foram excluídos mais da metade dos membros do antigo CC remanescentes da chacina da Lapa. E recorrendo mais uma vez à errônea prática de modificar a composição do CC por decisão do próprio CC, este prepara-se para novas cooptações.

Diante desse quadro, os Comitês do partido da BA, SP (E-I), RJ, PA e PR realizam esta Reunião Nacional de Consultas, com a participação da maioria dos membros do CC destituídos e, após balancarem a crise em curso na organização partidária, tendo em vista o não cumprimento pelo atual CC do Art. 10º dos Estatutos, amparados no espírito deste mesmo Art. 10º e no interesse do partido, tomam a iniciativa de convocar o VI Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista do Brasil.

Nesta oportunidade, a Reunião Nacional de Consultas decide considerar sem efeito todas as medidas punitivas adotadas irregularmente contra diversos organismos e camaradas; bem como transferir a sua apreciação definitiva para o Congresso.

O Congresso representa o próprio partido como um todo em reunião. Não cabe, portanto, qualquer ideia de que sua realização seja algo "antipartido". É também o verdadeiro órgão dirigente supremo do partido, competendo ao CC nada mais do que dirigir o partido no intervalo entre os congressos, por delegação destes. Com órgão plenamente soberano, o Congresso não pode, pois, ser tratado como um "forum menor", cujas resoluções sejam submetidas a condicionamentos prévios por tais ou quais disposições do CC.

O Congresso é igualmente o instrumento adequado e normal para a elaboração da linha do partido. É ele o principal meio de aproximar o partido da realidade, colá-lo à luta de classes e responder às exigências dessa luta na perspectiva do proletariado.

O Congresso é ainda o "forum" apropriado para canalizar as lutas de ideias em curso no partido em direção a objetivos superiores. Se a luta interna é vista, não como uma seqüência de conspirações e golpes, mas como a forma natural de se resolverem as contra-

dições existentes no partido, não há como deixar de ver no Congresso, mais do que algo formal e limitado, o órgão por excelência para o tratamento correto dessas contradições de maneira a fortalecer a causa do proletariado e o espírito do partido.

"Conclamamos todos os organismos e militantes a fazerem uso do direito de promover ampla agitação pelo congresso".

O Congresso é finalmente uma prática normal e regular na vida de um partido de tipo leninista. É inquietante o simples fato de que apenas os companheiros de mais de vinte anos de militância tenham tido a oportunidade de participar de um Congresso. Encará-lo como uma exceção, uma espécie de acontecimento extraordinário, significa ignorar suas reais finalidades e rebaixar a vida interna do partido.

Não se pode dizer que a tradição do nosso partido tenha sido esta. Mesmo a reorganização, em 1962, presenciada de um congresso. Desde então, o CC foi várias vezes reorganizado por meio de cooptação. A linha política foi elaborada e reelaborada. A posição do partido em relação a grandes problemas internacionais foi várias vezes modificada, como nos casos da URSS, Cuba e China. A concepção sobre a luta armada sofreu transformações. Mao Tse Tung passou de "maior amixista-leninista vivo" a "revisonista". A derrota da guerrilha do Araguaia já completou seis anos sem uma avaliação oficial pelo conjunto do partido. Tanto tempo e tantos problemas sem um congresso sequer! Não sendo possível explicar esta prática simplesmente pelas dificuldades impostas pela repressão, é forçoso constatar que tem havido sérias incompreensões sobre o papel dos congressos partidários.

Tomando por base a concepção leninista sobre o Congresso, e tendo em conta as condições especiais que o partido vive atualmente, a Reunião Nacional de Consultas chama a atenção para as seguintes questões:

- Em certas circunstâncias torna-se difícil realizar congressos regularmente, sobretudo em condições de forte repressão. Entretanto, é bom lembrar que havia

haverm sofrido medidas punitivas de diversos graus, continuam reiterando sua condição de membros do PC do B e clamando a maioria artificial do CC a realizar com eles um congresso unificado".

5) "É difícil prever qual será a reação dos

militantes que se intitulam CC. O mais provável, por sua conduta anterior, é que eles desconheçam a iniciativa daqueles cinco comitês e dos outros membros do CC, ou decidam expulsá-los. O que estará longe de resolver os problemas e poderá levá-los a um isolamento ainda maior de suas próprias bases."

As perspectivas

O que os "dissidentes" questionam de fato é a própria essência e natureza do PC do B. Tanto no plano teórico — o dogmatismo de suas formulações — como no político — os ziguezagues e sem autocrítica dos erros — e principalmente no organizativo — a falta de democracia interna de que agora foram vítimas — a distância que separa os dois lados em contenda é abismal. Tanto assim, que a direção atual, no CC do partido, quase cai do alto de suas concepções quando ouve um dirigente "dissidente" afirmar que, hoje no Brasil não existe um partido revolucionário do proletariado.

Os "dissidentes" apontam, no seu questionamento, para a natureza mesma, stalinista, em que se forjou e cristalizou o PC do B. E neste sentido, seu questionamento é claramente salutar para a esquerda brasileira.

O desfecho da divergência já é fácil de ser antevisto: expulsão do partido de todos os que divergem, como recomenda a boa tradição stalinista. Pelo seu lado, os "dissidentes", se apontam para deformações graves de seu partido de origem, não chegam contudo a realizar uma autocrítica plenamente profunda e promissora dos erros — que não são só de agora — com os quais conviveram durante tanto tempo. A essência mesma da deformação burocrática do centralismo democrático, herdada do modelo stalinista, ainda não é rechaçada enquanto tal em seu documento em pró de um congresso extraordinário. Tampouco avançam linhas políticas alternativas, embora o fato de terem simpatias pelo PT seja um alento a favor do abandono das concepções de colaboração de classes tão caras ao PC do B.

Enfim, o movimento crítico ainda é tímido, embrionário e ambíguo nas suas perspectivas. Ele deve ser saudado positivamente pelo conjunto da esquerda brasileira. No entanto, ainda fica muito caminho a ser percorrido se quer resgatar a independência política de classe, o centralismo verdadeiramente democrático e a teoria científica do marxismo, que configuram os primeiros tempos comunistas, logo após a Revolução Russa.

1 Convocatória do VI Congresso (Extraordinário) do PC do B

Aqui, trechos do texto pelo qual os "dissidentes" convocam a realização do congresso extraordinário à revelia da direção "oficial".

O partido atravessa um dos momentos mais graves de sua história. A guerrilha do Araguaia, em que pese ter sido a principal manifestação prática das concepções então dominantes no partido, ainda não foi objeto de uma avaliação criteriosa por parte do coletivo partidário. Adicionalmente, não têm sido resolvidos os vários problemas de natureza teórica, programática e tática vinculados à realidade brasileira, a qual vem se caracterizando pelo acentuado desenvolvimento do capitalismo e da luta de classe do proletariado. Em consequência, vem tomando corpo uma crise no partido, uma crise teórica, ideológica, política e organizativa que se agrava na medida em que a situação política passa a apresentar novas exigências aos comunistas.

A cada dia um número maior de quadros e militantes se dá conta da existência dessa crise e procura as formas de solucioná-la. Por outro lado, têm-se manifestado fortes resistências a esse processo crítico e autocrítico, resistências que partem principalmente da maioria artificial formada dentro do atual CC depois da chacina da Lapa. Como é do conhecimento de todo o partido, os camaradas que compõem essa maioria artificial entendem que o movimento no sentido de apontar a existência da crise e de lutar por sua superação, em vez de beneficiar só o partido e leva mesmo à sua negação. Em consequência esses camaradas vêm fazendo tudo para obstruir tal processo, recorrendo para isso a uma série de medidas punitivas.

O sentido do Congresso é, portanto, muito preciso: fazer com que as posições se definam claramente perante o coletivo partidário, possibilitando que este se oriente nas questões em debate, e promover assim a tomada de decisões e o restabelecimento da unidade com base no marxismo-leninismo e na subordinação da minoria à maioria. Sem isso, carece de sentido falar em centralismo democrático leninista e em unidade do partido.

O artigo 10º dos Estatutos estabelece o seguinte: "O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central. Reúne-se ordinariamente de cinco em cinco anos e extraordinariamente, em cumprimento à decisão do Congresso anterior, por iniciativa do Comitê Central ou por proposta de um Comitê Regional aprovada pela maioria. O número de delegados ao Congresso e as normas preparatórias são fixadas pelo Comitê Central."

Portanto, quando os Comitês Regionais da BA e de SP (E-I) apresentaram propostas oficiais de congresso, o CC tinha a obrigação de consultar organizadamente os outros CRs estruturados e, dependendo do resultado dessa consulta, convocar o Congresso. Entretanto, o CC, por decisão da maioria artificial que se formou dentro dele após a chacina da Lapa, não só deixou de fazer esta consulta organizada como se colocou imediatamente contra ela. Tomou indevidamente a deliberação segundo a qual "o CC não está obrigado a difundir no partido opiniões contrárias à linha" ("Informe do CC" - março/80, os gritos são nossos). Além disso, lançou sobre os dois referidos CRs, e sobre outros organismos e militantes que vinham reivindicando o Congresso a acusação de estarem desenvolvendo "atividade antipartido", sem lhes permitir direito de defesa. E, mais ainda, baixou sobre aqueles Regionais e sobre alguns camaradas uma série de medidas punitivas. Em seguida, decretou a dissolução do Comitê Regional do RJ por haver igualmente proposto a convocação do Congresso. Passou a nomear comitês regionais artificiais e a formar estruturas paralelas a CRs já estruturados. Tudo isso com o objetivo de estender ao conjunto do partido a constituição daquela maioria artificial que já se estabeleceu no Comitê Central. Assim, tal maioria artificial feriu frontalmente os Estatutos do partido e desqualificou o atual CC como órgão capaz de convocar o Congresso.

"O comitê central acusou vários militantes de desenvolverem atividade anti-partido sem lhes permitir o direito de defesa".

Não serão esses métodos que possibilitarão resolver os problemas e unificar o coletivo da nossa organização. Muito pelo contrário. Justamente por se situarem em oposição a um processo necessário, a um movimento que tem suas raízes na realidade mesma do partido, essas medidas vêm provocando o agravamento ainda maior das relações internas, a tal ponto que colocam o partido diante da possibilidade de cisão.

O movimento operário revolucionário não conhece outra maneira correta de tratar as diferenças de opinião e as divergências de princípio que não o debate aberto de ideias. Sem esse debate é impossível avançar para uma unidade que seja consciente e de princípios.

2 O "bando dos quatro" tupiniquim:

Eis o texto que justifica a exclusão do Comitê Central do PC do B, de quatro de seus dirigentes, uma verdadeira jóia da política stalinista. Os nomes, é claro, são frios e utilizados apenas internamente na agremiação.

O Comitê Central examinou a conduta antipartidária de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo, membros da direção central do Partido. Esses elementos, desde há muito, haviam-se constituído nos principais fomentadores da cisão e dos ataques ao Partido e à sua direção. Fazendo-se passar por divergentes e partidários da democracia interna, conspiraram contra a unidade do Partido e violaram na prática a disciplina e os princípios básicos da organização.

A atividade antipartidária de Marcelo vem já de longa data. Após a queda da Lapa, em dezembro de 1976, e a reconstituição do Partido no exterior, Marcelo tentou recrutar camaradas de base e de organismos intermediários para criar um novo Comitê Central, em oposição ao organismo dirigente em exercício. Mais tarde, com a convocação da VII Conferência Nacional do Partido, elaborou junto com outros uma verdadeira plataforma direitista e liquidacionista que enviou à Conferência, tentando promover a confusão ideológica e política e solapar a unidade do Partido. Rechaçado na Conferência, esse documento serviu de base, durante certo tempo ao trabalho anti-partido em São Paulo e na Bahia. Mais adiante, em íntima ligação com I. Marcelo tornou público documento de discussão interna no comitê Central entregando-o para publicação na imprensa não partidária. As intervenções que pronunciava no CC, todas elas de fundo antipartidário, eram entregues a esse organismo para imprimir e distribuir entre militantes e simpatizantes. Por conta própria, Marcelo escreveu vários artigos na imprensa alternativa, contestando a orientação do Partido e dando indicações políticas que não correspondiam à realidade nacional nem à linha traçada pelos órgãos dirigentes. Destacado para representar o Partido e defender seus interesses numa empresa de divulgação, sua atividade caracterizou-se pela não aplicação das diretrizes partidárias. Sob sua direção, essa empresa transformou-se num centro de irradiação de ideias e posições contrárias às do Partido. Atacou publicamente a linha do Partido, defendendo opiniões falsas elaboradas conjuntamente com seus parceiros de atividade fracionista, procurando desorientar o movimento de massas e as forças aliadas, em detrimento do prestígio e da influência do PC do B.

A atividade antipartidária de Marcos data principalmente da época de seu retorno ao país. Integrante da direção central no exterior, demonstrou insegurança e vacilações na defesa do marxismo leninismo e da linha partidária. Sustentou ideias maoístas contestadas no documento "Acerca da Linha Anti-imperialista".

Ainda na Europa, expressou opiniões incorretas a respeito do movimento comunista mundial que explicito, de certo modo, no prefácio de um livro de sua autoria. Distribuiu um documento insultuoso ao Partido, documento que ele se encarregou de transmitir a outros regionais, em particular ao da Bahia, que o reimpriu e divulgou em vários Estados. Atacou a orientação do CC, em reunião pública na Bahia, e sua intervenção foi transformada pelos fracionistas em esquema de discussão distribuído aos militantes do Partido na região e enviado a outros estados. Recentemente, por ocasião da reunião da SBPC, atacou desabridamente a linha do Partido, negou a existência da vanguarda proletária e propalou a tese da união de várias correntes supostamente marxistas leninistas para formar o Partido da classe operária no Brasil. Revelando suas propensões social democratas, Marcos recomendou o ingresso de militantes comunistas no chamado Partido dos Trabalhadores, contrariando decisões do órgão dirigente do PC do B.

Otávio deu uma entrevista a um órgão de imprensa não partidário na qual se apresentou como "dissidente" e em aberta oposição à tática aprovada pelo CC. Pregou também no mesmo termos, as ideias daqueles elementos acerca do denominado Partido dos Trabalhadores. Sua entrevista é um rompimento público com o Partido, uma adesão forma e clara à linha fracional que ele vem sustentando há muito tempo.

Aliado a estes três elementos, Paulo empenhou-se em criar um centro antipartido na região em que atua, sendo um dos principais responsáveis pela tentativa de Marcos em organizar o pretensos Comitê Regional do Rio de Janeiro. Participou da elaboração do documento de criação desse suposto Comitê Regional, documento de ataques, os mais grosseiros, ao Partido e à sua direção. Após a reunião de março do CC, Paulo negou-se a defender a resolução aprovada e dedicou-se por inteiro à tarefa de visitar os camaradas que ele conhecia, de realizar reuniões, com elementos de distintos organismos, tratando de convencê-los a sabotar o trabalho de organização do Partido naquela região. Estabeleceu ainda contato com pessoas simpatizantes ou militantes do Partido em outro Estado, atacando o comitê central e distribuindo materiais anti-partidários e pedindo que os mesmos fossem distribuídos nesse Estado.

(resumido do jornal "A Classe Operária", órgão central do PC do B, de julho-agosto de 1980, nº 144)

"Maotsetung passou de maior marxista vivo a revisonista. A derrota da guerrilha do Araguaia já completou seis anos sem uma avaliação oficial".

A fim de assegurar a representatividade completa dos organismos, dos quadros e dos militantes de todo o partido, a Reunião Nacional de Consultas decidiu convocar antes uma Conferência Nacional Extraordinária destinada a elaborar uma proposta de ordem-dia, estabelecer as normas preparatórias, abrir o "Tribuna de Debates" e tomar todas as medidas necessárias à realização do Congresso.

Conclama, desde logo, todos os organismos e militantes a fazerem uso do direito de promover ampla agitação pelo congresso.

Chama, igualmente, a todos, independentemente das posições que tenham sobre as questões polémicas do nosso Partido, a defenderem a ideia de um Congresso unificado, no qual todo o Partido tome em suas mãos o seu próprio destino.

Setembro de 1980.

"A Reunião Nacional de Consultas"

Congresso da UNE

Samba, suor e pouca política

Comparado a Salvador, Piracicaba esteve mais para a "Pinga da UNE" do que para o debate político. Os delegados preferiram manter sua fidelidade às tendências estudantis do que a coerência com as próprias convicções. Mas mesmo assim a UNE cresceu em representatividade. E surgiram novas alianças na formação de chapas.



O 32.º Congresso da UNE contrariou as expectativas de muita gente e principalmente da atual diretoria da entidade. Até dois dias antes do início do congresso todos os diretores da UNE eram unânimes em afirmar que compareceriam a Piracicaba mais de 6.000 delegados. Infelizmente, a realidade foi muito diferente, pois participaram do Congresso apenas 2.664 delegados, cerca de 300 a mais que do Congresso de Salvador.

Nas palavras da estudante mineira Lidia Matta Machado, diretora do DCE UFMG — "se tomarmos pelo lado da qualidade da representação, isto é, pela preparação e pelas discussões realizadas durante o congresso, o resultado será muito precário. Mais uma vez, comparando com Salvador, este foi sem dúvida um congresso bastante pobre no aspecto político, pois os delegados se posicionavam mais pela fidelidade às tendências do que por convicção às propostas defendidas".

A própria organização do congresso foi feita de forma a não privilegiar a discussão e o debate entre os delegados. A ênfase aos shows, festas, formalidades de abertura, credenciamento e recredenciamento dos delegados, suplantaram em muito os momentos especificamente voltados para o debate das várias propostas. Neste sentido se assemelhou muito a um Congresso festivo e burocratizado. É inegável que de fato a UNE se tornou reconhecida com este Congresso, mas infelizmente o mais destacado foi seu aspecto

festivo e não seu aspecto de luta. Basta ler as coberturas realizadas pela grande imprensa e principalmente a da revista *Veja* (em sua última edição): "Samba, suor e política".

Poucas definições

Samba e suor é o que mais houve. Infelizmente a discussão política esteve quase ausente. Consequentemente, as resoluções tiradas pelo Congresso (ver box) foram muito poucas, sendo que uma delas de duvidoso acerto, pelo menos da forma como foi colocada: os estudantes devem lutar por um único aumento por ano.

Na questão do ensino público e gratuito o Congresso foi polarizado em torno de duas alternativas de luta: ou lançar a perspectiva de uma greve até a conquista de vitórias significativas ou lutar para a manutenção do quadro atual do ensino. A nível das propostas práticas isto se dava em termos de greve geral por tempo indeterminado acompanhada de boicote nacional contra a reivindicação de aumento das anuidades limitado em 35%. O fiel da balança neste confronto foram as tendências **Refazendo, Organizando e Caminhando** que acabaram defendendo o adiamento das decisões para o CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais), que se realizará nas próximas férias. Desta forma o movimento estudantil sai do Congresso sem uma perspectiva definida de luta, sem poder de pressão nas negociações junto ao MEC e sem superar o

principal problema que vem enfrentando recentemente que é a dispersão das lutas em torno das verbas e dos aumentos de anuidades.

Por outro lado, o realinhamento de forças que se verificou neste Congresso sem dúvida supera o âmbito do movimento estudantil. De uma vez por todas está consagrado o racha no populismo. O seu setor oficial — **Convenção**, alinhado em torno do jornal *Tribuna da Luta Operária* — foi atraído por uma força menor mas mais consistente, **Mãos à Obra** — representada pelo jornal *Hora do Povo* — sempre com o apelo de construção de uma grande posição defensora do "capitalismo nacional", com suas alianças estratégicas com a burguesia, com seus métodos burocratizados de direção. Deste modo se consumou o que vários militantes da própria tendência **Convenção** se recusavam acreditar: **Mãos à Obra** e **Convenção** saem juntas para a UNE.

Caminhando, racha do populismo oficial, balançou muito e acabou montando uma chapa com **Refazendo** e **Organizando** — esta última tendência alinhada em torno do jornal *Companheiro* — consolidando assim uma espécie de centro do movimento estudantil. Neste bloco a posição política mais sólida é a de **Organizando** que, no entanto, não é capaz de consolidar a posição pois acha-se presa ao mais profundo aparelhismo que a faz afastar-se cada vez mais de suas posições classistas. Deste modo este "bloco do centro" encontra-se em uma situação absolutamente instável, a começar pelas posições apresentadas durante o Congresso.

Uma terceira chapa acabou sendo formada pelos estudantes conhecidos como da **Reforma-aglutinados** em torno do jornal *Voz da Unidade* — que acabaram não encontrando nenhuma outra tendência para comporem uma chapa já

que foram abandonados pelos antigos parceiros do **Hora do Povo**. Diante deste quadro **Libelu** e **Convergência Socialista** acabaram ficando onde sempre estiveram, brigando para serem os mais isolados e sectários. Por fim, consolidou-se um outro bloco formado principalmente por **Centelha, Peleia e Travessia** e contando com a participação de delegados de vários estados do país. Isto para desgosto do "bloco do centro" que tudo fez para impedir a concretização desta nova alternativa.

Pelas posições políticas defendidas durante o Congresso este último bloco pode se contrapor coerentemente, no plano político, ao bloco imobilista representado por **Mãos à Obra** e **Convenção**, entretanto seu maior problema está na limitação de forças.

Vira folha

A tendência que mais mudou suas posições em relação às que foram eleitas no momento da escolha dos delegados foi a **Resistência/Organizando**. Primeiro na questão das eleições; trocou sua anterior proposta de eleição através de congresso por votação em urna. Depois, na questão das reivindicações mais uma vez "virou a folha". Os delegados vinculados a esta tendência foram eleitos defendendo a luta por nenhum aumento nas anuidades; no Congresso, no entanto, abandonaram esta posição, adotando a defesa de um único aumento por ano em índice a ser definido pelos estudantes. Ao que parece a "razão" de maior peso para tais vacilações foi a conveniência de unificar as posições com **Caminhando** e **Refazendo** para que ao final se compusesse uma chapa única. Estes requebros valeu à um dos representantes desta tendência o coro da plenária dos delegados que entoava "vira-folha", acompanhada de um sugestivo gesto com as mãos.

PT realizará seminário nacional

Se a Executiva Nacional do PT concordar com a proposta dos militantes estudantis, no início de 1981 o partido estará realizando um Seminário Nacional dos militantes estudantis do PT para discutir um programa de intervenção do partido nos problemas da educação.

Com 800 estudantes presentes realizou-se durante o 32.º Congresso da UNE uma reunião dos estudantes do PT. Representando a direção nacional do partido estava presente Varderli, além de outros militantes como o deputado estadual (PT/SP) Geraldo Siqueira, Altino Dantas, Eduardo Albuquerque (estudante) da executiva do PT em Minas Gerais e Toninho (estudante) da executiva do PT em Santa Catarina. Unanimemente todos os representantes aprovaram uma proposta para que a Executiva Nacional realize no início de 1981, um seminário nacional dos militantes estudantis do PT para discutir um programa de intervenção do partido nos problemas da educação.

"O encontro foi um sucesso, principalmente porque" — é o que declara Eduardo Albuquerque — "mostrou a disposição dos estudantes do PT em terem, de uma forma coletivamente organizada, uma atuação no movimento estudantil".

Grande parte da reunião foi tomada com a discussão sobre o lançamento de uma chapa do PT para a UNE. Esta questão foi lançada por **Libelu** e **Novo Rumo**, no

momento em que se discutia a relação do PT com os movimentos sociais. A polarização acabou ocorrendo entre os que queriam tirar já a chapa e aqueles que não concordavam com isto. Dentre os que não concordavam, duas diferenças apareciam mais claramente: de um lado, estavam as tendências **Refazendo, Organizando** e **Resistência** que são contra que se forme uma articulação dos estudantes do PT para intervir no movimento estudantil. Do outro lado estava **Centelha, Peleia e Travessia** que defendem esta articulação voltada para a intervenção. Estes estudantes consideravam, entretanto, que esta unificação para ser conseguida tem que superar as desigualdades existentes entre os próprios estudantes do PT e por isso achavam que naquele momento não era possível, dado estas desigualdades, tirar uma chapa que representasse um programa dos estudantes do PT, até mesmo porque este programa não está construído.

Enquanto a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores discute e encaminha este seminário, os estudantes petistas têm pelo menos, uma questão para discutirem: a avaliação do Congresso da UNE.

Resoluções do 32.º Congresso da UNE

1 - Eleições: Após árduos e calorosos debates foi aprovada com 55% dos votos a proposta de eleições em urna para os dias 12 e 13 de novembro. A proposta derrotada era de eleição por Congresso.

2 - Lutas educacionais: Foi aprovada a proposta de um único aumento anual das anuidades, ficando adiado para o CONEG a ser realizado nas próximas férias, a definição do índice pelo qual os estudantes lutarão e a forma de luta. Existiam outras duas propostas: uma apresentada por **Mãos à Obra**, defendendo um aumento de 35% nas anuidades e outra apresentada por **Centelha, Peleia e Travessia** que defendia o congelamento das anuidades. A proposta vencedora foi apresentada por **Caminhando, Convenção, Organizando** e **Refazendo**. Ainda neste ponto de pauta o 32.º Congresso da UNE aprovou: Contra o lucro na educação; Federalização imediata das escolas falidas; Subsídio de verbas para as escolas privadas com a respectiva abertura dos livros contábeis e controle da aplicação das verbas pela comunidade universitária;

volta do índice de 12% do orçamento para a educação. Também foi aprovado que o dia 5 de novembro deverá ser um dia nacional de luta, onde os estudantes se manifestarão contra o repasse, pela suplementação de verbas para as escolas públicas e pelos 12% para a educação.

3 - Lutas políticas: O Congresso definiu que a UNE encaminhará as seguintes campanhas: Luta contra o Terror e pelo desmantelamento do aparato repressivo; Mobilização pela Constituinte, precedida do fim da ditadura militar; apoio às lutas dos trabalhadores. Também será realizado um dia nacional de luta contra o adiamento das eleições, em 14 de novembro.

4 - Questão internacional: Por uma escassa margem de votos, que requereu três recontagens, foi aprovada a filiação da UNE à UIE.

5 - Estatutos: A única proposta discutida e aprovada foi a de aumentar dois cargos na diretoria da UNE, diretor de relações internacionais e diretor de assistência e moradia estudantil.

LÍDIA

"Para você se impor como mulher no movimento estudantil e romper a barreira do preconceito machista é preciso quebrar o pau, forçar a barra, ser brava. Não é falar grosso, mas se você falar fino não pega bem. Em várias tendências estudantis, há uma divisão de trabalho: os homens ficam com a liderança e as mulheres ficam vendendo cafezinho, jornal ou batendo palma na claque. E acham muito natural..."

Ela talvez seja a primeira mulher na história da UNE, a concorrer para o cargo de presidente. Uma ousadia descabida? Para Lídia Maria Tonon da Matta Machado, seu nome, não. Simplesmente, uma evolução natural da sua presença no movimento estudantil mineiro e nos encontros de âmbito nacional. Casada, 25 anos, aluna do quinto ano de Medicina, em Belo Horizonte, Lídia sai candidata por uma das cinco chapas inscritas para disputar as eleições de novembro. Nesta primeira parte de uma entrevista concedida à nossa sucursal, ela fala sobretudo da discriminação que as mulheres sofrem dentro do próprio movimento estudantil e, também, das circunstâncias em que sua chapa se formou.

- Há dificuldades no movimento estudantil para aceitação de uma mulher como líder?

- Fiquei trabalhando quase dois anos no ME da Faculdade de Medicina. Lá, de uns tempos pra cá, existe um grande número de mulheres no curso e um grande número delas mexem no movimento estudantil. Acho que é uma situação que acontece em todas as escolas de medicina do país. Lá você tem uma proporção de meio a meio na escola e dentro do DA chega a ter mais. Então este tipo de problema de mulher mexer com ME nunca teve. Nunca era só eu. É lógico que toda chapa de DA tem mais homens, nunca teve presidente mulher, mas as mulheres sempre tiveram um papel importante.

Já no DCE, a situação começou a se mostrar diferente. É claro que em algumas escolas não é tão comum mulher mexer no ME. Numa escola onde a maioria são homens sempre fazem um monte de brincadeiras, ou então, você entra numa sala de aula e o cara diz "Olha é uma mulher" e fica quieto para ouvir porque é mulher que está falando. Mas no geral, acho que o movimento estudantil da UFMG está refletindo uma modificação na participação das mu-

lheres em todos os níveis. A gente até brincou, quando houve a Assembléia Universitária que organizou a greve dos três dias, agora em setembro: ela foi dirigida por duas mulheres, eu e a Rossana, pelo DCE. E a grande maioria dos Diretórios, que eram chamados um por um para dar seu relatório, foram representados por mulheres. A grande maioria das intervenções foram de mulheres. Eu me lembro que em 77, eram umas três mulheres que tinham alguma expressão.

Entre a chamada vanguarda, se você olha superficialmente, a discriminação não existe. Mas ela transparece de forma muito sutil, não no cotidiano do trabalho, mas numa reunião nacional, ou mesmo estadual, por exemplo. É muito mais difícil para você se impor. A primeira vez que eu intervi num CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) foi um negócio difícil: o próprio plenário não ajudava, nem prestava atenção, não era uma coisa importante. Para você se impor, romper essa barreira meio transparente, sutil, do preconceito, você coça a ter que quebrar o pau, forçar a barra, ser brava. Não é falar grosso, mas se você falar fino não pega bem. Tem que ser séria. O ME nestas reuniões não reflete a realidade da participação de mulheres nas entidades de base. Nos grandes encontros — reuniões nacionais, encontros por área — há uma reversão, são 3, 4 mulheres que intervêm em todo o processo.

- Como é o relacionamento com os líderes homens?

- O próprio relacionamento num primeiro momento é muito estranho: tem uns que acham que por que você falou, porque você tem uma posição definida, você é um homem, te tratam como homem, e outros que acham que dá status ficar com você, cantar você, transar. Mas é mais num primeiro momento, porque à medida que você vai se firmando mais as pessoas come-

çam a te respeitar. Não é uma coisa que acontece só comigo. Depois que eu fiz a defesa de eleições no congresso, lá em Piracicaba, um monte de meninas veio me procurar porque achou o maior barato uma mulher intervir. Existe uma outra reação meio de receio de chegar perto de você. Quando um cara aparece no ME, se destaca, um monte de meninas começa a paquerá-lo. Mulher é ao contrário: os homens ficam com medo, dá insegurança neles. É uma coisa engraçada. O cara te olha meio de lado: "Sei lá, essa menina é muito brava, ela tá aí brigando". Os caras te respeitam, mas são incapazes de te tratar como mulher. Você gosta de paquerar, acha uma pessoa bonita, gostosa, mas os caras ficam com medo.

Hoje eu já tenho um espaço e essa questão do respeito, de confiança mudou um pouco. Pra mim hoje é mais fácil intervir do que para qualquer outra que simplesmente levante a mão e queira falar. Não é que você seja mascote, é um pouco isso, mais na base da brincadeira. Todo mundo goza, por exemplo, que da Centelha quem intervêm são as mulheres. Acho que nesse aspecto, em comparação com as outras posições, temos mais mulheres que intervêm, que assumem a frente. Tem posições no ME que eu nunca vi mulheres intervindo. Parece que tem uma divisão de trabalho: os homens ficam com a liderança e as mulheres ficam vendendo cafezinho, jornal ou batendo palma na claque. E acham muito natural isso, não questionam.

Fui numa reunião uma vez, a nível nacional, tinha uns trinta rapazes e eu, pelo DCE-UFMG, só eu de mulher. E a tal altura das discussões um deles falou "xongas nenhuma". E um outro levantou e criticou que "o companheiro devia cuidar mais da linguagem porque temos até uma moça presente aqui". Não era pela linguagem em si, mas porque eu tava lá!



"Quando falo em assembléia, às vezes me olham como homem"

- Aonde você localiza o porquê desta diferença no tratamento, ainda que sutil?

- Primeiro, é uma coisa que ocorre na sociedade: a atuação limitada da mulher. É uma coisa mais ou menos recente esta busca de ter uma personalidade própria, uma atuação política. O ME não é uma coisa à parte. Isso limita um pouco: a mulher mesma tem medo de se lançar, assumir a liderança, carrega um pouco de preconceito. E tem o lado do homem. Ele também vem de um meio onde a mulher é discriminada. Então ele tem dificuldade em aceitar esta mulher participante, ativa, independente dele. Isso, de alguma maneira, é contraditória: será que as tendências, as posições de esquerda no ME, não querem a libertação da mulher? Não é isso. Formalmente, ninguém é contra. No verbo todo mundo

fala da libertação da mulher. Mas muitas posições, na prática, não vêem na mulher um papel fundamental na construção daquela posição. Não é que tenha no programa, mas na prática existe este tipo de visão da mulher em papéis secundários. Acho que são poucas as tendências onde existe esta igualdade na prática. Acho que é um problema da esquerda passar para a prática essa luta contra a discriminação.

- Porque se resolveu lançar uma chapa separada e não entrar em composição com outras correntes?

Esta nossa chapa foi formada no decorrer do próprio 32º Congresso. Nasceu da identidade política construída na intervenção e nos posicionamentos que todos nós tivemos neste congresso. A chapa foi lançada porque sentimos a necessidade

de que as propostas e a própria visão do movimento estudantil e sua situação que defendemos se fizesse representada durante o processo eleitoral para a UNE. E a certeza de que nenhuma das outras chapas nos representa é que nos levou a lançá-la. Composição mais ampla com outras chapas? O próprio congresso demonstrou bem os vários campos políticos existentes e estes é que foram a base para a construção das chapas.

- O que caracteriza esta chapa?

Em primeiro lugar um entendimento de que o ME cresceu muito, se reorganizou, mas precisa ampliar as suas iniciativas unitárias, a sua ação comum. O movimento hoje precisa também romper o isolamento tanto interna como externamente à universidade - e para tanto temos a oferecer nosso projeto de democratização da universidade. Há ainda um crescimento da participação dos estudantes nas universidades particulares, em contraste com o declínio nos centros mais tradicionais. E aí há uma questão central: a democracia do nosso movimento. Temos que construir um movimento democrático, desde a base até a UNE.

Em segundo lugar temos que travar agora lutas decisivas contra os aumentos, pela suplementação de verbas, federalização das escolas falidas, etc. Para tanto fomos e somos a favor de uma nova greve geral no próximo semestre, mas não por tempo indeterminado como defendiam alguns. E apesar do Congresso não tê-la aprovado, ela não está tampouco descartada.

Finalmente, na luta contra a ditadura consideramos fundamental rechaçar a "conciliação ou pacto nacional" e apoiar os trabalhadores na sua organização independente para que a luta contra a opressão se ligue à luta contra a exploração apontando para a construção de uma nova sociedade.

Sul

Professores marcam greve geral

A chuva não impediu que cerca de dois mil professores públicos do 1º e 2º graus participassem da Assembléia promovida pelo Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul, dia 20. Numa reunião extremamente combativa, os docentes resolveram apelar para a mobilização direta da categoria e marcaram uma paralisação para os dias 30 e 31 de outubro, preparatória de uma greve de maior envergadura ainda no mês de novembro, como meio de alcançar as reivindicações da categoria.

Os professores estavam perdendo a paciência. Não só com o governo do Estado que demonstrou de forma clara que não irá atender as reivindicações do magistério, principalmente, a equiparação dos professores aos técnicos-científicos que trabalham no serviço público, mas

também com sua própria entidade representativa, o CPERS.

A atual diretoria, cuja presidente Glaci Rolim está licenciada do cargo, sob a direção do vice-presidente, professor Lealcino Rosa dos Santos, não estava conseguindo dar um rumo seguro ao movimento que insiste em se manter mobilizado. Na penúltima Assembléia Geral, ficou evidente que a luta transferida para a Assembléia Legislativa do Estado não iria avançar. A oposição parlamentar não conseguiria quórum para derrotar o veto do governador ao projeto de lei encaminhando a equiparação.

O fato, evidentemente, serviu para desmascarar os deputados do PDS que não cumpriram as promessas feitas aos professores e curvaram-se ao veto do Governador Amaral de Souza. Mas, o impasse continuou. E, a nova saída da Diretoria do CPERS apontava na direção de um recurso ao poder judiciário...

Essa política do protelamento, de esvaziar o movimento, de transferir para o legislativo, para o judiciário uma luta que teria que ser travada, fundamentalmente, pelos próprios professores e por seus próprios meios, estava frustrando o

professorado e desgastando a imagem, a então reconhecida, de capacidade de direção do CPERS.

Greve à revelia do CPERS

Um indicador importante da incapacidade do CPERS na condução do movimento ocorreu na sexta-feira, 17 de outubro, em pleno período do 1º Encontro Estadual de Professores. Numa escola da capital, Escola Estadual de 1º e 2º grau Paulo da Gama, a Associação dos Professores decidiu decretar greve por três dias, a partir do dia 21 de outubro, independente da Assembléia Geral do CPERS marcada para o dia 20, segunda-feira.

Mas a última assembléia marcou mais uma derrota da atual diretoria, que ficou totalmente sem iniciativa. Na única vez que tentou encaminhar uma proposta, através da vice-presidente Maria Augusta Feldman, recebeu rigorosas vaias: foi a forma encontrada pelo plenário para repudiar a proposta da diretoria que pretendia continuar com a luta pela equiparação aos técnicos do Estado, após o fracasso do caminho parlamentar (aprovada pela Assembléia Legislativa,

foi vetada pelo governador Amaral de Souza), através do Judiciário. Além de repudiada, a proposta foi derrotada por outra que previa a busca de formas próprias de encaminhamento da luta. Outras propostas foram aprovadas, como a formação de núcleos regionais na capital, que deverão propiciar uma melhor organização da categoria.

Água fria nos universitários

A Assembléia Geral dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizada na terça-feira, dia 14 de outubro, no Anfiteatro da Fac. de Arquitetura, foi um balde de água fria no movimento dos professores universitários de Porto Alegre.

A resolução adotada nacionalmente pelas associações de docentes das Universidades Federais, no fim de semana anterior, ficou bem atrás das aspirações dos professores gatinhos que estavam dis-

postos a ir a greve por tempo indeterminado. Em nome da unidade do movimento acataram a decisão nacional: declarar-se em estado de mobilização permanente e decretar a paralisação para os dias 5 e 6 de novembro, sem impor condições ao MEC.

Ainda que existam alguns professores apostando na boa vontade do ministro, pois "se ele não faz mais é porque o governo não deixa", a grande maioria dos quase 250 professores presentes considerou que a decisão nacional esvaziou o movimento que crescia.

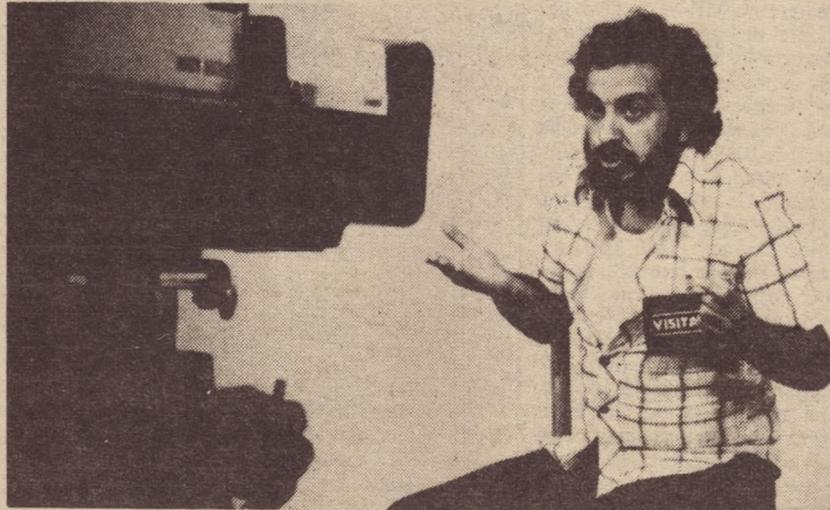
E, seguramente, razões não faltam aos professores para se mobilizarem: docentes da Federal de Porto Alegre querem 48% de reposição salarial retroativa a março de 1980; reajuste semestral de salários e a solução de problemas como a situação dos professores "colaboradores", contratados precariamente pela Universidade e que acabam assumindo a plenitude das funções como regência de classe, elaboração de programas. A situação salarial, porém, é o que mais atinge o professorado que conforme estudo feito pela ADURGS foi reduzido a metade do poder aquisitivo real que possuía em março de 1976.

Plim-plim! Henfil exige a emancipação do homem.

O humorista que criou o Fradim e a Graúna agora trabalha na Globo. Nesta entrevista ele fala sobre o lançamento do seu "movimento homista" e garante que o homem é muito mais escravo que a mulher.

Por Elizabeth Lobo e Maria Tereza Verardo

- Qual a proposta da TV Homem?
- A proposta da TV Homem é principalmente lançar o movimento homista, que é a forma de luta pela emancipação do homem. Como o movimento homista ainda não começou, ele é muito inicial, ainda não tem cor, por isso TV Homem também não tem cor, é em preto e branco.
- E qual é a reação do público a um programa preto e branco?
- Essa é a maior crítica que recebo, o fato do programa ser em preto e branco, e isso é importante pra se perceber que não é a Globo que impõe seu padrão ao público, mas ela está se tornando escrava desse público, ela está se escravizando no momento em que as pessoas não aceitam mais um programa sem o padrão global. Isso causa muita insegurança à Globo — como um programa de cinco minutos em 24 horas pode ser tão polêmico.
- Você tem recebido muitas cartas?
- Tenho. Cartas que na maioria das vezes dizem não entender qual é a proposta do programa, que não entendem o que eu quero passar quando ensino o homem a lavar roupa. E isso é bom, as pessoas começam a pensar e acabam descobrindo sozinhas o que pretendo com esse programa. Na verdade eu não sei o que vai acontecer, mas eu sinto muita alegria, alegria de depois de anos ter insegurança para criar, andar na corda-bamba, isso tem muito a ver com o movimento.
- A sua linguagem informal é apreendida pelo público?
- A linguagem informal é um ponto vital. O formalismo mata o homem, e se manifesta



Henfil e o homismo

nos líderes populares que usam a linguagem do dominador, a gravata do dominador, a fala do dominador. Talvez por isso esteja tão difícil ter bom comparecimento popular nas manifestações. O jornal de papel sulfite é identificado com as circulares do Depto. Pessoal. E isso é repressor, isso é dominador, isso é formal.

- Qual a proposta do movimento homista?
- A proposta é da emancipação do homem da máquina, de seus papéis. Fala-se muito da escravidão da mulher, mas eu acho que o homem é muito mais escravo que a mulher, porque ele exerce o papel de policial da mulher, e existe escravo maior que o policial?

O homem não pode falar sobre seu sexo, não tem informação sobre seu corpo, não pode chorar, não pode ter medo, não pode deixar de brigar, não pode se recusar a ir pra guerra, não pode ter medo de morrer.

- O que você pensa do movimento feminista?
- Não existe a emancipação da mulher sem a emancipação do homem. Quem vai dar ao homem a condição de sua emancipação é a mulher, e por isso a TV Homem só é possível dentro da TV Mulher.
- O que você pensa do clube dos machões?
- É uma boa jogada para auto-promoção. Não vai passar de marca de cerveja ou de desodorante.

Mulheres

“Queremos o amor sem ódio”

As mulheres prosseguem a denúncia da pancadaria machista e a divulgação dos serviços do S.O.S. feminino.

Por Maria Tereza Verardo

Cerca de 300 pessoas participaram no último dia 10 de um ato público contra a violência à mulher. A manifestação organizada pelo SOS - Mulher contou com o apoio de 28 entidades como a “Associação das Donas de Casa”, “Movimento Negro Unificado”, “Movimento de Luta por Creches”, “Sindicato dos Bancários e dos Jornalistas”, “Grupos Somos”, além de todos os grupos feministas de São Paulo.

O ato teve início às 18 horas com uma encenação a cargo do grupo de teatro Treta, que trazia pelas ruas uma mulher amarrada numa coleira apanhando do marido com chicote, atraindo dessa forma grande número de pessoas que passavam em frente ao Teatro Municipal.

Para denunciar a violência de que a mulher é vítima e a farsa da defesa da honra, cerca de 100 mulheres vestidas de branco, leram uma carta aberta à população seguida de cinco depoimentos de populares vítimas de estupro ou de espancamentos. É o caso de uma senhora que denunciou seu marido, diretor do Hospital do Servidor Público, de tê-la espancado e abandonado. E também de Marili que denunciou o espancamento que sofreu de seu marido o filósofo José Artur Gianotti. O grupo Ação Iésbico-feminista denunciou o estupro sofrido por Mariza, companheira de grupo.

O SOS - Mulher, lançado à público por ocasião do Ato Contra Violência à Mulher já começou a funcionar atendendo casos de vio-

lência em sua sede à rua Arthur Azevedo, 2124 ou pelo telefone 813.9520, e seu primeiro caso, por mais paradoxal que pareça ser, foi de um homem. Um senhor (cujo nome vamos omitir aqui por questão de ética) telefonou para o SOS se desculpendo por ter se excedido em sua casa. Explicou que trabalha muito e pega vários ônibus para chegar em casa, todos lotados, o que vai lhe causando uma irritação muito grande, e ao chegar em casa descontou toda sua irritação em sua mulher, que ameaçou denunciá-lo ao SOS.

Eis a íntegra do manifesto:

“Iam me chamar de frouxo se eu não acabasse com ela — e eu a matei”, diria qualquer Doca Street.

“Todos os dias, sabemos de mais um caso de morte ou de violência contra as mulheres, nos quais a vítima acaba sempre transformada em culpada. Mesmo morta, o suposto comportamento dela acaba justificando a atitude do marido.

Ela não o quiz. Ele a matou. Exemplo supremo de amor? Ou violência grotescamente fantasiada? São essas coisas que nós chamamos de violência, e que eles justificam com amor, ou com “defesa da honra”. Como se um homem para ser honrado, precisasse submeter à sua vontade o desejo e o comportamento da mulher.

Quando andamos na rua, os gracejos e as passadas de mão não são uma “homenagem à

nossa beleza”. São atentados à nossa segurança e liberdade de ir e vir. Justificam essas cantadas, os gracejos, o estupro, o espancamento e a morte dizendo que a mulher provocou, ou que, no fundo, “ela pediu”. Se ela usava mini-saias ou batom, estava na rua depois das dez, se se negou a ele, tudo pode desculpar a violência de um homem contra uma mulher.

Sabemos que a sociedade em que vivemos é violenta, de uma violência que se manifesta no dia-a-dia do trabalho, nos atentados às bancas de jornais, à OAB, a violência policial contra os grevistas, na corrupção impune dos poderosos, na defesa dos interesses de uma minoria de privilegiados às custas da maioria da população. Sabemos que quem trabalha massacrado sente-se tentado a descarregar a raiva e a frustração acumuladas no primeiro mais fraco.

Mas estamos aqui hoje para falar desta violência que se volta exclusivamente contra a mulher. Ela é sempre “de alguém”: do pai, do marido, ou do patrão. E todos acham natural que ela obedeça e se submeta. Se não o fizer, merece punição. É essa relação de posse do homem sobre a mulher que faz com que o espancamento e o estupro de uma mulher não provoquem maior indignação: que sua morte seja justificada porque teria “manchado” o nome do marido.

Nós mulheres, protestamos contra essa situação. Não queremos mais ser vistas como propriedade, não queremos mais ser vítimas. Queremos o amor sem ódio.

Negros

“Documentos! Mãos na cabeça!”

Em São Paulo, acaba de ser lançada uma campanha nacional contra a violência da Polícia Militar, que atinge principalmente os negros.

Por Geraldo do Nascimento

Deus me livre da polícia, pois dos bandidos eu sei me defender sozinho”.

Com estas palavras, o deputado estadual Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) marcava sua presença e colocava-se à disposição para cerrar fileiras em torno da Campanha Nacional Contra a Violência Policial, durante o seu lançamento oficial, sexta-feira, dia 10, no plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo.

A Campanha consiste principalmente na denúncia das arbitrariedades cometidas pela Polícia Militar à população, na exigência do fim das prisões para averiguações, fim das torturas, do Esquadrão da Morte, e da violência policial. Haverá também palestras em escolas, colégios, faculdades, entidades (negras ou não), bem como uma série de atos públicos de lançamento em alguns Estados do Brasil. Alguns deles já aconteceram: em Campinas, Ribeirão Preto e Belo Horizonte. Outros estão programados nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Distrito Federal.

Dentro da programação, está ainda a ida a Brasília de uma comitiva — composta de membros de várias entidades democráticas e autoridades comprometidas com os direitos humanos — para entregar ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, um abaixo assinado contendo reivindicações da população. O ponto máximo da campanha será a realização em todo o país de atos públicos, no dia 20 de Novembro, O DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

O racismo da PM

A campanha agora lançada, pelo seu teor, poderia ser iniciada por qualquer entidade que tem em sua carta de princípios a defesa intransigente dos direitos humanos.

Mas foi justamente há dois anos, com a criação do Movimento Negro Unificado, MNU, que começaram a ser discutidos com mais intensidade os abusos das autoridades sobre a população.

Nas palavras de Milton Barbosa, membro da Comissão Executiva Nacional do MNU, a iniciativa “nasceu principalmente para discutir, combater e eliminar problemas que afetam, de uma maneira mais acirrada a comunidade negra (como são os casos do desemprego e subemprego), bem como a violência policial e a atuação racista da PM, que desenvolve uma repressão muito maior sobre o negro”. Para Barbosa a violência policial tem o papel de “quebrar” psicologicamente a população negra.

O boletim distribuído pelo MNU tinha entre outros, o objetivo de denunciar o relacionamento “amigável” que é usado num confronto da população com a PM. A célebre frase: “Documento! Mãos na cabeça!”, é ouvida centenas de vezes pela população residente em regiões periféricas, favelas, guetos, alagados, palafitas. O boletim condenava a “prisão para averiguação”. E protestava contra as agressões sofridas pelo jornalista Dirceu Veira Leme (da agência Folhas), quando tentava fotografar o ato de vandalismo de um grupo de policiais que espancavam dois rapazes durante o show da cantora Elba Ramalho, no parque do Ibirapuera no dia 28 de setembro em São Paulo.

A Campanha Contra a Violência Policial, já antes de seu lançamento oficial, obtinha apoio de várias entidades empenhadas na defesa dos direitos humanos, assim como de todos os partidos de oposição. Representando o PMDB, por exemplo, o senador Franco Montoro criticou a política do Itamarati nas relações comerciais do Brasil com países africanos como o caso das oscilações do nosso país entre a África do Sul e a África Negra.

Representando a FRENAP (Frente Negra para Ação Política de Oposição) os presentes ouviram Genésio Arruda, líder da região de Pirituba (bairro da zona Oeste de São Paulo), e suplente de vereador pelo PMDB: “a palavra segurança foi deturpada de certo modo que hoje transformou-se em repressão”, disse ele. E mais: “enquanto o negro não estiver no comando deste país, o Brasil não será uma nação de respeito.”

Cinema Pixote, terror & êxtase

Com sua habitual competência e habilidade artesanal, Hector Babenco faz aflorar o barbarismo social brasileiro em "Pixote, a lei do mais fraco". Antonio Calmon, em "Terror e Êxtase", coloca a nu as relações apaixonadas e sensuais de uma cocota do Leblon com um marginal, num filme primoroso e divertido.

Por José Mario Ortiz Ramos

Hector Babenco é um diretor obsecado pelo perfeccionismo de seus filmes. A habilidade e competência artesanal de Babenco se fundem com intenções de denúncias, de fazer aflorar o barbarismo social brasileiro. Na verdade o diretor optou conscientemente por um caminho do qual não abre mão: conquistar o público, mas condicionar isto a uma preocupação social que o atormenta.

Assim, ele constrói um cinema que resgata em parte traços dominantes da arte da década de 60 — o desnudamento da sociedade brasileira a partir de uma análise sociológica, e o passar isto para o público —, mas recoloca-os em termos de uma visão realista e concreta do mercado de cinema, hoje. Seguindo este esquema, ele foi bem sucedido com **Lúcio Flávio, Passageiro da Agonia**, que levou mais de quatro milhões de espectadores aos cinemas, batendo por exemplo **Guerra nas Estrelas**. O mesmo deve ocorrer com **Pixote, A Lei do Mais Fraco**.

Pixote é desta forma o produto de uma dupla preocupação que o amarra e condiciona, determinando sua linguagem e delimitando as suas significações. A produção ultra bem cuidada, diante do pauperismo da média dos filmes, nos remete a outros "filmes raros" do cinema brasileiro mais recente que também perseguem a meta de grande público, mas refutam o chamariz do sexo tratado de uma forma que consideram alienante, "suja", pornográfica. Estou me referindo a **Gaijin** e **Bye Bye Brasil**, em que o processo social está presente, mas a aproximação com o público se dá pela qualidade e logicamente pelo investimento na produção. E também penso nos filmes de Bruno Barreto, como **Dona Flor e seus Dois Maridos**, que traveste as mesmas preocupações com um erótico "refinado", e o apelo de um escritor de penetração popular. As aproximações com **Gaijin** inclusive, ressurgem no filme de Babenco com a participação do co-roteirista Jorge Duran e da competente música de John Neschling. Em suma, esse é o cinema da competência, da busca de uma difícil maioria da indústria cinematográfica brasileira, obviamente com suas especificidades e nuances diferenciadoras. Entre os exemplos citados a bola ainda está com **Gaijin** (ver EM TEMPO, n.º 109), em que um

enfoque novo e criativo se concretizou.

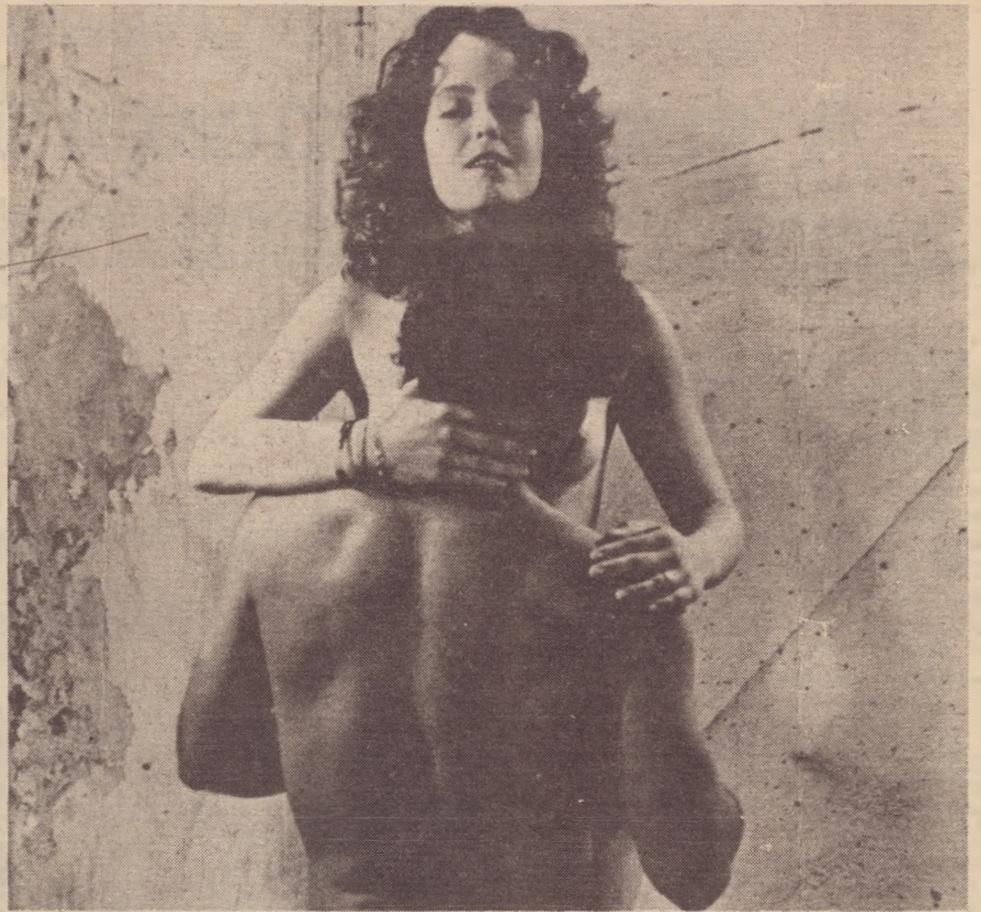
O filme de Babenco é praticamente dividido em dois segmentos, a fuga pela janela do reformatório constitui o ponto de inflexão que lança **Pixote** de um mundo fechado, o da instituição que o diretor pretende denunciar (um puxão de orelha direto na Febem), para o mundo "mesmo", arena da luta, de seu aprendizado no crime, o que articularia a análise anterior com a sociedade como um todo. Se, na primeira parte, Babenco força a mão na violência física (do estupro ao fuzilamento), e cuida de leve do processo subjetivo, afetivo dos personagens, após o "pulo da janela" ele vai tentar inverter a situação. No entanto a dicotomia já está posta.

Lançados os pivetes no mundo surgem o relacionamento homossexual entre Lílca (Jorge Julião) e Dito (Gilberto Moura), a carência afetiva de **Pixote** desemboca num processo ambigüamente maternal com a prostituta Sueli (Márcia Pera), a curtição dos garotos em Ipanema — a cena mais poética do filme, quando Lílca se lamenta das agruras de um homossexual e entoia uma canção de Caetano, a câmera descortinando um mar amarelado — tudo isto vem num torvelinho que procura contrabalançar o tom de documentário que o filme assume em vários momentos.

Aqui uma questão me assola: porque Babenco não "explodiu" a trilha sonora, injetando mais vida, mais emoção, na sequência em que Lílca canta? Porque o tom deliberadamente melancólico? Seria a busca de um afastamento do público? Não, pois o filme todo busca o choque, o coração, achata o espectador na sua poltrona. Será que a idéia a ser interida é a tristeza, a falta de saída para o homossexual, agravadas pela situação de marginalidade de Lílca? Mas estas dúvidas, detalhes, não eliminam o essencial perseguido por Babenco: realizar um filme enxuto, bem narrado, comunicativo e denunciador.

Coloco estes pontos porque senti um certo fazer cinematográfico contido, que não se solta, o diretor amarrado pela temática que escolheu, pelo tratamento, pela convicção enfim na eficácia da denúncia e em fazer o espectador refletir pela porrada.

Outro filme foi lançado em São Paulo na



Denise Dumont e Roberto Bonfim, em "Terror e êxtase"

mesma semana que **Pixote** com menor pompa e circunstância — **Terror e Êxtase**, de Antonio Calmon. E aí o papo é outro, o público continua na mira do cineasta, mas Calmon já abandonou por completo o que chama de "cacoetes de estilo com que o Cinema Novo inaugurou o cinema político". Ele trabalha em outro nível, mergulhou fundo na mal denominada pornochanchada realizando neste terreno um filme primoroso — **Nos Embalos de Ipanema** (1978). Agora retorna com a história da relação entre uma cocota do Leblon e um marginal — o "1001", apelido devido aos seus dois dentes de ouro — dos morros cariocas.

O filme de Calmon caminha por outras vertentes, o público deve ser atraído pelo erótico, mas nem por isso é descartada a componente crítica. Pelo contrário, ela surge fundida com uma linguagem nova, criando um cinema esfuziantemente divertido, com um curioso enfoque das relações afetivas, da paixão, da sexualidade explosiva de Leninha (Denise Dumont) com o bandido "1001" (Roberto Bonfim). Calmon deita e rola com a sua habilidade artesanal, com seu domínio cênico e faz o público de um cinema como o Marabá (onde cai o grosso da produção baixaria da Boca do Lixo), morrer de rir com cortes sutis e não-demaçagógicos, como quando passa bruscamente de um "buggy" com os dois personagens na Vieira Souto para a favela onde "reside" o "1001". Em outra sequência ele

desmonta um possível recado moralista do filme ao caricaturar ironicamente a fala de Betinho (André de Biase), o personagem confessando para o público que nunca mais vai se drogar, que as drogas são um horror para juventude.

Se Babenco dialoga seriamente com o seu público, mantendo-o atento e agredindo os acomodados, Calmon sai por outro lado através de uma forte dose de alegria que o filme exala, mas está consciente da radiografia social carioca que está expondo.

Na verdade estamos diante de duas concepções distintas de cinema, ambas condicionadas pela necessidade angustiante de se firmar junto ao público, intrínseca de um cinema frágil como é o brasileiro: um se apegua à denúncia, concedendo pouco espaço para a diversão (apesar das sequências em que o garoto Fernando Ramos da Silva desbunda a platéia); o outro sintetiza os estilhaços de um processo que vem desde o tropicalismo, aquilo que a "modernização" capitalista trouxe. Pensando numa comparação com um campo menos neurótico e tensionado que o de cinema, o da música de Babenco talvez se aproxime mais de Chico Buarque e Calmon estaria mais para Rita Lee (o poster dela no esconderijo de "1001" não é obra do acaso). Para não radicalizar a análise e perder as nuances das obras podemos dizer que os dois são momentos complementares de um todo complexo que é o cinema neste país.

Um eterno regresso

Um criativo espetáculo do diretor e coreógrafo francês Stephane Dosse foi lançado em São Paulo - "O Eterno Regresso" - e agora percorre um circuito de cidades do interior, para regressar em dezembro ao Teatro Municipal.

Por Jorge Coli

Coreografia

Comer o pão que não foi feito por nós: não sabemos o gesto que o fez, não sabemos o gosto. Nosso paladar é obrigado a adaptar-se ao saber estranho, perdeu-se o conforto da resposta esperada. Come-se bem, realmente fora de casa? Os restaurantes vietnamitas ou franceses substituem o tempero familiar? Sair para o mundo significa submetê-los ao império das coisas exteriores, que possui leis próprias, que nos obriga à obediência e que ignora os nossos pedidos profundos.

Sair para o mundo: sair de casa, para a rua ou para civilizações e culturas diferentes, sair do ventre. Nascer.

O espetáculo de Stephane Dosse é misterioso. Guardemo-nos de banalizá-lo com símbolos fáceis ou com interpretações abusivas. O autor pede-nos, aliás, expressamente no programa: "Eu gostaria que o espectador fosse um pouco como uma criança que abre lentamente um livro de figuras".

Podemos avançar que as figuras são admiráveis. Raras vezes, por estes Brasis afora, um espetáculo atingiu uma perfeição das intenções, uma precisão tão profissional. E raras vezes temos ocasião de descobrir uma imaginação plástica, dramática e poética tão fortes.

Poético, creio, é bem o adjetivo para esse espetáculo: os gestos, as matérias, os rostos e os corpos, as luzes, a notável trilha sonora, os sinais evocadores da memória e da cultura, tudo está submetido a uma visão poética unificadora: não são gestos, nem matérias, nem luzes, nem som, tudo é poesia, isto é, tudo ganhou a opacidade vibrante, a capacidade de ir ao fundo do nosso espírito, de incorporar-se a ele, de fecundá-lo, como faz a palavra poética. Stephane Dosse emprega seus atores dançarinos, seus objetos e cenários como o poeta dispõe um texto: daí vem a unidade e o equilíbrio do espetáculo, a perfeita inserção de cada elemento, necessário, indispensável. É espantoso descobrir-se que às "estrelas" do espetáculo — Juliana Carneiro de Cunha, Renée Gumiel e Carlos Augusto Strazzer — não foi reservado o "belo" papel, mas que eles estão lá como elementos entre todos os outros. Não que tenha sido colocado um freio ao talento de cada um (como esquecer a poderosa fragilidade de Renée Gumiel, sua voz estranha, seu sotaque; como esquecer a aparição de Juliana Carneiro da Cunha por trás da porta da cortina de incêndio, a lentidão dominada do gesto; como esquecer o poema de Mohammed Dib dito por Strazzer?), mas cada um deles, como a arte e a fascinação que lhe são próprios, são constitutivos do espetáculo, como o são os outros

personagens, como o é a plnata, o carneiro, a casa, o talão pintado representando o deserto.

É curiosa esta impressão de "ser" que eles oferecem: ser material, físico, existente diante dos nossos olhos — o contrário do ilusionismo. Os atores não são outra coisa que eles mesmos: são os corpos que habitam, as peles que têm, os gestos que fazem, as roupas que vestem. A luz é iluminação da cena mas é também nela mesma trabalhada, a planta é vegetal, a água molha e se endereça fisicamente ao nosso tato. Cada coisa, cada personagem são substancialmente ligados ao todo, e insubstituíveis, não intercambiáveis porque fisicamente necessários. Mas ao mesmo tempo, a materialidade desse universo é um trampolim para o imaginário, para a evocação de um mergulho em nosso próprio espírito. O cenário pode ser uma tela pintada que não se dissimula em "trompe-l'oeil" — mas ele é também, deserto para cada um de nós.

O imaginário origina-se na matéria: voltamos à questão da comida. Que nutre fisicamente como necessidade biológica, e espiritualmente como fenômeno cultural. A viagem e o estar no mundo são duas coisas semelhantes: nos dois casos temos que enfrentar realidades imperativas, que não são habituais. A viagem nos dá a nostalgia da volta à casa, o estar no mundo da

volta ao ventre. Ao mesmo tempo, o desejo da descoberta do outro, do além, incita ao trajeto, estimula à vida. O passo à frente e o regresso são inseparáveis.

Eu sigo meu caminho. Eu encontro e desencontro. Mas em mim está a constante: as comidas são diferentes, feijoada ou "daube", mas a boca, a língua, os dentes são os mesmos. Em mim está o regresso e as raízes. Em mim está a lembrança do ventre e de minha casa. Em mim está a experiência do que acontece e a memória do que foi. As coisas são vistas pelos meus olhos e elas se tornam meus fantasmas.

Mas o périplo do viajante de Stephane Dosse não se reduz ao constato das constantes do eu que atravessa o mundo e que percorre a vida. Como não se reduz a qualquer esquema psicanalítico ou outro. O espetáculo é aberto e está lá para que nele possamos investir com a carga do que somos. O mais é empobrecimento.

Stephane Dosse é marcado pelo poético de Bob Wilson, pela concepção visual que o autor do "Regard du Sourd" desenvolveu. Maneira à qual, no Brasil, estamos pouco habituados. O leitor não deverá deixar de descobri-la. É necessário ir ver esse **Eterno Regresso**. Nenhuma resenha ou crítica poderá dar uma idéia do que seja. Aliás, sobre ele, tem-se menos vontade de dizer que de rever.

Pega-prá-capar

A guerra ameaça a revolução no Irã

A agressão do Iraque multiplicou os perigos para a sobrevivência da República Islâmica e pode abrir caminho para correntes iranianas mais favoráveis à normalização das relações com o imperialismo e à limitação da atividade política e sindical das massas.

Por Andreas Maia

A penetração das forças iraquianas no Irã se defronta com uma forte oposição. A invasão militar do Iraque objetiva a conquista de quatro pontos estratégicos na província do Cuzistão, habitada por uma minoria de etnia árabe, sendo a região mais importante economicamente para o Irã. A cidade de Ahwaz, a capital da província, até agora não conseguiu ser tomada. Khorramshar, o principal porto iraniano, continua sendo defendido por pequenas ilhas de resistência. E os combates continuam intensos em Dezful, que domina a estrada para Teerã.

A partir destes quatro pontos, o Iraque espera poder dominar toda a província, supostamente a mais vacilante no apoio a Khomeini, por ser de etnia árabe. No entanto, a "blitz" militar do Iraque não conseguiu o controle da região petrolífera mais importante do Irã. A tenacidade da resistência iraniana à invasão, não teria sido possível sem o armamento das massas e de todos os militantes da esquerda iraniana no Cuzistão. São os trabalhadores e camponeses em armas — e não os destroços do velho exército imperial do ex-xá — o fator da defesa nos combates praticamente corpo-a-corpo em torno das cidades que concentram a grande parte das riquezas petrolíferas iranianas.

Na frente político-diplomática, a invasão iraquiana não deu certo. A minoria árabe no Cuzistão cerrou fileiras em torno das conquistas da revolução iraniana, mesmo não simpatizando com a política repressiva empreendida por Khomeini às minorias no Irã. E Saddam Hussein, presidente do Iraque, na quinta-feira, dia 9, demonstrando sinais de cansaço por ter se metido em uma aventura desastrosa, pedia a mediação internacional para encontrar uma saída para a guerra que não estava ganhando.

As ameaças imperialistas no Golfo Pérsico

O imperialismo procura reforçar sua presença militar na região do Golfo Pérsico. Se Carter deseja associar as "forças britânicas, francesas e australianas" na formação de uma frota de intervenção, os EUA negociam paralelamente com Israel a concessão de uma base militar no deserto do Sinai, contrariando assim abertamente os acordos de Camp David, que estabeleciam a restituição desta zona ao Egito. Ao mesmo tempo, o imperialismo espera lucrar uma relação de forças militar, aparentemente favorável ao Iraque, para obrigar o Irã à negociação. O Conselho de Segurança da ONU votou, com o aval de Moscou, uma resolução exigindo um cessar-fogo sem se pronunciar sobre a retirada das tropas de ocupação no território iraniano.

A agressão armada de Bagdá, por sua vez, responde aos interesses de sua política interna a uma vontade de hegemonia regional (ver EM TEMPO n.º 116). Mas o objetivo essencial é o de estrangular o curso da revolução iraniana.

Neste sentido, a agressão iraquiana multiplica os perigos que ameaçam as conquistas revolucionárias no Irã. Em seu ataque aberto às riquezas petrolíferas iranianas, reforça as pressões econômicas e diplomáticas do imperialismo sobre a República Islâmica. Objetivam a uma direitização crescente do regime teocrático do aiatolá Khomeini: limitação da atividade política e sindical das massas populares e facilidades para a reação iraniana.



A República Islâmica pode capitular

Na medida em que se prolongam as operações militares iraquianas, provocando a destruição quase que completa da refinaria de Abadam, dando um golpe sério ao potencial econômico do Irã, sem significar para o imperialismo americano uma quebra essencial no fornecimento de petróleo. Ora, todo atentado à capacidade industrial do Irã agrava sua dependência econômica às relações com os Estados Unidos.

A situação criada pela guerra reforça no seio da direção khomeinista uma ala mais favorável à normalização das relações com o imperialismo. Há uma questão prática imediata. Se Teerã quer sobreviver aos combates, o exército iraniano com material americano deve rapidamente substituir as peças de reposição do equipamento bélico. O Estado-Maior iraniano se tornará cada vez mais sensível para a necessidade de uma

política realista de entendimento com os fornecedores tradicionais, isto é, o imperialismo EUA. Teerã vem pedindo armas à Turquia, onde o governo nada mais é do que uma emanção da OTAN.

Carter sabe dessa situação e se aproveita dela. É neste contexto que devemos situar suas declarações dizendo-se preocupado com o fato de que as forças iraquianas tenham ultrapassado os objetivos iniciais da guerra, que "gostaria de ver todas as forças invasoras recuarem", que "o desmembramento do Irã ou de parte de seu território e sua separação do resto do país não atende aos nossos interesses". É também neste contexto que devemos entender a "flexibilidade" manifestada pelo primeiro ministro iraniano Mohammed Ali Rajai na sua visita a Nova York, quando afirmou que a libertação dos reféns americanos não estaria longe.

O Irã está sendo submetido ao fogo das pressões políticas que acompanham as pressões diplomáticas de "medidores" do tipo do ditador paquistanês Zia Ul Haq,



realistas, respeito às liberdades democráticas que se inquieta com o fato de que "o Irã pode atingir um estágio revolucionário ... onde a conciliação e a mediação se tornam impossíveis".

A situação atual da guerra é propícia para uma ativação da mobilização das massas iranianas. Assim, Khomeini apelou recentemente aos iranianos "para obedecerem sem hesitar e sem discussão ao conselho de comando das operações militares" e a se "absterem de reproduzirem propostas que debilitem as forças armadas". Ora, a revolução iraniana está realmente ameaçada pelo fato de que a intervenção iraquiana abre passagem a um novo grau de atividade da reação interna. O governo islâmico, da burguesia "nacional" iraniana e apoiado pela direção khomeinista, ao reprimir as aspirações democráticas dos operários e camponeses, não deixará de empreender um giro que levará à capitulação perante a reação.

Os interesses essenciais das massas populares

Assim, torna-se urgente a mobilização dos operários e camponeses para a defesa das conquistas da revolução. As autoridades iranianas, na medida em que não reconhecem o direito a autodeterminação das minorias nacionais no Irã, na medida em que referendam os acordos reacionários assinados pelo Xá em 1975, na medida em que reprimem abertamente as mobilizações das massas e tentam dissolver os conselhos de trabalhadores, "shoras", criados durante a revolução, acabam se encontrando em uma posição difícil para se opor à agressão iraquiana. A direção khomeinista, de acordo com a sua natureza burguesa e reacionária, procura substituir a mobilização e o armamento das massas por uma confiança total em uma hierarquia ávida de abater a revolução.

O único meio de defender as conquistas e aquisições revolucionárias perante a agressão iraquiana, confrontando-se com a reação interna e as manobras imperialistas, reside na satisfação das reivindicações essenciais das massas populares (direito à autodeterminação das nacionalidades, reforma agrária, expropriação dos grupos econômicos imperialistas, respeito às liberdades democráticas) e no armamento dos trabalhadores criando as milícias formadas sobre a base dos comitês dos operários e camponeses.

O proletariado iraniano tem sobre os seus ombros a tarefa de barrar a invasão iraquiana. Esta guerra, entre os dois Estados burgueses em crise, pode favorecer as atividades contra-revolucionárias no Irã. Bagdá estimula os opositores reacionários que possam substituir a direção khomeinista através de um golpe de Estado apoiado em uma fração do exército iraniano. Porém, ao mesmo tempo em que pegam em armas para defender a revolução ameaçada, os trabalhadores e camponeses iranianos são obrigados a se confrontarem com a "República Islâmica" para conquistarem as suas reivindicações.

As massas iranianas, na medida em que se mobilizarem, podem impor um curso novo à revolução: a criação de um governo operário e camponês, capaz de realizar as tarefas democráticas e socialistas da revolução e atrair as simpatias das massas oprimidas do Iraque e de toda a região do Golfo Pérsico.

Metalúrgico, negro e socialista. Ele disputa a presidência dos EUA.

Nem só de Carter, Reagan & Cia vivem as eleições presidenciais americanas. Com a palavra, um dos candidatos que a grande imprensa desconhece: Andrey Pulley.

Seria favorecida a "abertura" por uma vitória eleitoral de Carter? Pelo contrário, a ascensão de Reagan significaria um fortalecimento da perspectiva contrária? A incógnita se repete em cada país da América Latina: em que medida o resultado eleitoral dos EUA influirá no curso político desses países?

Fizemos esta pergunta a um candidato a presidente dos EUA. Trata-se de um candidato do qual não se ocupam os grandes órgãos de imprensa: Andrey Pulley, de 29 anos, é operário metalúrgico, negro e socialista.

Em 1969, Pulley ganhou notoriedade nos EUA por sua ação decidida contra a guerra do Vietnã. Fundador do grupo "Soldados Unidos", foi um dos principais promotores do movimento anti-guerra. Neste período conheceu Matilde Zimmerman, secretária do "Comitê de Defesa dos Direitos Civis dos Soldados". Andrey estava preso junto com outros 7 companheiros — os 8 do Forte Jackson, como eram conhecidos — por ter organizado um grande comício de soldados dentro de um quartel para protestar contra a guerra. Uma intensa campanha nacional pela liberdade dos 8 presos teve como resultado uma "contundente vitória sobre o Exército dos EUA", para usar as próprias palavras de Pulley em um folheto eleitoral no qual explica "por que sou socialista".

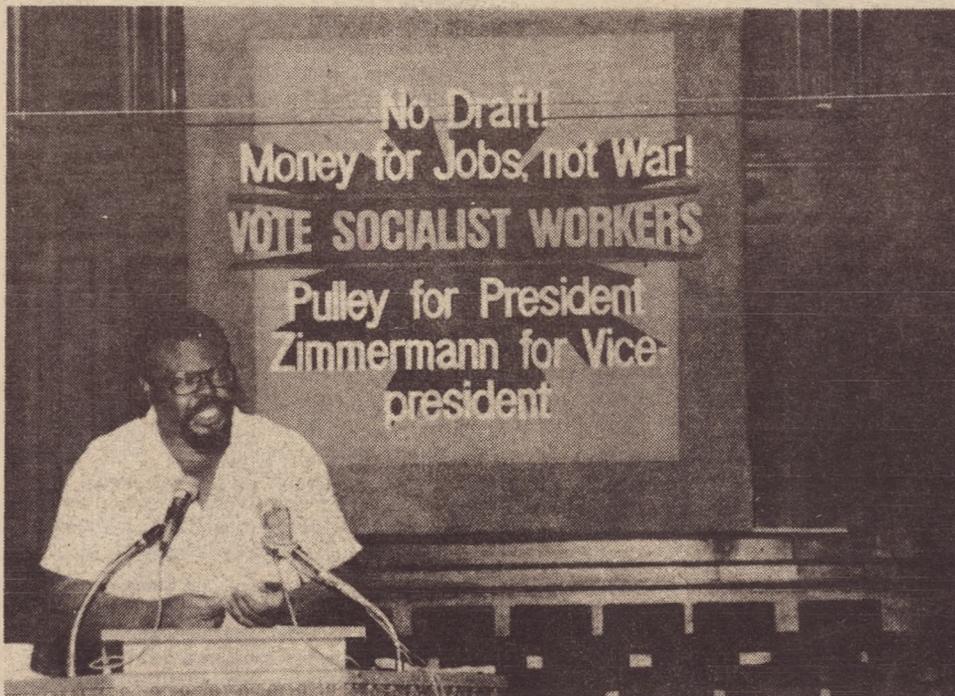
Neste mesmo folheto, Pulley escreve: "tão logo sai do calabouço, me integrei na "Young Socialist Alliance" (Aliança dos Jovens Socialistas) e no Socialist Workers Party (Partido Socialista dos Trabalhadores). Através de minhas experiências, minhas leituras e discussões de idéias socialistas, tinha me convencido de que este é o meu lugar".

Hoje, Andrey Pulley é candidato a presidente pelo Socialist Workers Party, junto com Matilde Zimmerman, que concorre à vice-presidência.

Sua campanha tem um forte conteúdo internacionalista e um de seus eixos é precisamente a denúncia do papel que o imperialismo desempenha na América Latina e muito especialmente das ameaças de intervenção militar na América Central. Como candidato, Pulley visitou Cuba, Nicarágua e Granada.

- Qual é a situação política interna nos EUA no momento das eleições?

- As eleições capitalistas dão apenas uma visão distorcida da situação política interna. E isto é assim porque a maioria das pessoas que podem votar não participam nas eleições. Só uns 30 ou 40% votam, e a maioria pertence às classes altas e médias. O grosso da classe trabalhadora não vota. Ademais, os capitalistas se asseguraram de que os trabalhadores não tenham conhecimento de quais opções têm nas eleições. A imprensa não informa sobre minha campanha. O



Pulley: "Não ao alistamento militar. Dinheiro para o trabalho, não para a guerra".

povo pensa que tem de escolher entre Reagan e Carter ou Anderson, ou quem seja que os capitalistas lancem nas eleições. Ou seja, as eleições estão distorcidas neste sentido.

A classe governante está tratando de fazer uma virada à direita. Têm de se preparar para uma agressão militar contra a revolução na América Latina e no Caribe, Vietnã, Kampuchea, em todos os lugares. E para fazer isto têm que reverter o sentimento anti-guerra, levar adiante o alistamento militar, desenvolver o militarismo. Ao tratar de fazê-lo, defrontaram-se com grandes problemas. A maioria dos que deviam alistar-se não o fez. As pessoas não vêem que haja uma ameaça militar para os EUA. A maioria pensa que o governo norte-americano não está dizendo a verdade a respeito da necessidade de fazer o alistamento, o serviço militar, nem ao falar de guerra.

"A maioria das pessoas que podem votar não participa das eleições, principalmente a classe trabalhadora".

De maneira que temos por um lado a ofensiva capitalista a nível mundial para freiar a revolução, e o intento da classe governante de converter os trabalhadores em bucha de canhão uma vez mais, e por outro lado a rejeição dos trabalhadores de tomar parte disso; o que se reflete no fato de que a maioria não está se inscrevendo para fazer o alistamento e que as pessoas, até o momento, não tenham engolido a propaganda capitalista.

O outro aspecto disso, que faz à situação política, é que os capitalistas ao mesmo tempo que tratam de combater a revolução mundial têm de lutar contra os interesses dos trabalhadores norte-americanos, têm de tratar de roubar-lhes as conquistas que obtiveram em anos anteriores; têm de

reduzir pela força o nível de vida dos trabalhadores. E isto está sendo feito. Através da inflação, do custo exorbitante da gasolina, do desemprego massivo — hoje em dia há 9 milhões de pessoas desempregadas, através do incremento da violência racial, através de organizações como a KKK, ou diretamente pelo departamento de polícia — em fim, através da diminuição dos serviços sociais em todo nível.

Tudo isto está se dando ao mesmo tempo e os capitalistas estão se defrontando com grandes problemas. E estes problemas vão aprofundar-se mais depois da campanha eleitoral. Tem havido todo tipo de protestos. No meio da campanha, houve grandes rebeliões das comunidades negras. E houve muitas greves este ano. Isto não tem precedentes na política dos EUA. Geralmente em um ano de campanha eleitoral a atividade política das massas decai, no lugar de aumentar.

Por outro lado, a perspectiva das classes governantes é a mesma tanto para Reagan como para Carter. Carter está aplicando hoje o mesmo programa de Reagan ao negar-se a dar igualdade às mulheres, tentando restituir o alistamento militar obrigatório, com a violência da KKK e a negativa do governo de levá-la a julgamento, ao reduzir o padrão de vida dos trabalhadores, ao levar a cabo uma campanha de mentiras e ameaças militares contra Cuba, contra o Caribe, contra a revolução mundial. É o mesmo programa fundamental e não importa qual dos personagens ganhe as eleições, os trabalhadores e as nacionalidades oprimidas vão enfrentar os mesmos problemas. E têm de se preparar para combatê-los. O que falta aos trabalhadores para reverter esta situação é organizar seu próprio partido político, ou seja, um Partido Operário que lhes permita avançar.

- Em que medida depende a política norte-americana para a América Latina do resultado das eleições?

- Eu não creio que afete de nenhuma

maneira. Tanto Carter como Reagan estão comprometidos em defender os interesses dos super-ricos contra Cuba. Toda a campanha em torno dos refugiados cubanos, a negativa a estabelecer relações diplomáticas, a aumentar o comércio com Cuba, é tanto a política de Carter quanto a de Reagan. A tentativa de barrar o apoio cubano a El Salvador e aos demais movimentos revolucionários do mundo é a perspectiva destes dois senhores e da classe dominante em seu conjunto. Ambos estão a favor de ajudar a ditadura militar em El Salvador. Ambos querem ampliar o trabalho da CIA e dar dinheiro a todos os ditadores do mundo. Não há nenhuma diferença.

"O resultado das eleições não afetará a política americana para a América Latina"

E ganhar um ou outro não representa de nenhuma maneira a realidade das massas, porque a maioria não vai votar em nenhum dos dois; e mesmo aqueles que votam não o fazem sabendo que existe um candidato socialista, uma alternativa, devido à forma anti-democrática pela qual a imprensa informa.

- Isto significa que as próprias eleições são anti-democráticas?

- Exatamente. Não há nada nas eleições dos EUA que seja democrático. A maioria dos votantes não conhece todos os candidatos à presidência, e se começamos por isso, como podemos dizer que são democráticas? A imprensa dos ricos não informa, de nenhuma maneira, sobre nossa campanha. Temos de fazer circular petições para recolher centenas de milhares de assinaturas que nos permitam aparecer na cédula eleitoral — o que conseguimos na maioria dos estados. Quanto aos partidos da classe dominante, Democrata e Republicano, ganham 30 milhões de dólares sem impostos, gratuitamente, para que realizem suas campanhas. Ou seja, não há nenhum elemento democrático neste processo. Como já disse, mesmo havendo eleições, e sendo Carter, Reagan ou Anderson o que saia vitorioso, isto refletirá apenas a opinião da minoria.

"Seria muito positivo se alguém como o Lula viesse aos EUA falar sobre o partido operário"

- Você é um candidato muito particular para a presidência dos EUA: operário metalúrgico, negro, socialista. Como as pessoas reagem diante da coleta de assinaturas para a sua candidatura?

- Nós notamos uma mudança significativa na atitude das pessoas comuns em todo o país. Muita gente que assina nossas petições o faz porque apoia nosso direito de aparecer na cédula eleitoral, e ao mesmo tempo está



Entrevista de Andrey Pulley



Diana Wang, IP/1

Pulley com Maurice Bishop, o primeiro ministro de Granada



de acordo com muitos pontos da nossa plataforma. E isto representa uma mudança. Foi muito fácil recolher as assinaturas; centenas de milhares, mais de meio milhão de assinaturas. Em anos anteriores, a grande maioria das pessoas assinava para defender o nosso direito de participar das eleições. Isto continua sendo o elemento principal. Mas há hoje muita gente que assina — e isto se aplica sobretudo às nacionalidades oprimidas e aos trabalhadores — porque está de acordo com a idéia de que deve concorrer um candidato operário. Estão de acordo com a nacionalização das companhias petrolíferas, estão de acordo em que não devemos ter um novo alistamento militar obrigatório, que devemos ter igualdade de direitos, que é preciso meter o KKK na cadeia, que deve haver emprego para todo mundo reduzindo-se a quantidade de horas semanais de trabalho sem redução de salário, enfim porque está de acordo com muitas das coisas que nós propomos, e isto é uma mudança muito significativa da situação atual comparada com 1972 e inclusive com 1976.

- De todos os modos, está claro desde o início de você não tem nenhuma possibilidade de ganhar as eleições; porque então você se apresenta como candidato?

- Nós queremos chegar ao ponto de conseguir uma vitória total, em todo o país, e a única forma de fazê-lo é ganhando a maioria do povo para uma perspectiva classista, refletida na nossa campanha eleitoral. A outra coisa que queremos fazer é promover a idéia de atividade política e sindical independente, ou seja, a idéia de que o movimento sindical deve construir seu próprio partido, baseado nos sindicatos. E que deve adotar nossa plataforma e lutar por ela.

Ou seja, nós estamos desafiando o chamado direito dos capitalistas, da minúscula maioria dos ricos, dos bilionários deste país, os belicistas, de dirigir o país. Nós dizemos que a maioria do povo deve dirigir o país. E portanto, para nós, não importa quantos votos tenhamos, eles vão refletir o crescimento deste sentimento, embora de uma maneira distorcida, porque, como já disse, os votos que teremos não refletirão o sentimento das massas, porque só aqueles que tiverem a oportunidade de nos escutar poderão votar em nosso partido, e isto é um punhado de gente quando comparamos com os 250 milhões de habitantes que tem o país.

- Que possibilidade de concretizar-se tem o Partido Operário baseados nos sindicatos, que vocês propõem?

- No último ano, surgiu uma grande discussão no movimento operário em torno disso, em todo o Estado da Califórnia e também a nível nacional. O movimento operário vê o Congresso controlado pelo Partido Democrata, do mesmo modo que a administração, os governos locais e estaduais, e mesmo assim todas as conquistas do povo trabalhador foram pisoteadas. Ou seja, esta situação objetiva, e a pressão das bases para que se encontre uma solução é o que obrigou a começar toda uma discussão dentro do movimento operário e a nível das direções do movimento sindical. Mas é necessário dizer que esta discussão está apenas na sua etapa inicial.

Mas, sem dúvida, é de grande importância. Outra coisa importante é a campanha como candidato ao Congresso de Ed Mann, que é um antigo dirigente sindical de Ohio.

Ele é operário metalúrgico e se apresentou como candidato independente. Outro acontecimento importante é a eleição de Main Nelson ao Conselho municipal na cidade de Siza, na Califórnia. Ele concorreu como socialista revolucionário e ganhou as eleições. Estas são mudanças significativas na situação política dos EUA; embora sejam pequenas em relação ao processo no seu conjunto, representam a tendência do futuro.

- Em uma entrevista recente, Lula, o dirigente metalúrgico brasileiro, se dirigia aos trabalhadores dos EUA dizendo-lhes que não façam o jogo da burguesia e organizem seu próprio partido. Como operário metalúrgico, como você recebe este chamado?

- Recebo com uma enorme gratidão; penso que é exatamente o que o povo trabalhador necessita. Isto é, deixar os partidos daqueles que nos estão explorando, que procuram levar-nos a uma guerra contra nossos irmãos em todo o mundo, que promovem o racismo e a violência racista, sair destes partidos, deixar de dar-lhes o apoio e construir nossas próprias organizações através das quais poderemos organizar o poder político dos oprimidos, dos explorados.

Não há nenhum outro caminho. E acredito que quanto mais dirigentes como Lula incentivem a criação de um partido operário nos EUA, mais depressa veremos a realização deste partido. Seria muito positivo que alguém como Lula viesse aos EUA falar aos sindicatos sobre esta idéia do partido operário e o que estão tratando de fazer dele no Brasil. Eu acredito que ele seria muito bem recebido em toda parte, mas especialmente na Califórnia. Seria uma grande ajuda.

Viramundo

Portugal Divisão PC-PS, direita vence

As eleições legislativas de 5 de outubro reforçaram a maioria parlamentar da coalizão reacionária Aliança Democrática (frente dos partidos burgueses). A AD obteve 48% dos votos (43,3% em 1979), aumentando assim o seu eleitorado. Isso, graças à divisão da Esquerda, que através de seus partidos mais representativos, o PS e o PCP, continua a deter a maioria dos votos — 50,2% (incluindo os 4,5% da esquerda revolucionária), mas estaciona ou perde votos: 27,1% da Frente Republicana e Socialista (coalizão do PS), que possuía 27,4% em 1979; queda do PCP, que através de seu "bloco unitário", a Aliança Povo Unido, baixou de 19% em 1979, para 16,7% em 1980.

Uma novidade foi o número de votos dados à extrema-esquerda. A UDP (pró-albanesa), que possui já um deputado desde 1976, teve somente 1,4% contra 2,2% em 1979. Em contrapartida, as organizações trotskistas PSR e POUS/PST, somaram as três juntas 2,4% (1%PSR; 1,4% POUS/PST), contra 0,8% em 1979.

Essa queda da Esquerda (58,44% - 1975; 54,4% - 1976; 50,9% - 1979) deve-se às gestões alternadas do Partido Comunista Português e do Partido Socialista na direção do Estado burguês. Os dois partidos estão pagando o preço de sua política de "gerir a crise", que não apenas não lhes permitiu "reconstruir a economia", como desejavam, como também e sobretudo, desiludiu e desmobilizou os trabalhadores portugueses.

Essa derrota nada mais é do que a sequência lógica da intensa divisão partidária e sindical, que reina hoje em Portugal, e que tanto o PC quanto o PS, por se negarem a assumir o poder conjuntamente e sem a presença de ministros burgueses. Cunhal e Soares estão colhendo os frutos que semearam desde o 25 de Abril.

Alemanha O mal menor

Com uma participação de 88,7% do eleitorado (91% em 1976), a frente SPD-Liberais de Helmut Schmidt obteve a maioria dos votos nas eleições de 5 de outubro. O SPD somou 42,9% (0,3% a mais que em 76), e o seu "parceiro burguês", o Partido Liberal, 10,6% (7% em 76). Isso fez com que a chapa ultra-reacionária CDU-CSU (Cristãos Democratas e União Social Cristã), que obteve 44,5% votos, contra 48% em 76, fosse esmagada. E com ela, os seus anseios fascistoídes.

Os social-democratas, através de seu "grande chanceler", conseguiram bater a coalizão de Franz Joseph Strauss, o "touro da Baviera" (sua região-feudo político), que durante toda a

campanha não parou de postular a "necessidade de um Estado forte, face à crise econômica e à violência social". Dentro deste contexto, o voto-Schmidt parece mais um reflexo elementar de classe, do que uma opção para os trabalhadores alemães, que vêem em Strauss um maior aprofundamento da "política de austeridade", já implementada atualmente. Isso não significa que a social-democracia alemã tenha o aval dos trabalhadores; basta ver o movimento de greves de 1978, com a parada dos estivadores, dos metalúrgicos e sobretudo os das siderurgias do Ruhr.

Os recentes resultados significam pois a "política do mal menor". As greves, assim como as imensas mobilizações da juventude contra a política energética, dão o tom de como os setores mais explorados vêem o imperialismo alemão, seu Estado policial e os ataques às liberdades democráticas.

China O fim das "quatro grandes liberdades"

Chiang Ching e seus companheiros do "bando dos quatro", não previam que seu pseudo-julgamento pudesse servir para mais um ataque da burocracia chinesa às já escassas liberdades democráticas.

Esse "julgamento" serviu de pretexto para que um dos poucos resquícios de democracia socialista ainda existente fosse banido do mapa. Trata-se da supressão das "Quatro grandes liberdades". Implementadas por Mao Zedong e inscritas oficialmente na Constituição em 5 de março de 1978, pela Assembléia Nacional Popular no seu artigo 45, as "quatro liberdades" — livre expressão de opinião, a livre manifestação de idéias, o debate aberto e o "dazibao" (célebres durante a Revolução Cultural) — foram eliminados por essa mesma Assembléia, durante a seção de abertura, em setembro.

Paralelamente ao julgamento do "bando dos quatro", houve uma grande onda de repressão ao "Movimento Democrático" chinês (ver *Perspectiva Mundial*, nº2 de abril/80). Na região de Cantão, 4 editores de publicações "não-oficiais", membros ativos do Movimento, foram presos. Trata-se de Zhu, Jiangbieng, animador da revista *O Sino*, Zhang Jingseng, dirigente do *Republicano*, Ho Qiu da revista *Rua do Povo* e Zhong Yueqin do jornal *Voz das Massas*. Todos os quatro são operários e importantes porta-vozes da corrente oposicionista da China. É a primeira vez que o Movimento Democrático foi atingido de maneira tão brutal na China Meridional (antes só o fora em Pequim), com penas que variam de 2 a 15 anos. (Wagner Cardoso)



Leia e assine as revistas "El Viejo Topo" e "Transición" (Espanha)

Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente, quando recebê-la através do reembolso postal.

Preço: Cr\$ 150,00 cada exemplar.

Escreva para:
EDITORA COMBATE SOCIALISTA
Rua Jerônimo Coelho, 206 - Caixa Postal 10.319
90.000 - Porto Alegre - RS

O PARTO

Livraria PARTO sugere

OBRAS ESCOLHIDAS EM TRÊS TOMOS DE LENIN, em português, três volumes:
A VISTA Cr\$ 2.700,00
ou três vezes Cr\$ 1.000,00
total a prazo, apenas Cr\$ 3.000,00

OBRAS ESCOLHIDAS EM TRÊS TOMOS DE LENIN, em espanhol, três volumes, Editorial Progreso de Moscou;
A VISTA Cr\$ 1.320,00
ou três vezes Cr\$ 500,00
total a prazo, apenas Cr\$ 1.500,00

OBRAS ESCOLHIDAS EM DOZE TOMOS DE LENIN, em espanhol, 12 volumes, Editorial Progreso de Moscou;
A VISTA Cr\$ 3.800,00
ou três vezes Cr\$ 1.400,00
total a prazo, apenas Cr\$ 4.200,00

EL CAPITAL de Carlos Marx, edição em espanhol da Fondo de Cultura Economía do México, três volumes;
A VISTA Cr\$ 2.800,00
ou três vezes Cr\$ 1.030,00
total a prazo, apenas Cr\$ 3.090,00

O CAPITAL, de Karl Marx, em português, seis volumes;
A VISTA Cr\$ 3.400,00
ou três vezes Cr\$ 1.300,00
total a prazo, apenas Cr\$ 3.900,00

LIVRO I. CAPÍTULO VI, inédito de O CAPITAL de Karl Marx;
A VISTA Cr\$ 250,00

LIVRO 4. VOLUME I, continuação de O CAPITAL de Karl Marx;
A VISTA Cr\$ 600,00

ARTE EM REVISTA, coleção dos três números editados pela Kairós;
A VISTA Cr\$ 700,00

COLEÇÃO BASES, 31 volumes contendo obras de John Reed, Maiakovsky, Marx, Marta Harnecker, Turgot, Alexandra Kollontai, Trotsky, Wilhelm Reich, Lenin, Stalin, Engels, Samora Machel, J. Posadas, Kropotkin, Bakunin, Malatesta, Althusser, Badiou, Sweezy, Eric Hobsbaum, Kautsky, Adam Smith, J. Pinsky, Bukharin, Babeuf, Blanqui, Fourier, Saint-Simon e outros;
A VISTA Cr\$ 4.020,00
ou três vezes Cr\$ 1.500,00
total a prazo, apenas Cr\$ 4.500,00

OBRAS ESCOLHIDAS DE ROSA LUXEMBURGO, em dois tomos, em espanhol;
A VISTA Cr\$ 1.320,00

LA REVOLUCION ESPANOLA de Leon Trotsky, dois volumes, em espanhol;
A VISTA Cr\$ 2.300,00
ou três vezes Cr\$ 850,00
total a prazo, apenas Cr\$ 2.550,00

ESCRITOS DE LEON TROTSKY, abrange o período de 1929 à 1940, 24 volumes, em espanhol, Editora Pluma;
A VISTA Cr\$ 12.000,00
ou três vezes Cr\$ 4.400,00
total em três vezes Cr\$ 13.200,00
ou sete vezes Cr\$ 2.500,00
total em sete vezes Cr\$ 17.500,00

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS em três volumes, em português;
A VISTA Cr\$ 1.690,00
ou três vezes Cr\$ 620,00
total a prazo, apenas Cr\$ 1.860,00

KLAXON, mensário de arte moderna, encadernado, coleção reimpressa fac-similar da revista editada em 1922 pelos modernistas;
A VISTA Cr\$ 500,00

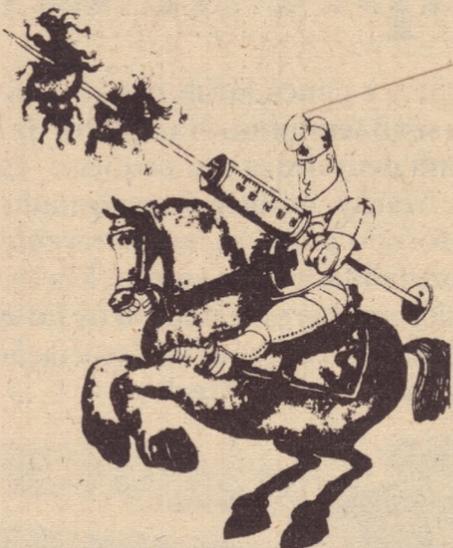
A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE, de E.H. Carr, dois volumes, em português;
A VISTA Cr\$ 1.700,00

OBRAS ESCOLHIDAS DE JORGE DIMITROV, dois volumes;
A VISTA Cr\$ 1.200,00

Apareça na livraria ou escreva pedindo. Atendemos também livros que não estejam neste anúncio. E lembre-se: se você preferir comprar parcelado não esqueça de nos enviar seu nº do CPF.

PARTO - Livros, Jornais e Revistas Ltda. Rua São Bento, 545 - loja 14 - térreo superior CEP 01011 - São Paulo - SP (Em frente à Estação São Bento do Metrô Saida da Rua São Bento)

Residentes preparam nova greve geral



Há três anos os médicos residentes lutam pela regulamentação da residência médica. Enquanto exercem um trabalho efetivo nos hospitais, lhes são negados direitos trabalhistas e as conquistas mínimas de todos os trabalhadores.

Neste sentido foram feitas várias mobilizações isoladas visando problemas específicos de cada hospital, porém faltava uma proposta que unificasse o movimento e lhe desse força.

Em abril de 1980 foi levado ao Congresso Nacional o projeto de lei substitutivo que garante ao médico residente os direitos trabalhistas e seis salários mínimos. Lá o substitutivo foi aprovado na Câmara, mas um parlamentar do PDS (Bonifácio Andrada) representando os interesses dos patrões da medicina, bloqueou o andamento do projeto com o pedido de segunda votação. A partir daí, foi ganhando corpo dentro do movimento dos médicos residentes que a luta deveria se centrar no substitutivo, pois ele respondia às suas principais contradições.

No décimo quinto Congresso Nacional de Médicos Residentes, realizado em julho em Belo Horizonte, foi tirada a posição de considerar como única forma de luta para a conquista do substitutivo a greve nacional.

Nos dias 23 e 24 de setembro, os médicos residentes entraram em greve nacional com o objetivo de denunciar as manobras do PDS e mostrar as condições de exploração as quais vivem submetidos.

Durante estes dois dias seis mil de um total de oito mil médicos residentes no país fizeram mobilizações e manifestações públicas. Em Brasília foram presas três pessoas que participavam do ato público e em Belo Horizonte o aparelho repressivo impediu que a manifestação fosse realizada na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade. Estes fatos acrescentados às ameaças de redução de vagas na Residência Médica e punição de médicos residentes, mostram claramente a posição da ditadura e dos patrões da medicina em continuar tendo a residência médica como forma aviltante de exploração do trabalho médico.

Também ficou claro que a ditadura não escolhe mais a quem reprimir. Basta que se organize e se reivindique para que ela imediatamente responda colocando seu aparato nas ruas.

A greve alcançou seus objetivos, mas a luta continua. No Conselho Nacional de Representantes, reunido nos dias 26, 27 e 28 de setembro, foi tirada a proposta de uma Semana do Médico Residente, de 20 a 25 de outubro, visando o prosseguimento da luta pelo substitutivo e a discussão da data para se deflagrar uma greve nacional por tempo indeterminado.

Os médicos residentes representando mais um setor explorado da sociedade, reconhecem a importância da unificação da sua luta com a luta de todos os trabalhadores, pois só assim se conseguirá por abaixo a ditadura militar e se construir uma sociedade que represente os reais interesses da maioria da população.

Mário Soares de Azeredo Coutinho - Diretor da Associação Nacional de Médicos Residentes

Prefeito de Londrina ataca o PT

O Dr. Bruno Piancastelli Filho, médico dos operários e servidores da Prefeitura de Londrina, foi demitido pelo Sr. prefeito Antonio Belinatti (eleito pelo MDB e agora no PDS), após nove anos de serviço público. A demissão é meramente por questões políticas, já que o Dr. Bruno Piancastelli faz parte da Comissão Municipal Provisória do PT em Londrina e como militante do PT vem desenvolvendo um trabalho junto aos moradores da FAVELA DA CAIXA ECONÔMICA, pela

organização de sua associação, o que vem atrapalhar os interesses da COHAB e do prefeito, que desejam a rápida retirada dos moradores, pois a área onde está localizada a favela, sofre uma valorização muito grande dia após dia.

Nestes nove anos de trabalho o companheiro Bruno organizou a Divisão de Medicina e Trabalho para os servidores da Prefeitura, sendo considerado modelo no país, e quando da mudança do prefeito para o PDS, a área de saúde não aceitou virar a casaca, não fazendo o jogo da demagogia, prática muito familiar do prefeito, populista, ficando a partir daí bastante visada.

O Núcleo de Londrina mobilizou-se em apoio ao companheiro Bruno, distribuindo notas para a imprensa e panfletos aos servidores municipais e à Comunidade londrinense em geral.

Quando da manifestação do apoio dos militantes petistas houve a prisão absurda e arbitrária de um de nossos companheiros a mando de um dos assessores do Sr. prefeito, prisão esta relaxada horas depois, após rápida mobilização de toda a oposição. Episódios como o de Londrina vêm ocorrendo em todo o país e continuarão a ocorrer à medida que os trabalhadores se organizem: fica cada vez mais evidente o descontrole dos detentores do poder que não conhecem outro argumento que não seja a violência e o uso arbitrário da força.

O Partido dos Trabalhadores - através do Núcleo de Londrina, na luta pela organização dos trabalhadores, protesta contra a falta de liberdade política e contra a repressão sobre seus militantes.

Comissão municipal Provisória do PT de Londrina - Paraná

Trabalhadores morrem envenenados

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu, Estado de Minas Gerais, denuncia o envenenamento de trabalhadores rurais na região. São vários, ou seja, dezenas de trabalhadores na agricultura da Região de Paracatu que têm morrido intoxicados com inseticidas e herbicidas das empresas florestadoras e agro-pecuárias como a AGROTEC (empresiteira do Vale do Rio Grande) e a Agro-Pecuária Santo Aurélio (multinacional italiana). Vários trabalhadores têm morrido por falta de assistência das empresas que não interessam manter um pequeno pronto-socorro.

Tanto é que nenhuma empresa rural ou fazenda de Paracatu aceitam os monitores de prevenção de acidente de trabalho e medicina preventiva mantidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Fundacentro. Isto porque pretendem ter ali uma semi-escravidão e não os trabalhadores conscientes de seus direitos e deveres. Nem mesmo dos deveres os patrões não interessam que os trabalhadores saibam pois sabem eles que os trabalhadores, respeitando o deveres, também pedirão os seus direitos.

O importante mesmo é São Jorge ter sempre o seu Cavalo pois o dia que acabar o cavalo e os trabalhadores rurais ficarem conscientes de seus direitos e deveres, São Jorge vai andar de pé e os patrões vão puxar enxada junto com os trabalhadores.

É importante que os decreto-leis que proibem o uso de certos inseticidas na lavoura sejam cumpridos pelas autoridades de todas as áreas, inclusive os médicos que costumam fornecer atestados de mortes naturais.

Chamamos a atenção de todos os responsáveis por esta triste realidade brasileira, como também dos próprios trabalhadores rurais denunciando este fato ao seu sindicato e até mesmo ao Ministério do Trabalho e da Agricultura, em Brasília.

Manoel Monteiro dos Santos - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu MG.

Velhas fórmulas e velha política

Concluindo seu artigo sobre a guerra entre o Irã e o Iraque, no último número do jornal, o companheiro Andreas Maia conclui que "a defesa da revolução iraniana passa pelo armamento das massas, pela constituição de milícias operárias sob a base dos 'shoras' (conselhos de trabalhadores) e do respeito dos direitos democráticos dos soldados do Exército".

A fórmula parece muito simples e se inspira notoriamente em diretrizes revolucionárias já clássicas. Mas o problema vem justamente daí. Será que o companheiro chegou a refletir sobre o alcance dessa proposta na realidade concreta do país em questão? Será que no complexo contexto iraniano, onde as grandes massas apoiam efetivamente a liderança xiita, a proposição do armamento das massas tem o significado que o companheiro gostaria que tivesse? Receio que não.

E nem posso deixar de me lembrar de fórmulas genéricas que nos chegavam de fora, quando estávamos no Chile ao tempo da Unidade Popular. Fórmulas que queriam ajudar aos que representavam uma alternativa revolucionária. Mas, desconhecendo os problemas concretos do Chile naquela conjuntura específica, elas não tinham nenhum significado prático. "Só mesmo um governo operário e camponês...", "só com a passagem de todo o poder aos trabalhadores...", "só caminhando em direção ao socialismo...". Nesse nível de generalidade, até os reformistas estarão de acordo. Mas se com essa generalidade se procura orientar a atuação concreta, específica, então nem os revolucionários estarão de acordo. Porque todo problema político concreto reside sempre na questão de saber como avançar naquele sentido. Me imagino agora que sentido terão para os "fedayin kalk", que representam no Irã uma alternativa revolucionária, as proposições generosas do companheiro Andreas.

Tenho a profunda suspeita de que o problema central do movimento revolucionário no Irã não consiste hoje tanto no armamento do povo mas sim nas experiências que o façam superar os limites que a direção khomeinista representa para sua consciência e organização. Ou talvez não seja tampouco assim que se coloquem os problemas para o movimento revolucionário no Irã. Mas para sabê-lo, de todos modos, o fundamental é conhecer a situação, os obstáculos e virtualidades atuais das massas nesse país.

Se chamo a atenção para o problema não é para discutir o significado concreto da fórmula avançada pelo companheiro Andreas para "defender as conquistas da revolução iraniana". E nem para transformar o companheiro em bode expiatório. O meu interesse é simplesmente, a partir dessa formulação, discutir todo um modo de conceber a elaboração política.

São em geral companheiros preocupados em romper a dispersão das lutas que apontam perspectivas políticas gerais para unificá-las. O defeito é que, não surgidas dos próprios movimentos em luta, mas deduzidas de um velho arsenal, elas unificam apenas o pensamento dos velhos guerreiros.

Isso não se dá apenas com proposições à distância para conjunturas estrangeiras, mas também com frequentes formulações "estratégicas" de "vanguardas ideológicas", distantes dos problemas reais dos movimentos sociais. No fundo está o grande equívoco das elaborações "estratégicas e táticas" sem sujeito real. Não respondemos às questões concretas colocadas para que os diferentes movimentos populares superem seus obstáculos. Respondemos a questões abstratas que nós mesmos colocamos, mas, por isso mesmo, nem nos interessamos com quem poderá utilizar essas brilhantes respostas para questões que na verdade nem estão colocadas.

Tais formulações só servem para cimentar a coerência interna dos seus partidários para dar uma aparência de unidade à dispersão da realidade. Elas são comuns entre aquele tipo de militante, incapaz de fazer um trabalho de base vencer suas impasses mas bem preparado para explicar às lideranças locais que "só mesmo com a revolução..." e que "para isso é necessário uma vanguarda consequente..." e etc. e tal.

No avanço recente dos movimentos populares no Brasil está se forjando um outro tipo de militante, um outro tipo de elaboração da política. E eu penso que esse estilo de receitas e palavras de ordem deduzidas tranquilamente à distância deve ser rechaçado para ajudar a emergência dessa nova militância.

Eder Sader - SP

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte.
Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges.

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. Rio de Janeiro: Caixa Postal 4680. Salvador: Av. Joana Angélica, 8 sala 44. Fortaleza: R. Pedro I, 1490 - Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Joruês

R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

Violência contra mulheres

Roupa suja nem sempre se lava em casa

Querida Maria,

Recebi sua carta falando da barata e morri de rir. Sabe que eu também tive essa percepção só que a imagem que fiz foi a de um cachorro que um belo dia se põe de pé nas patas traseiras e começa a falar. O olhar de espanto que meu marido me lança às vezes é o do dono de um cachorro como se dissesse: "O que? como ousas falar, você que é um animal não racional?". Outra amiga fez uma imagem mais verdadeira ainda: a de uma lata de lixo que um dia fala... É, nossos maridos devem ficar alertas. (...)

Faço um parêntesis para te contar um episódio muito significativo que ocorreu agora pouco: estava eu a escrever esta carta na sala quando passou meu marido, que como todos nós sabemos é um proeminente intelectual progressista. Ele me perguntou o que eu fazia. Respondi que estava tentando escrever alguma coisa sobre a violência que sofrem as mulheres na nossa sociedade. Prontamente ele exclamou em tom de ironia mordaz: "Ah! coitadinha!". Seguiu-se uma discussão acalorada, dessas que entreabrem mais um pouco a porta em direção do desquite (ou ao des... conhecido) e que deixam cair mais uma gota no copo, já quase cheio.

Violência é sermos mutiladas, educadas para não termos identidade própria, para não nos tornarmos pessoas inteiras. Aprendemos a separar o que é inseparável: corpo, emoções, mente. O resultado (e essa é uma violência sutil...) perdemos de vista nossas imensas forças vitais e nossa potencialidade humana e tornamo-nos "fracas", "sem vontade, incapazes", "burras", "ignorantes", "inúteis", "menos produtivas", etc. No fundo servimos mesmo para sermos objeto de consumo (e até de luxo) ou mão de obra barata nas empresas e nas famílias (nas nossas e nas outras). Acabamos sendo consideradas e nos sentindo capas vazias: capas bonitas ou feias, gordas ou enxutas, jovens ou velhas, de cintura grossa, tornozelo fino, cabelos sedosos, etc. etc. E coitadas das "feias", das "velhas", das de "cabelo crespo", das que não correspondem enfim aos padrões requeridos pela sociedade ditados pela propaganda. (...)

"Aí veio a força bruta: lançou-se em cima de mim, eu estava deitada, coberta e me espancou com golpes na cabeça, nos ouvidos".

Maria, demorei para colocar esta no correio e nesse meio tempo aconteceu uma coisa terrível. Decidi me separar do meu marido. Como você sabe, há mais de um ano que eu andava num sufoco tendo muitas conversas e discussões com ele e explicando que não dava mais para suportar a falta de respeito e a falta de cuidado com que ele se relaciona com os outros e comigo em particular. Pois bem, aconteceu a gota d'égua. Tive a certeza de que não aguento mais. O terrível não está aí. Essa decisão que está sendo elaborada há muito tempo até me deu um alívio apesar da tristeza.

O terrível é que ele, apesar de dizer concordar que nosso relacionamento estava impossível, não quis se separar agora por causa da viagem aos EUA. Mantive a minha decisão, sem briga, sem discussão. Aí veio a força bruta: lançou-se em cima de mim (eu estava deitada, coberta) e me espancou com golpes na cabeça, nos ouvidos, sem que eu pudesse me defender. Só me restou gritar por socorro.

Nem só de tiroteios no high-society e pancadarias nas favelas vive a crônica das violências contra o sexo feminino. Nas hostes da esquerda, os homens também batem, como demonstra um pequeno escândalo nos meios intelectuais paulista. Marily, mulher do renomado filósofo José Artur Gianotti, do CEBRAP, tornou públicas, numa recente manifestação de mulheres, as brutalidades que sofreu. Ela escreveu uma carta a uma amiga (talvez a todas mulheres) e relatou os fatos em detalhes. O texto sairá na íntegra num caderno da Associação das Mulheres em elaboração. Aqui, os principais trechos.



A manifestação em defesa da mulher no centro da cidade

Ele ainda tentou me impedir de gritar tapando-me a boca e apertando meu pescoço para me estrangular. Minha filha que dormia no quarto ao lado me acudiu. Ainda me ameaçou com uma faca.

Fiquei com o tímpano do ouvido esquerdo perfurado e muitas escoriações na cabeça e no rosto. Parece que nada pior do que essa triste história, não? Pois há algo tão terrível: a atitude dele depois. Passou a se justificar dizendo que nada mais normal que brigas e "trocas de tapas" entre casais. Não se preocupou sequer em saber se eu estava machucada e nem cogitou em me pedir desculpas. Nada. Passou a me encarar com ares de general que, ofendido pelo soldado raso, teve de empregar os corretivos cabíveis.

"Apanhar de inimigos causa revolta. Ser espancada pelo homem que amamos causa tudo isso e ainda muita, muita dor".

Você pode imaginar a mágoa, a dor que senti? Infelizmente todas as impressões que eu estava tendo sobre a falta de respeito, sobre a prepotência e autoritarismo de meu marido foram confirmadas por seu gesto covarde e fascista.

"Dei uma surra na minha mulher como se dá uma surra numa criança: para educar". Essa frase foi dita e repetida por ele a vários amigos para justificar seu gesto. Você pode

imaginar o escândalo que tudo isto provocou e a mobilização emocional de nossos amigos e conhecidos.

"Ainda tentou impedir-me de gritar tapando-me a boca e apertando meu pescoço para me estrangular. Minha filha me acudiu".

Quero ressaltar que eu tomei a iniciativa de contar o que aconteceu para amigos e parentes e que nem por um minuto senti vergonha. Pelo contrário senti uma imensa revolta misturada com mágoa e uma infinita tristeza. Apanhar, ser desrespeitada por inimigos causa revolta. Mas ser espancada pelo homem que amamos causa tudo isso e ainda muita, muita dor. Sabe, me parece tão louco o mundo em que vivemos. Não dá para aceitar que no meio dessa terrível opressão que todos sofremos, enquanto mulheres, haja ainda essa discriminação suplementar.

Termino esta carta com este triste fim, esperando que você me escreva logo e que possamos continuar nossas reflexões a respeito da nossa condição de mulher."

*Um grande abraço
Marily*

Montando meu próprio quebra-cabeça

Maria, você pergunta sobre mim. Eu tenho a dizer que estou apaixonada, por mim mesma. Pelo meu corpo tão extraordinário e milagroso; pela minha capacidade de perceber as coisas e as pessoas nos seus detalhes, no seu cotidiano; pela minha coragem de ser alegre e de ter lindas estórias para contar.

Fico pensando que passei 40 anos a querer juntar as peças de um quebra-cabeça: o pedaço menina à espera do príncipe encantado, o pedaço jovem que percebe que é importante se profissionalizar, o pedaço mãe, o pedaço esposa, o pedaço profissional, o pedaço militante de esquerda, o pedaço mulher-para-o-outro, ou seja o tipo de mulher que se precisa ser para agradar aos outros e principalmente ao marido, o pedaço patroa-de-outra-mulher (a empregada). Todos esses fragmentos juntos deveriam se harmonizar num todo que constituiria uma pessoa completa, inteira.

Sinto que fui lograda. Esse quebra-cabeça não se encaixa e tem como objetivo deixar quem tenta completá-lo louco a frustrado. Mas como escapar dele, como evitá-lo, como constituir nossa identidade sem passar compulsoriamente por ele?

Esse logro que vivi, percebo hoje, faz parte da brutal violência a que nós mulheres somos submetidas desde que nascemos. (Não é à toa que as mulheres antigas diziam quando nascia uma menina: "Coitada". É, Maria, acho que a maior descoberta que fiz a meu respeito e a respeito das mulheres foi sobre a tremenda violência da opressão que sofremos todas nós.

Me vem à mente a imagem cruel de mulheres mortas, estrupadas, espancadas, infibuladas, "galanteadas" nas ruas, nos ônibus, nos cinemas; de mulheres sobrecarregadas de dupla, tripla jornada de trabalho, etc. etc. Mas eu me pergunto se estará aí o cerne da violência sofrida pelas mulheres na nossa sociedade. Acho que não. A imensa lista de pequenas e grandes violências exercidas cotidianamente sobre as mulheres são consequência de outras que, estas sim, geram e reproduzem a nossa situação peculiar de "segundo sexo"!